



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



**Informações necessárias para subsidiar o processo de
criação da unidade de conservação marinha na Foz do
Rio Amazonas**

Produto 4 – Relatório Parcial dos Estudos Socioeconômicos

Mauro Luis Ruffino

**Manaus, AM
10 de Janeiro de 2018**

Agradecimentos

O autor agradece o inestimável apoio e ajuda de muitas pessoas durante os levantamentos bibliográficos, especialmente os pesquisadores da UFPA (Victoria Judith Isaac e Bianca Bentes), MPEG (Lourdes Furtado e Ana Albernaz), CEPNOR (Alex Klautau) e do consultor autônomo Marcos Pinheiro.

Naturalmente, as análises e as conclusões apresentadas neste estudo e erros que por ventura possam conter são de responsabilidade exclusiva do autor.

Sumário

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. CONTEXTO REGIONAL.....	06
2.1. Histórico e dinâmica de ocupação.....	06
2.2. Estado do Pará.....	09
2.3. Estado do Amapá.....	11
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	13
3.1. Caracterização social.....	13
3.1.1. Caracterização geral da população.....	13
3.1.2. Perfil populacional regional.....	15
3.1.3. Formas de organização.....	20
3.1.4. Divisão de trabalho.....	23
3.1.5. Atividades culturais.....	24
3.1.6. Infraestrutura.....	26
3.1.7. Instituições e grupos de interesse.....	29
3.2. Caracterização econômica.....	46
3.2.1. Pesca.....	46
3.2.1.1. Produção.....	46
3.2.1.2. Número de pescadores	47
3.2.1.3. Frota.....	48
3.2.1.4. Artes de pesca.....	50
3.2.2. Aquicultura.....	60
3.2.2.1. Produção.....	60
3.2.2.2. Piscicultura.....	60
3.2.2.3. Carcinocultura.....	63
3.2.2.4. Ostreicultura.....	64
3.2.3. Outras atividades econômicas.....	64
3.2.3.1. Agricultura e extrativismo vegetal.....	64
3.2.3.2. Bovinocultura e criação de animais.....	65
3.3. Conflitos.....	65
3.3.1. Conflitos no Amapá.....	65
3.3.1.1. Acordo de pesca no Parque Nacional Cabo Orange	67
3.3.2. Conflitos no Pará.....	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

APRESENTAÇÃO

Apenas 1.300, das mais de 5.000 áreas protegidas do mundo, incluem componentes marinhos e costeiros, correspondendo a menos de 1% dos oceanos. Na zona costeira do Brasil, mesmo reconhecendo que as UCs proporcionam uma razoável representatividade dos biomas, quando computadas a extensão do mar territorial e da zona econômica exclusiva verifica-se que apenas aproximadamente 0,6% dessa área estão sob a forma de alguma categoria de UC.

O estabelecimento de um sistema representativo e efetivo de áreas protegidas faz parte da estratégia global de conservação de biodiversidade, sendo inclusive pactuado como meta a ser cumprida pelos países signatários da Convenção de Diversidade Biológica - CDB. E recentemente essa estratégia está sendo utilizada também para o ambiente marinho. Exemplo disso cita-se o Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEFMar¹ criado e implementado pelo governo federal em parceria com instituições privadas e da sociedade civil, a fim de promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira.

A Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO do ICMBio, através do Termo de Referência N° 2017.0718.00008-7, que têm como objetivo levantar informações necessárias para subsidiar o processo de criação de UC marinha representada pela proposta de criação de UC de nome Lixeira (a ser renomeada como Recifes da Foz do Rio Amazonas - 02070.003609/2009-89).

Em seu Termo de referência o ICMBio cita que a região marinha da região da Foz do Rio Amazonas é muito extensa e bastante relevante para o alcance das metas do GEFMar. A importância biológica da área se dá devido à influência da pluma de água doce e barrenta do Rio Amazonas descarregada sobre o oceano que, ao mesmo tempo, cria um ambiente de estresse a sistemas recifais marinhos, também provê serviços ecossistêmicos valiosos e relevantes. Essa região é povoada por esponjas que podem passar dos dois metros de comprimento e conta com uma alta produtividade de lagosta, pargo e grandes meros. O sistema também funciona como um corredor biogeográfico seletivo para recifes coralíneos entre o Caribe e o oceano Atlântico Sul que poderá vir a ser especialmente importante nas mudanças climáticas agudas.

Para o desenvolvimento dessa proposta, foram planejados cinco produtos, o **1º produto** entregue foi o Plano de Trabalho contendo metodologia, cronograma e bibliografia de referência. Em seguida foi apresentado um documento sistematizado com o levantamento da bibliografia de referência ao estudo, que compila todos os conhecimentos disponíveis até o momento, que foi o **2º produto** do trabalho. Posteriormente, foi entregue o **3º produto** contendo o relatório parcial do diagnóstico ambiental e de pressão da pesca. O **4º produto** ora apresentado refere-se ao relatório parcial dos estudos socioeconômicos.

Este relatório contém um histórico e dinâmica de ocupação da área, divisão política, administrativa e demográfica, perfil populacional regional, caracterização social, formas de organização, divisão de trabalho, atividades culturais, infraestruturas existentes, instituições e grupos de interesse, caracterização econômica da pesca, aquicultura e outras atividades e conflitos existentes.

¹Para possuir mais informações do projeto acesse: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/programaseprojetos/projeto-gef-mar>

1. INTRODUÇÃO

A pesca em áreas estuarinas e costeiras da Amazônia destaca-se, em relação às demais regiões brasileiras, pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população tradicional desta atividade, sendo os recursos pesqueiros amplamente explorados pela pesca artesanal e, em menor proporção, pela pesca industrial, operando com frotas e apetrechos de pesca altamente diversos (BARTHEM & FABRÉ, 2004). Mesmo com suas características predominantes de pequena escala e apesar da riqueza e abundância de espécies, alguns recursos pesqueiros de importância comercial já estão sofrendo as consequências da captura intensa e desordenada, consequência do aumento indiscriminado do esforço pesqueiro (ISAAC, 2006).

Além disso, outras mudanças antropogênicas têm intensificado a degradação ambiental, como a extração madeireira de árvores de mangue, as construções irregulares na linha de costa, o turismo desordenado, a navegação industrial e os acidentes com poluentes, que põe em perigo a integridade das comunidades bióticas marinhas e estuarinas (JACKSON *et al.*, 2001).

O estabelecimento de um sistema representativo de unidades de conservação faz parte da estratégia global de conservação de biodiversidade. Áreas protegidas marinhas são essenciais para conservar a biodiversidade dos oceanos e para manter a produtividade, especialmente dos estoques de peixes (PRATES *et al.*, 2007).

O estabelecimento de unidades de conservação nas áreas costeiras tem sido um dos instrumentos escolhidos pelo governo, para garantir a conservação dos manguezais e dos recursos naturais e pesqueiros do litoral do país. Isto é particularmente verdadeiro no litoral do Estado do Pará, na região Norte do Brasil. A existência de nove unidades de conservação neste litoral confirma esta diretriz, garantindo quase 250 mil hectares de área preservada, a maior parte constituída por manguezais, campos naturais, rios e estuários, característicos da região do litoral. A escolha pela modalidade de Reserva Extrativista Marinha também chama a atenção. Segundo o SNUC (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 e pelo Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006) esta modalidade de reserva representa uma área de domínio público, cujo uso é concedido às populações tradicionais/extrativistas. A criação de RESEXs no litoral paraense indica o reconhecimento das populações tradicionais, como grupos culturalmente diferenciados que ocupam os territórios costeiros para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica. Esta política está em consonância com a diretriz de valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural dessas populações tradicionais, bem pela busca pela melhoria da sua qualidade de vida, garantindo ocupação do território e o uso sustentado dos recursos naturais da região (ICMBio, IN nº 01, de 18 de setembro de 2007).

Adicionalmente, pela facilidade de acesso aos ecossistemas marinhos e estuarinos e pela grande diversidade e riqueza dos ambientes aquáticos disponíveis, a pesca é uma das principais atividades destas comunidades do litoral. Por ser uma atividade de pequena escala, a pesca não requer grandes investimentos e se institui na principal fonte de alimento e renda dos moradores dessas unidades.

2. CONTEXTO REGIONAL

Com a finalidade de contextualizar a proposta de criação de uma unidade de conservação, objeto deste trabalho, seguem informações sobre os estados, os municípios e a região do litoral, onde se pleiteia tal criação.

2.1. Histórico e dinâmica de ocupação

A ocupação na Amazônia se divide em dois grandes períodos: antes e depois da conquista dos europeus. A reconstrução da ocupação indígena antiga na região é difícil, por falta de evidências científicas suficientes. Os achados arqueológicos de cerâmicas da ilha de Marajó (cultura Ananatuba) permitem concluir que a ocupação humana no litoral da Amazônia deu-se na pré-história, no mínimo uns 1.000 anos a.C. mesmo que há indícios de que o homem habitava as planícies da Amazônia muito antes, uns 10.000 anos a.C. (MEGGERS, 1985). Mesmo sendo tema de controvérsia entre os arqueólogos e antropólogos, parece evidente que os diversos povos que se sucederam na região tinham um grau de civilização bastante complexo, construindo aterros e utilizando adaptativamente as características ambientais, como as deposições de substrato devido à forte ação da maré da região e os recursos naturais disponíveis, para garantir sua permanência e sobrevivência na área (MEGGERS & EVANS, 1954).

Os relatos dos viajantes europeus que aqui chegaram, após 1.500 d.C., reportam para terras densamente ocupadas por tribos indígenas bastante organizadas. Denevan (1976) calcula que as várzeas amazônicas suportavam uma densidade demográfica de aproximadamente 15 hab/km², mais do dobro do que a média de densidade do estado do Pará hoje em dia. Todos os cronistas referem-se à abundância de alimentos como mandioca, milho, peixes, moluscos, tartarugas e frutos diversos.

A região do litoral paraense era território ocupado pelos índios Tupinambás. Suas aldeias estavam distribuídas ao longo das reentrâncias da costa, desde o município de Colares até Viseu, ocupando as encostas dos rios, igarapés, igapós e mangues. Estas comunidades desenvolveram estratégias de sobrevivência em harmonia com os ecossistemas e recursos naturais disponíveis na região, especialmente os pesqueiros. Possuíam embarcações denominadas de igaras (canoas), talhadas por eles mesmos, e construía cacuris e paris (currais de pesca primitivos), feitos com taquaras (bambus) (ICMBio- Plano de Uso de São João da Ponta).

Megggers & Evans (1954) sustentam que por causa da geografia da região litorânea, a única forma de subsistência humana antes da colonização seria a vida em pequenas comunidades, baseada na pesca, caça e coleta, além da agricultura de subsistência, para completar as necessidades de sobrevivência (BROCHADO, 1980). Achados de grandes depósitos de conchas e valvas de moluscos, resíduos de alimentos, ossos e lixo, denominados “sambaquis” foram encontrados pelos arqueólogos no litoral. Esses indícios apontam que os aborígenes moradores do litoral aproveitavam a grande abundância de mariscos na região. Outras investigações apontam que as atividades de caça, agricultura de pequena escala e o cultivo de raízes, teriam iniciado, talvez pela dificuldade da pesca e coleta de produtos do mar após a descida do nível do mar, mais ou menos no início da era atual (OLIVEIRA, 1983; FURTADO & SOUZA, 2006).

Com a chegada dos europeus, ocorre a diminuição do contingente populacional de nativos, ocasionada por diversas epidemias de doenças contagiosas, para as quais os indígenas não tinham imunidade. Isto, junto com as missões jesuíticas contribuiu para a

total desaculturação e desenraizamento da população indígena da época (SCHANN, 1996). Acredita-se que as populações remanescentes de indígenas atuais, pouco tenham a ver com a cultura antiga e modo de vida dessas gerações de aborígenes (ROOSEVELT, 1989).

O início da colonização europeia na região do Salgado ocorreu entre os anos de 1645 e 1654, sendo atribuído a Dom Jorge Gomes D'Alamo, que recebera de Dom João V as terras onde hoje é a cidade de Vigia. O Governo Colonial desejava criar um posto fiscal para proteger as embarcações que vinham de Belém, motivo pelo qual a localidade ganhou o nome de Vigia (IDESP, 2012). Os jesuítas tiveram um papel fundamental na aproximação dos europeus com os índios Tupinambás, pois eram conhecedores das relações dos nativos com a natureza, suas formas de aproveitamento das potencialidades dos manguezais e das florestas de terra firme, bem como de suas manifestações culturais. Os jesuítas tiveram ação marcante no litoral paraense no período colonial, iniciando o processo de catequese dos índios, e estabelecendo fazendas e abadias. Essa forte presença dos representantes da Companhia de Jesus no Salgado Paraense resultou no surgimento de muitas cidades além de Vigia, como São Caetano de Odívelas, Maracanã, Marapanim e Curuçá, dentre outras.

Já a ocupação moderna da região pode ser dividida em três períodos diferentes: i) reconhecimento territorial e ocupação pelos europeus (1500-1840); ii) exploração de recursos pelos colonizadores e agentes externos (1840-1945) e iii) exploração moderna (após 1945).

No primeiro período, os portugueses e outros colonizadores que os seguiram (holandeses, franceses, espanhóis, etc.), que adentraram pelo Oceano Atlântico, encontraram populações densas e estruturadas de povos independentes, que estavam muito bem adaptados às condições ambientais para a sua sobrevivência. A chegada do homem branco desencadeia um forte processo de mestiçagem, misturando culturas e hábitos comportamentais, o que resulta em uma estratégia para legitimar a posse do território pela sociedade mameluca.

A pesca da tartaruga (*Podocnemis expansa*), da tainha (*Mugil sp*) e do peixe-boi (*Trichechus inunguis*) adquiriu grande importância na época colonial, pois os produtos extraídos desses animais, como óleo e manteiga, eram exportados para a Europa, trazendo rendimentos para a região. Por este motivo, foram instituídos os chamados “pesqueiros reais” para a pesca dessas espécies, que eram locais de farta produtividade, controlados pelo governo, nos quais os índios-pescadores deviam capturar as espécies de interesse para sustentar os militares, os religiosos e os funcionários da Fazenda Real. A instituição desses pesqueiros na Amazônia demonstra o valor estratégico da pesca para a região, já desde o início da colonização. Um dos mais importantes pesqueiros reais foi o da Ilha do Marajó, onde podiam se observar pescarias de diferentes escalas e uma cadeia de comercialização complexa, por volta de 1700 (VERÍSSIMO, 1895; HURLEY, 1933).

A colonização teve impactos muito negativos nas populações nativas, praticamente exterminando grande quantidade de aborígenes, bem como produzindo degradação do meio ambiente, devido ao uso desordenado dos recursos. A chegada dos europeus também transformou profundamente a cultura destas sociedades tribais. Nessa época, existia a figura do “pescador-lavrador”, isto é, pessoa que desenvolvia atividades de

pesca durante o período do ano que era favorável à captura de peixes e, em outro, dedicava-se à agricultura (UFPA/Megam, 2004). Mas a atividade da pesca continuou tendo um papel destacado como fornecedora de alimentos para a população local ao longo de todo o período.

Entre 1840 e 1914 a colonização se intensificou com a entrada de colonos de sul do Brasil em busca de oportunidades de enriquecimento, na extração de minerais e do látex para a indústria da borracha. O aumento da infraestrutura de comunicação entre as localidades é uma característica desta região com a construção de estradas de ferro e rodoviárias. Entre 1914 e 1945, houve uma desaceleração do crescimento econômico e da exploração dos recursos, devido às duas guerras mundiais da Europa (TCA/PNUD/BIRD, 1993; FURTADO & SOUZA, 2006).

Após o final da segunda Guerra Mundial, inicia o terceiro período, que implicou na implantação dos grandes projetos do governo, que incluíam atividade de agricultura, bovinocultura e extração de madeira em toda a região. Esta terceira etapa é caracterizada pelo crescimento acelerado, a construção de grandes estradas de comunicação e a imigração de grandes contingentes humanos de outras partes do Brasil e do exterior, motivados pelas políticas governamentais, que visavam estrategicamente ocupar as terras, integrar a Amazônia no resto do país e desenvolver atividades econômicas que pudessem representar uma opção para as populações marginalizadas de outras regiões do Brasil (OLIVEIRA, 1983; WEINSTEIN, 1993).

Na evolução histórica da ocupação do litoral paraense, a zona bragantina é considerada a zona de expansão mais antiga da Amazônia (BAAR *et al.*, 2004). A dinâmica histórica de uso da terra está relacionada à indução por parte do governo de atividades agrícolas, o que implicou na aplicação de diversas técnicas de uso do solo para favorecer a produção, em detrimento das áreas florestadas. Sua ocupação atingiu o seu ápice com a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, inaugurada em 1884, mas que somente em 1909 chegou até a última estação. Foi construída com o objetivo de abastecer com alimentos os mercados de Belém, serviu de atrativo para um número considerável de imigrantes, desencadeando o estabelecimento de novas áreas para colonos. Na década de 60 ela foi desativada, em parte pela implantação de rodovias, que introduziram uma nova dinâmica na sub-região, oferecendo mais alternativas para escoamento da produção. Este processo induziu novamente o estabelecimento de mais imigrantes, abertura de novas áreas para a agricultura, intensificação da produção e disponibilidade de novos mercados, acelerando, dessa maneira, mais uma vez os processos de alteração em sistemas naturais até então existentes na região (NASCIMENTO, 2011). Assim, conclui-se que, na era moderna, o uso desordenado do solo e dos recursos produziu rapidamente a descaracterização da paisagem natural, comprometimento de recursos naturais e alteração em processos naturais.

Por outro lado, a miscigenação biológica e cultural entre as populações indígena, europeia e africana resultou em um “tipo cultural”, que é designado como “caboclo” (WAGNEY, 1988). A partir da assimilação do conhecimento dos índios nativos e dos padrões impostos pelo sistema colonial, o caboclo desenvolveu um sistema adaptativo próprio de aproveitamento dos recursos naturais, que lhe possibilita o desenvolvimento e a combinação de várias atividades de subsistência.

Em particular nas pequenas comunidades do litoral, tradicionalmente, a principal fonte da alimentação das comunidades caboclas tem como base a pesca, a coleta de organismos do mangue (crustáceos e moluscos) e a caça de subsistência, além do cultivo da mandioca, (*Manihot utilissima*) e a extração de alguns recursos da floresta, como o açaí (*Euterpe oleracea*), o que permitiu que estes moradores da região viabilizassem sua autossuficiência e uma relativa independência de mercados externos. Este padrão se materializa pela existência de técnicas de pequeno impacto e com o uso de materiais e instrumentos relativamente simples, adaptados aos poucos recursos materiais disponíveis e ao pequeno acesso aos produtos industrializados. Assim, até hoje em dia prevalecem em estas regiões da Amazônia. Para o cultivo da terra das pequenas propriedades se utiliza o sistema de preparo do solo através da derrubada, queima e coivara da vegetação natural. Contudo, este sistema produz o desgaste do solo, o que obriga à troca constante dos locais de cultivo.

Nos tempos modernos, agregam-se a estes padrões de ocupação às demandas do mercado e dos centros urbanos, cada vez mais acessíveis aos moradores locais. Desta forma, a extração dos recursos começa a se orientar para as demandas externas, voltadas à exportação ou à venda em locais distantes da sua origem. Além disso, destaca-se a incorporação de novas fontes de renda, como o turismo e a construção civil, que se incorporam à região, como resultado da aproximação do público das grandes cidades às comunidades do litoral. Por último, a pressão pelo desenvolvimento econômico traz para a região grandes projetos, como a construção de grandes portos e a extração de petróleo, em mar aberto. Estas atividades prometem mudar mais uma vez as culturas tradicionais e as formas de vida da região.

2.2. Estado do Pará

O Estado do Pará (que em tupi significa **mar**) é o segundo maior dos estados brasileiros com uma área de 1.247.955 km². Está situado ao leste da região Norte do Brasil, e faz parte da Amazônia Legal, fazendo limite com o Suriname e o Estado do Amapá ao norte, o oceano Atlântico a nordeste, o Estado do Maranhão a leste, o Estado de Tocantins a sudeste, o Estado de Mato Grosso a sul, o Estado do Amazonas a oeste e o Estado de Roraima e a Guiana a noroeste. Possui 7.581.051 habitantes (IBGE, 2010), sendo 31,5 % da região rural e 68,5 % da urbana, dentre os quais se destaca a região metropolitana da capital, Belém, no estuário amazônico com cerca de 1,5 milhões de habitantes (IBGE, 2011). O Estado do Pará possui 144 municípios, dentre os quais 30 podem ser considerados como parte do litoral (Figura 1).

O Pará possui 562 km de linha de costa e situa-se entre a baía do Marajó (0°30'S e 48°00'W) e a baía do rio Gurupi (0°30'S e 46°00'W), incluindo toda a Ilha de Marajó e a própria foz do rio Amazonas, que forma o impressionante estuário amazônico. O litoral paraense pode ser dividido em três setores, a saber: **1) Setor Insular Estuarino**, que abrange os municípios de Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Cachoeira do Arari, Chaves e Afuá; **2) Setor Continental Estuarino**, que abrange os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Santa Bárbara; e **3) Costa Atlântica** (também chamada de Salgado Paraense), que abrange quatro subáreas: a. Vigia (com os municípios de Vigia, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas e Colares); b. Curuçá (Curuçá, Marapanim, Magalhães Barata e São João da Ponta); c. Salinas (Salinas, Maracanã, Santarém Novo e São João de Pirabas); e d. Bragança (Bragança, Primavera, Quatipuru, Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu) (ISAAC *et al.*, 2006). Estes municípios costeiros juntos possuem 2.820.265 habitantes (37,2% da população do estado) e ocupam 47.413

km², cerca de 3,8% do território paraense

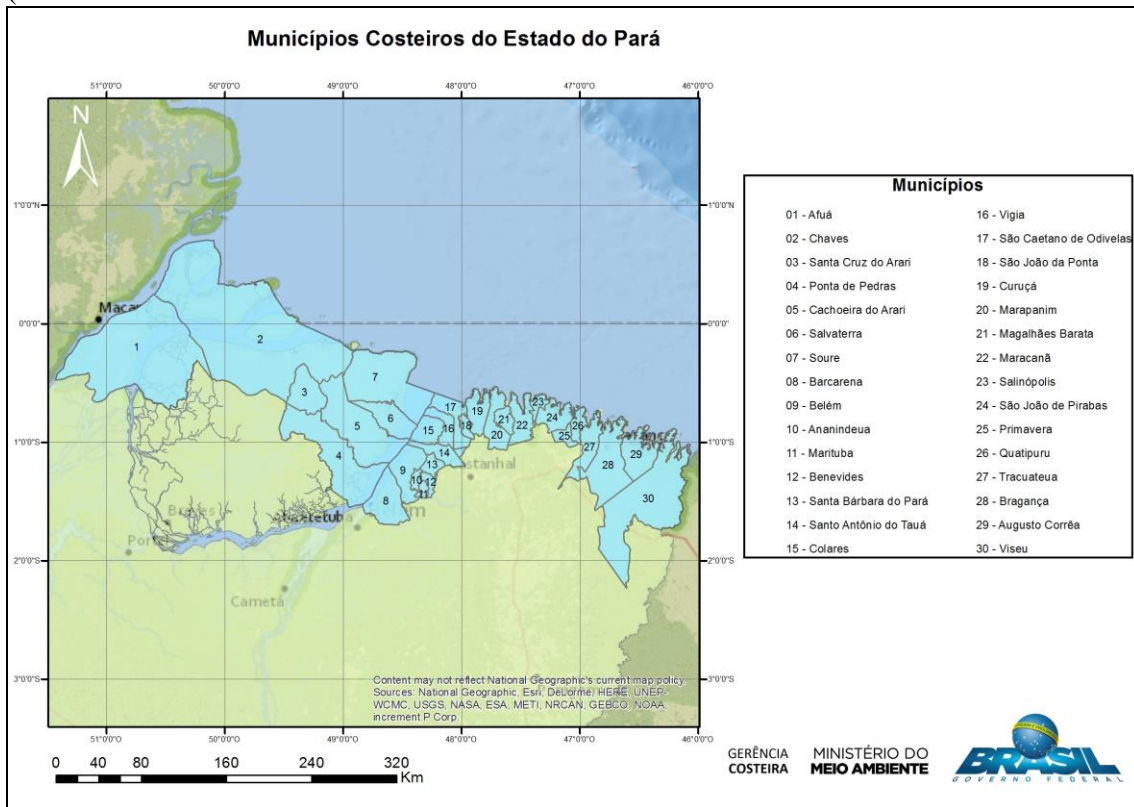


Figura 1. Municípios costeiros do Estado do Pará. Fonte: MMA.
<http://www.mma.gov.br/informma/item/10592>

Tabela 1) (IBGE, 2010).

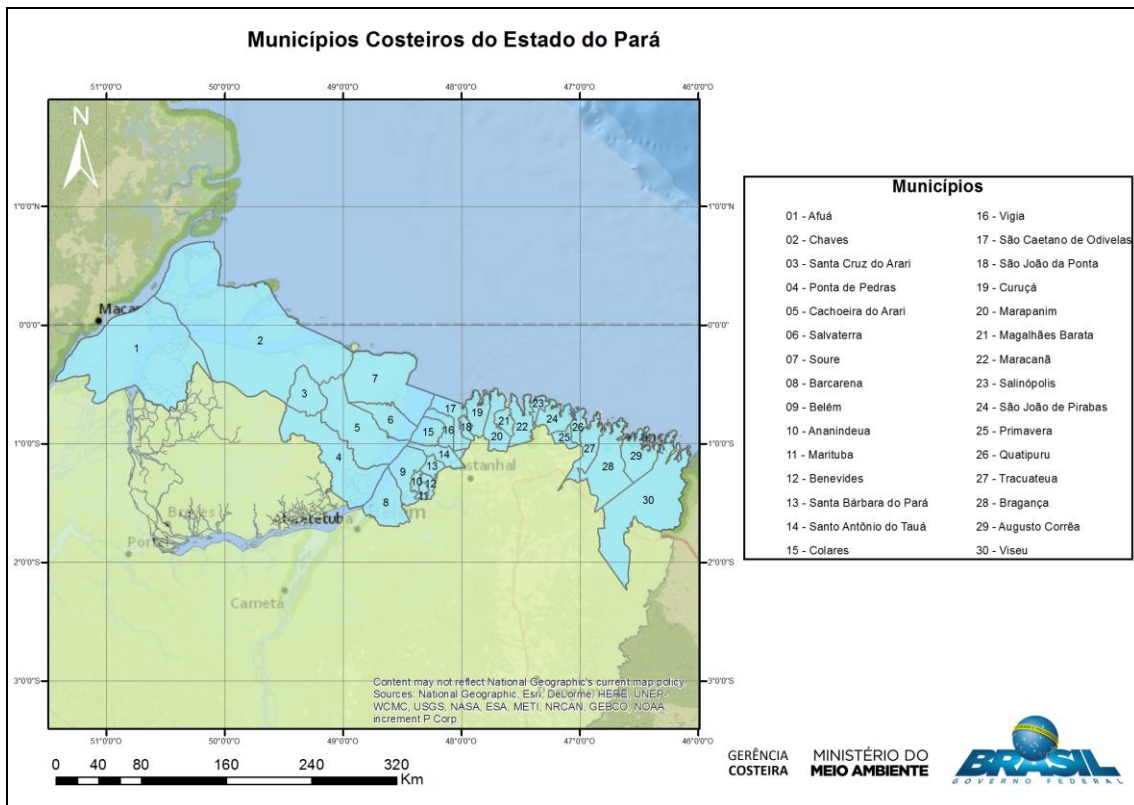


Figura 1. Municípios costeiros do Estado do Pará. Fonte: MMA.
<http://www.mma.gov.br/informma/item/10592>)

Tabela 1. Área e demografia dos municípios costeiros do Estado do Pará.

Município	População (Hab.)	Área Territorial (Km ²)
Afuá	35.042	6.109
Ananindeua	471.980	179
Augusto Corrêa	40.500	890
Barcarena	99.859	818
Bragança	113.230	2.330
Belém	1.393.399	553
Benevides	51.651	188
Cachoeira do Arari	20.443	2.748
Chaves	21.010	13.090
Colares	11.381	242
Curuçá	34.290	670
Magalhães Barata	8.120	330
Maracanã	28.380	770
Marapanim	26.610	800
Marituba	108.246	100
Primavera	10.268	260
Ponte de Pedras	25.999	2.950
Quatipuru	12.410	320
Salinópolis	37.420	220
Salvaterra	20.183	786
Santa Barbara do Pará	17.141	278
Santa Cruz do Arari	8.155	1.079
Santo Antonio do Tauá	26.674	449
São Caetano de Odívelas	16.890	720
São João de Pirabas	20.650	710
São João da Ponta	5.265	198
Soure	23.000	3.510
Tracuateua	27.460	770
Vigia	47.889	386
Viseu	56.720	4.960
Total	2.820.265	47.413

Fonte: IBGE (2011).

O estado possui no seu litoral nove unidades de conservação, na modalidade de Reservas Extrativistas Marinhas-RESEX: Soure, São João da Ponta, Mãe Grande de Curuçá, Maracanã, Chocoaré-Mato Grosso, Tracuateua, Caeté-Taperaçu, Aráí-Peroba e Gurupi-Piriá, ocupam um território de aproximadamente 2.553 km² e possuem mais de 100.000 usuários, entre moradores das unidades e do entorno. Isto representa 5,4% do território de todos os municípios costeiros, e corresponde a 3,5% da população dos mesmos.

2.3. Estado do Amapá

A origem do nome Amapá é controversa. Na língua tupi, o nome Amapá significa ‘o lugar da chuva’ – ‘ama’ (chuva) e ‘paba’ (lugar, estância, morada). A tradição diz que o nome teria vindo do nheengatu, uma espécie de dialeto tupi jesuítico, que significa ‘terra que acaba’ ou ‘ilha’. Também pode se referir à árvore Amapá (*Hancornia amapa*), muito comum na região. Sua seiva é usada como fortificante e estimulador do apetite.

O Estado do Amapá é o décimo oitavo estado brasileiro com uma área de 142.828,5 km², que em sua maior parte encontra-se localizada ao norte do equador. Estende-se, aproximadamente, da latitude 1° S, a partir da confluência com o rio Jarí, na embocadura do rio Amazonas até quase 5° de latitude norte, onde se limita com a Guiana. É limitado à leste pelo Oceano Atlântico, à sul, sudeste e oeste pelo Estado do Pará e à noroeste faz fronteira com a Guiana e o Suriname. Esta posição geográfica proporciona ao Estado características das regiões equatoriais, refletidas, principalmente, nas condições climáticas e hidrológicas que condicionaram modificações nas paleocoberturas do solo e da vegetação.

O Estado do Amapá possui 698 km de costa, banhada pelo oceano Atlântico, representando 10,4% de todo o litoral brasileiro. Tem uma população estimada de 669.526 habitantes (IBGE, 2010), sendo 10,2 % da região rural e 89,8% da urbana, dentre os quais se destaca a capital, Macapá, no estuário amazônico com cerca de 398.204 habitantes (IBGE, 2011). O Estado do Amapá possui 16 municípios, dos quais oito considerados costeiros (Figura 2 e Tabela 2).

A ocupação do atual Amapá, anteriormente à chegada dos primeiros exploradores europeus na região no século 16, era de indígenas das etnias waiãpi, palikur, maracá-cunani e tucuju, incluídos nos troncos linguísticos aruaque e caribe. Vestígios da ocupação humana pré-colombiana podem ser verificados nos sítios arqueológicos de cerâmicas maracá-cunani e no Parque Arqueológico do Solstício, em Calçoene, que data de pelo menos 2.000 anos.

O primeiro europeu a explorar o Amapá foi o espanhol Vicente Yáñez Pinzón, a partir da foz do rio Amazonas, chegando à boca de outro grande curso d'água, que passou a ser denominado rio Vicente Pinzón. No final do século XIX, esse rio foi identificado com o nome de Oiapoque, tendo o Brasil ganhado o litígio dos limites com a Guiana Francesa.

Segundo relatos obtidos no site do MP-APO Amapá foi desmembrado do estado do Pará em 1943, quando foi criado o Território Federal do Amapá (TFA) o qual possuía quatro municipalidades (Macapá, Mazagão, Oiapoque e Amapá), estas foram aumentadas para cinco em 1956 (Calçoene). Em 1988 a atual Constituição Federal elevou o TFA a categoria de Unidade da Federação. O Estado passou por uma rápida e profunda subdivisão administrativa e onze novos municípios foram criados entre os anos de 1988 e 1992, compondo, atualmente, um total de dezesseis.

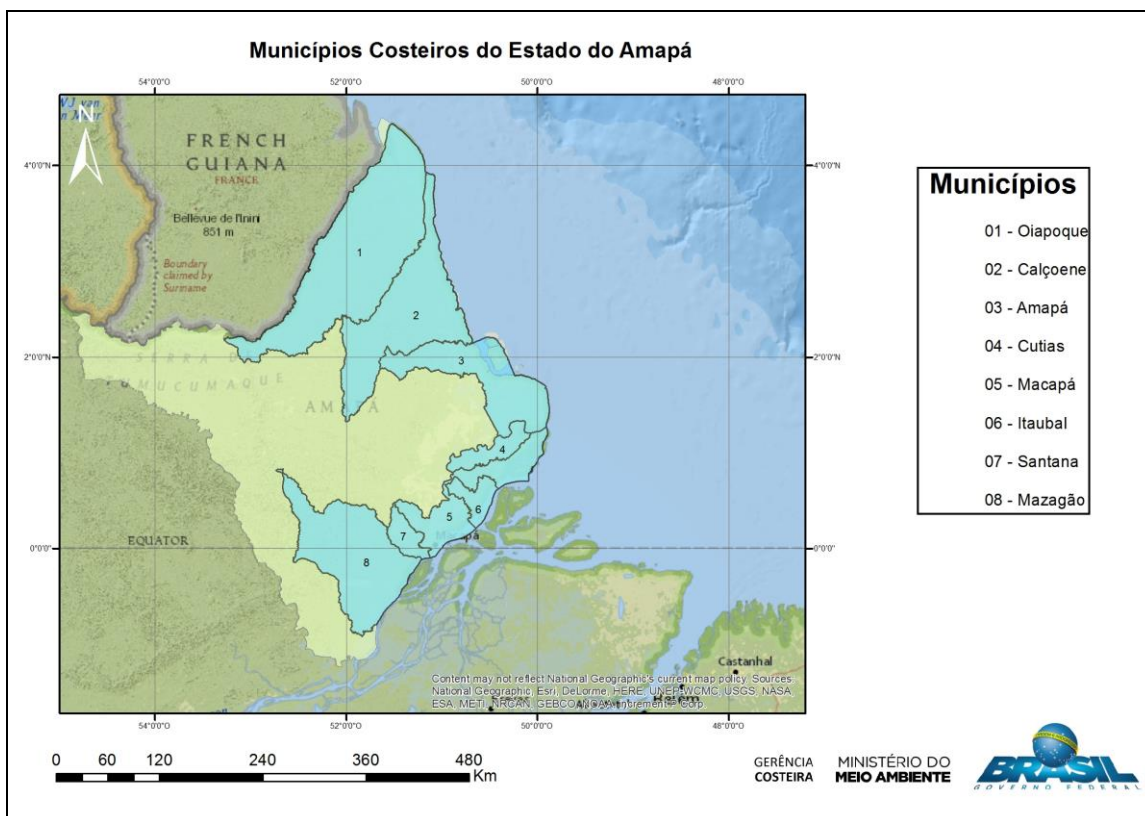


Figura 2. Municípios costeiros do Estado do Amapá. Fonte: MMA.

http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/index.php?option=com_k2&view=item&id=10608

Tabela 2. Área e demografia dos municípios costeiros do Estado do Amapá.

Município	População (Hab.)	Área Territorial (Km ²)
Amapá	8.069	9.167,61
Calçoene	9.000	14.231,78
Cutias	4.696	2.123,19
Itaubal	4.265	1.281,08
Macapá	398.204	6.503,45
Mazagão	17.032	13.048,83
Oiapoque	20.509	22.625,28
Santana	101.262	1.538,84
Total	563.037	70.520,06

Fonte: IBGE (2010).

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

3.1. Caracterização Social

3.1.1. Caracterização Geral da População

As populações que habitam o litoral paraense e amapaense estão estruturadas em assentamentos denominados “comunidades” formadas principalmente por pescadores, ou coletores de caranguejos e mariscos. A maior parte da população é oriunda da região, descendentes de índios, portugueses e, principalmente, caboclos. Além da pesca, usam os recursos extrativistas vegetais e animais e cultivam pequenas lavouras. As áreas mais afastadas do mar, como o território da RESEX de Chocoaré Mato-Grosso, ou São João da Ponta, que não possuem frente marítima, comportam maior proporção de agricultores.

Mais de 2 milhões de pessoas utilizam o território marinho dos estados do Amapá e Pará. A população de moradores dos municípios costeiros desses dois estados é formada basicamente por pescadores artesanais que dependem da pesca e do extrativismo de recursos faunísticos como caranguejos, mariscos e camarões para sua sobrevivência e reprodução econômica. As famílias, formadas geralmente por 4 ou 5 membros, habitam moradias localizadas em aglomerados denominados “comunidades”, com identidade própria. Entende-se aqui por comunidade, o conjunto de indivíduos que residem em uma área mais ou menos restrita e utiliza recursos de maneira mais ou menos comunal.

Estas comunidades de homens do mar fazem parte do conceito de populações tradicionais. A legislação brasileira (Decreto 6.040, de 07/02/2007) define populações tradicionais como sendo “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e que usam territórios e recursos naturais, como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Diegues *et al.* (2000) expõe que “culturas tradicionais” são aquelas que se desenvolvem um modo de produção da pequena produção mercantil e que se distinguem daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que, não só a força de trabalho, como a própria natureza se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria).

Esta ideia de comunidades tradicionais está vinculada ao conceito de que as culturas que formam a base de sociedades humanas promovem a adaptação entre o homem e as condições naturais do meio onde ele habita, pelo uso dos instrumentos e pelas orientações que ele imprime às formas de garantir a sua sobrevivência. Assim, pode-se imaginar que as comunidades desta região, assim como outras na região amazônica, não somente são estruturadas por fatores históricos e sociais, mas também pelas condições ecológicas específicas locais, bem como pela economia básica que sustenta estas populações. Estas condições, por sua vez se refletem nas relações de trabalho. Uma das principais características das comunidades de pescadores do litoral paraense é que a cooperação vicinal e os princípios de reciprocidade permeiam todas as relações sociais (ARRUDA, 1999).

A permanência no local de origem é também uma característica destas populações tradicionais. Segundo Santos (2005), a maior parte dos pescadores do NE paraense nasceu no mesmo município que residem e mais de 70% deles moram na mesma comunidade há mais de 20 anos. As comunidades da região possuem uma estrutura etária típica da região rural do Norte do Brasil, com grande proporção de jovens, menores de 25 anos, os quais não têm muitas opções de emprego, fora da atividade

pesqueira. Por este motivo desde crianças são treinados nos afazeres da captura e coleta do caranguejo e da pesca, para posteriormente assumir esta atividade profissional, junto aos parentes e vizinhos. Apesar da estrutura jovem das comunidades, os pescadores possuem idade média de mais de 40 anos (SANTOS, 2005).

A maior parte dos pescadores possui apenas três anos de estudo escolar, ou seja, não completou o ensino fundamental, o que constitui uma média bem inferior à nacional que é de 5,7 anos de estudo (Santos, 2005). As condições de vida são muito baixas, as habitações são tradicionalmente de madeira e, mais recentemente, devido à política de concessão de casas pelo INCRA para os moradores das RESEXs, estão sendo construídas casas de alvenaria simples. A maioria da população não tem acesso a bens de consumo mais modernos, exceto televisão e aparelhos celulares, em alguns casos. Segundo Lourenço *et al.* (2003) 52,1% dos pescadores artesanais do Nordeste Paraense obtêm rendimentos mensais inferiores a três salários mínimos.

Os municípios costeiros possuem índice de desenvolvimento humano-IDH muito baixo, inferior à média nacional, que é de 0,813. O pior IDHM é apresentado pelo município de Chaves. Na renda, o pior índice se observa em Augusto Corrêa. Quanto à longevidade, o pior índice se registra em Quatipuru e para a educação o pior indicador foi em Chaves. (PNUD, 2013). Como estes dados são do ano 2010, pode se imaginar uma melhoria para hoje em dia.

Tabela 3. Índices de desenvolvimento humano municipal, renda, longevidade e educação para o ano 2010, nos municípios costeiros dos estados do Amapá e Pará. Em negrito, piores valores da série.

UF	Municípios	IDHM	Renda	Longevidade	Educação
Amapá	Amapá	0,642	0,631	0,790	0,532
	Calçoene	0,643	0,636	0,759	0,550
	Cutias	0,628	0,576	0,760	0,566
	Itaubal	0,576	0,528	0,758	0,477
	Macapá	0,733	0,723	0,820	0,663
	Mazagão	0,592	0,609	0,758	0,449
	Oiapoque	0,658	0,693	0,779	0,527
	Santana	0,692	0,654	0,794	0,638
Pará	Afuá	0,489	0,485	0,774	0,311
	Ananindeua	0,718	0,684	0,821	0,658
	Augusto Corrêa	0,520	0,480	0,772	0,380
	Barcarena	0,662	0,643	0,801	0,564
	Belém	0,746	0,751	0,822	0,673
	Benevides	0,665	0,623	0,798	0,592
	Bragança	0,600	0,589	0,755	0,486
	Cachoeira do Arari	0,546	0,525	0,778	0,398
	Chaves	0,453	0,516	0,769	0,234
	Colares	0,602	0,541	0,763	0,528
	Curuçá	0,582	0,542	0,758	0,480
	Magalhães Barata	0,597	0,524	0,801	0,507
	Maracanã	0,570	0,534	0,764	0,454
	Marapanim	0,609	0,570	0,760	0,521
	Marituba	0,676	0,621	0,793	0,628
	Ponta de Pedras	0,562	0,558	0,773	0,412
	Primavera	0,577	0,571	0,772	0,435
	Quatipuru	0,543	0,550	0,732	0,397
	Salinópolis	0,647	0,628	0,798	0,541
	Salvaterra	0,608	0,580	0,793	0,488
	Santa Bárbara do Pará	0,627	0,575	0,784	0,546
	Santa Cruz do Arari	0,557	0,483	0,775	0,461
	Santo Antônio do Tauá	0,632	0,598	0,753	0,561
	São Caetano de Odivelas	0,585	0,552	0,767	0,473
	São João da Ponta	0,583	0,522	0,767	0,495
	São João de Pirabas	0,539	0,529	0,753	0,393
	Soure	0,615	0,583	0,76	0,525
	Tracuateua	0,531	0,514	0,776	0,376
Vigia	0,617	0,594	0,768	0,516	
Viseu	0,515	0,482	0,776	0,366	

Fonte: PNUD (2013)

3.1.2. Perfil populacional regional

Considerando a presença humana e o uso dos recursos naturais na região, a análise do perfil populacional regional e, posteriormente, da dinâmica econômica regional, deverá apontar qual o tamanho da população e das atividades produtivas, bem como qual sua tendência de evolução (se está aumentando ou diminuindo).

O primeiro passo para a análise do perfil populacional regional é verificar se há correspondência territorial para a realização de comparações de tamanho da população da área de estudo em períodos diferentes. Os processos de emancipação e desmembramento de municípios interferem na contagem da população em períodos diferentes, pois junto com a parcela de território desmembrada, é transferida,

administrativamente, a população residente. Para estabelecer a base de correspondência geográfica para comparações é preciso, portanto, verificar as últimas alterações registradas nos limites territoriais dos municípios da área de estudo.

Para a utilização de dados censitários de população, portanto, a mesma base territorial corresponde aos anos de 2000 e 2010 apenas. Entretanto, para 1991 é possível utilizar, alternativamente, a estimativa da população segundo a base de setores censitários de 2010 nos municípios que registraram emancipações. Esta estimativa foi realizada para o cálculo dos indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) e foi produzida com base na estimativa de população por setores censitários correspondentes a 2010.

Assim, em 2010 a população residente na área de estudo era de 3.362.830 pessoas aproximadamente (Tabela 4). O maior município da área de estudo em população era Belém (41,4%), Ananindeua (14,0%) e Macapá (11,8%). Em termos relativos, de 1991 para 2010, todos os municípios do Amapá aumentaram sua participação na população da área de estudo e 13 municípios do Pará reduziram sua participação. Em 2010 a distribuição da população entre os municípios amapaenses e paraenses era de 48,3% e 51,7%, respectivamente.

Tabela 4. População total na área de estudo de 1991 a 2010.

UF	Unidade Territorial	1991	%	2000	%	2010	%
Amapá	Amapá	4.233	0,2	7.121	0,3	8.069	0,2
	Calçoene	5.177	0,2	6.730	0,2	9.000	0,3
	Cutias	4.125	0,2	3.280	0,1	4.696	0,1
	Itaubal	1.003	0,0	2.894	0,1	4.265	0,1
	Macapá	166.968	7,7	283.308	10,0	398.204	11,8
	Mazagão	8.991	0,4	11.986	0,4	17.032	0,5
	Oiapoque	7.555	0,3	12.886	0,5	20.509	0,6
	Santana	51.451	2,4	80.439	2,9	101.262	3,0
Pará	Afuá	20.008	0,9	29.505	1,0	35.042	1,0
	Ananindeua	244.442	11,3	393.569	13,9	471.980	14,0
	Augusto Corrêa	30.323	1,4	33.011	1,2	40.497	1,2
	Barcarena	45.946	2,1	63.268	2,2	99.859	3,0
	Bragança	80.055	3,7	93.779	3,3	113.227	3,4
	Belém	1.084.996	50,0	1.280.614	45,4	1.393.399	41,4
	Benevides	18.867	0,9	35.546	1,3	51.651	1,5
	Chaves	17.400	0,8	17.350	0,6	21.005	0,6
	Colares	8.338	0,4	10.632	0,4	11.381	0,3
	Curuçá	20.502	0,9	26.160	0,9	34.294	1,0
	Magalhães Barata	7.331	0,3	7.693	0,3	8.115	0,2
	Maracanã	25.575	1,2	27.571	1,0	28.376	0,8
	Marapanim	20.087	0,9	24.718	0,9	26.605	0,8
	Marituba	44.492	2,0	74.429	2,6	108.246	3,2
	Primavera	8.622	0,4	9.718	0,3	10.268	0,3
	Ponte de Pedras	16.500	0,8	18.694	0,7	25.999	0,8

	Quatipuru	8.511	0,4	10.905	0,4	12.411	0,4
	Salinópolis	22.670	1,0	33.449	1,2	37.421	1,1
	Salvaterra	11.889	0,5	15.118	0,5	20.183	0,6
	Santa Barbara do Pará	8.509	0,4	11.378	0,4	17.141	0,5
	Santa Cruz do Arari	4.774	0,2	5.255	0,2	8.155	0,2
	Santo Antonio do Tauá	17.128	0,8	19.835	0,7	26.674	0,8
	São Caetano de Odivelas	15.171	0,7	15.595	0,6	16.891	0,5
	São João de Pirabas	16.259	0,7	17.484	0,6	20.647	0,6
	São João da Ponta	5.395	0,2	4.035	0,1	5.265	0,2
	Soure	17.481	0,8	19.958	0,7	23.001	0,7
	Tracuateua	17.094	0,8	22.743	0,8	27.455	0,8
	Vigia	37.979	1,7	40.176	1,4	47.889	1,4
	Visou	46.052	2,1	51.090	1,8	56.716	1,7
Totais	Total Área de Estudo	2.171.899	100,0	2.821.922	100,0	3.362.830	100,0
	Total Amapá	249.503	34,8	408.644	43,6	563.037	48,3
	Total Pará	1.922.396	65,2	2.413.278	56,4	2.799.793	51,7

Fonte: PNUD (2013).

A área de estudo registra um processo de urbanização parcial, com uma taxa de 44,7% de população urbana em 1991, aumentando para 54,8% em 2000 e se elevando para 56,2% em 2010 (Tabela 5). Marituba, Ananindeua e Chaves foram os municípios com as maiores variações nas taxas de urbanização (cresceram 1.445,3%, 254,8% e 183,3%, respectivamente). Já Barcarena, São João da ponta, Curuçá, São João de Pirabas e Tracuateua foram os municípios que apresentaram variação na taxa de urbanização negativa (22,8%, 20,1%, 8%, 5,8% e 0,8%, respectivamente). Os municípios de Afuá (27%), Barcarena (36,3%), Chaves (11,9%), Colares (32,1%), Curuçá (35,5%), Santa Barbara do Pará (31,8%), São João da Ponta (19,5%), Tarcuateua (26,4%) ,Visou (32,4%) ainda mantém parcela significativa de sua população residindo em áreas rurais.

O ritmo do crescimento da população da área de estudo no período mais recente (2000/2010) foi menor (1,92% a.a.) que o registrado no Estado do Amapá (3,78% a.a.). Neste período, todos os municípios registraram taxas de crescimento positivas, exceto a população rural de Amapá, Santana, Marapanim, Marituba e Soure que registraram redução de -0,74%, 5,31%, 0,21%, 8,82% e 2,52% a.a. (Tabela 6).

Tabela 5. Taxa de urbanização dos municípios na área de estudo no período de 1991 a 2010.

UF	Unidade Territorial	1991	2000	2010	Varição 1991/2000	Varição 2000/2010	Varição 1991/2010
Amapá	Amapá	76,6	83,2	86,2	8,6	3,6	12,5
	Calçoene	75,4	78,3	81,2	3,8	3,7	7,7
	Cutias	0	43,9	52	-	18,5	-
	Itaubal	33,9	39,9	41,1	17,7	3,0	21,2
	Macapá	89,5	95,5	95,7	6,7	0,2	6,9
	Mazagão	44	49,8	48,5	13,2	-2,6	10,2
	Oiapoque	53	60,9	67,5	14,9	10,8	27,4
	Santana	89	94,3	97,9	6,0	3,8	10,0

	Afuá	20,5	22,9	27	11,7	17,9	31,7	
	Ananindeua	28,1	99,7	99,7	254,8	0,0	254,8	
	Augusto Corrêa	28,6	40,5	45,1	41,6	11,4	57,7	
	Barcarena	47	43,8	36,3	-6,8	-17,1	-22,8	
	Bragança	56,2	60,3	64,1	7,3	6,3	14,1	
	Belém	78,4	99,3	99,1	26,7	-0,2	26,4	
	Benevides	31,2	58,8	55,9	88,5	-4,9	79,2	
	Chaves	4,2	7,1	11,9	69,0	67,6	183,3	
	Colares	31,8	30,4	32,1	-4,4	5,6	0,9	
	Curuçá	38,6	38	35,5	-1,6	-6,6	-8,0	
	Magalhães Barata	45,3	51,7	46,8	14,1	-9,5	3,3	
	Maracanã	37,7	42,5	41,1	12,7	-3,3	9,0	
	Marapanim	38,4	38,4	43,9	0,0	14,3	14,3	
	Marituba	6,4	87,1	98,9	1260,9	13,5	1445,3	
Pará	Primavera	58,2	65,5	62,2	12,5	-5,0	6,9	
	Ponte de Pedras	35,5	46,2	47,7	30,1	3,2	34,4	
	Quatipuru	39	39,8	42,8	2,1	7,5	9,7	
	Salinópolis	85,2	90,9	89,2	6,7	-1,9	4,7	
	Salvaterra	59,2	57,2	62,7	-3,4	9,6	5,9	
	Santa Barbara do Pará	28,9	35,2	31,8	21,8	-9,7	10,0	
	Santa Cruz do Arari	34,6	42,7	48,9	23,4	14,5	41,3	
	Santo Antonio do Tauá	46,1	52,3	55,7	13,4	6,5	20,8	
	São Caetano de Odivelas	32,9	42	41,2	27,7	-1,9	25,2	
	São João de Pirabas	53,9	56,2	50,8	4,3	-9,6	-5,8	
	São João da Ponta	24,4	26	19,5	6,6	-25,0	-20,1	
	Soure	82,9	86,7	91,4	4,6	5,4	10,3	
	Tracuateua	26,6	20,5	26,4	-22,9	28,8	-0,8	
	Vigia	66,2	69,7	67,5	5,3	-3,2	2,0	
	Viseu	25,9	32,2	32,4	24,3	0,6	25,1	
	Totais	Total Área de Estudo	44,7	54,8	56,2	22,7	2,4	25,7
		Total Amapá	80,9	89	89,8	10,0	0,9	11,0
		Total Pará	52,4	66,5	68,5	26,9	3,0	30,7

Fonte: PNUD (2013).

Contudo, o dinamismo populacional da área de estudo está muito ligado à diminuição da população rural, que registrou taxa de 2,17% a.a. no período 2000/2010 e tinha registrado -5,62% a.a. no período 1991/2000, por conta do significativo declínio do crescimento da população rural de Ananindeua (-11,05% a.a.), Belém (-10,72% a.a.) e Marituba (-8,56% a.a) neste último período.

Tabela 6. Taxa de crescimento anual (% a.a.) da população segundo a situação de domicílio (1991/2010).

UF	Unidade Territorial	Taxa anual cresc. 2000/2010	Taxa anual cresc. 1991/2000
----	---------------------	-----------------------------	-----------------------------

		Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Amapá	Amapá	1,33	1,75	-0,74	0,93	1,95	-2,44
	Calçoene	3,37	3,86	1,60	3,33	3,89	1,62
	Cutias	4,32	6,93	2,26	-2,28	-	-6,16
	Itaubal	4,74	5,17	4,45	20,95	26,67	18,02
	Macapá	4,06	4,09	3,40	7,74	9,01	-3,06
	Mazagão	4,21	3,85	4,57	3,83	5,81	2,28
	Oiapoque	5,92	7,66	3,20	7,84	10,65	4,67
	Santana	2,59	3,07	-5,31	6,26	7,29	-2,09
Pará	Afuá	1,88	3,98	1,25	5,27	7,30	4,75
	Ananindeua	1,99	2,02	2,32	6,78	52,26	-11,05
	Augusto Corrêa	2,27	3,66	1,32	0,98	5,98	-1,02
	Barcarena	5,78	3,07	7,90	4,19	3,15	5,11
	Bragança	2,07	2,84	0,91	1,90	2,84	0,70
	Belém	0,88	0,86	4,44	2,00	5,49	-10,72
	Benevides	4,53	3,83	5,54	9,82	28,26	1,43
	Chaves	2,11	10,36	1,48	-0,03	7,53	-0,37
	Colares	0,70	1,31	0,44	3,06	2,44	3,35
	Curuçá	3,11	2,24	3,64	3,07	2,84	3,21
	Magalhães Barata	0,55	-0,46	1,63	0,55	2,19	-0,81
	Maracanã	0,29	-0,05	0,54	0,87	2,37	-0,04
	Marapanim	0,76	2,33	-0,21	2,56	2,56	2,56
	Marituba	4,54	6,51	-8,82	7,48	239,74	-8,56
	Primavera	0,57	0,03	1,58	1,41	2,98	-0,78
	Ponta de Pedras	3,91	4,38	3,50	1,48	5,26	-0,61
	Quatipuru	1,38	2,24	0,81	3,13	3,40	2,95
	Salinópolis	1,19	0,98	3,29	5,28	6,38	-1,06
	Salvaterra	3,35	4,65	1,61	3,02	2,53	3,74
	Santa Barbara do Pará	5,07	3,61	5,85	3,75	7,00	2,42
	Santa Cruz do Arari	5,52	7,79	3,82	1,12	3,99	-0,40
	Santo Antonio do Tauá	3,45	4,32	2,49	1,76	3,49	0,27
	São Caetano de Odivelas	0,83	0,62	0,98	0,31	3,46	-1,23
	São João de Pirabas	1,81	0,67	3,28	0,84	1,34	0,25
	São João da Ponta	3,05	-0,19	4,19	-2,80	-2,27	-2,97
	Soure	1,52	2,15	-2,52	1,57	2,15	-1,22
	Tracuateua	2,07	5,51	1,18	3,67	0,32	4,88
	Vigia	1,92	1,55	2,77	0,64	1,25	-0,56
Viseu	1,10	1,16	1,07	1,22	4,20	0,17	
Totais	Total Área de Estudo	1,92	1,88	2,17	3,31	8,48	-5,62
	Total Amapá	3,78	3,93	2,19	6,92	8,45	-1,34
	Total Pará	1,60	1,51	2,17	2,84	8,49	-5,84

Fonte: PNUD (2013)

O padrão de crescimento populacional da área de estudo, portanto, é típico de uma região de expansão da chamada fronteira agrícola, com crescimento das populações tanto urbanas, quanto rurais, ao passo que em regiões de ocupação consolidada, predominantemente, o crescimento se dá com taxas de aumento da população urbana em detrimento de uma redução da população rural

3.1.3. Formas de organização

A organização social dentro das comunidades pode ser vista desde diferentes escalas ou dimensões, a saber: do trabalho interno, de classe ou profissional e de caráter política e geral.

Na organização do trabalho, segundo Furtado (1997), as redes de parentesco consanguíneo, as relações de parentesco ritual, a religiosidade, as manifestações lúdicas e as trocas de favores e presentes, que atuam sob o princípio de reciprocidade, representam os principais caminhos para os relacionamentos sociais dos moradores das comunidades e estruturam a base para os mecanismos de integração dos indivíduos. Esta forma de organização tem seus rebatimentos na constituição dos grupos de trabalho da pesca, formados por turmas com base nesse tipo de relacionamentos. Os grupos de trabalho da pesca são consuetudinários, passando muitas vezes de pai para filho, não só pela forma de organização, mas também pelos saberes e tradições compartilhadas por essa forma de agremiação.

As Colônias de Pescadores representam a forma mais típica de organização profissional da categoria de classe dos pescadores. Após a criação da primeira colônia de pesca em Santa Catarina, pelo Rei João VI em 1817 (FURTADO, 1981), as colônias de pesca com seu formato mais moderno tiveram sua origem, no Pará, nas primeiras décadas do século XX, a partir de uma missão da Marinha de Guerra do Brasil em 1919, quando se fundaram a Z-17 (hoje Z-10) de Icoaraci, e a Z-09 de Mosqueiro, em Belém. A Marinha via os pescadores com uma importância estratégica para a defesa nacional, considerando o enorme território marinho do Brasil e por isso as colônias eram subordinadas ao Ministério da Marinha. Ainda nessa época são criadas a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil (hoje Confederação Nacional dos Pescadores e Pescadoras-CNPP) e as federações estaduais (ROCHA, *et al.*, 1996; AGUIAR *et al.*, 2010).

No Estado do Pará, existem atualmente 65 Colônias de pescadores, distribuídas em todo o seu território. Praticamente, em cada um dos municípios do litoral há uma Colônia de Pesca. Já no Amapá são um total de 16 Colônias de Pescadores, uma em cada município (RUFFINO, 2017). No âmbito estadual, as Colônias de Pescadores estão vinculadas à Federação dos Pescadores de seus respectivos Estados. A adesão dos pescadores às colônias é bastante questionável e encontra-se entre 50 e 70% do universo total de cada município, dependendo da localidade e categoria de pescador (BENTES, 2004). Muitos pescadores reclamam da ineficiência dessas instituições no atendimento das suas demandas de benefícios econômicos, bem como da necessidade de maior representatividade e força política (ROCHA *et al.*, 1996). Denúncias de fraudes e corrupção são recorrentes no discurso dos pescadores (PERES, 2011). Além disso, denúncias da impropriedade da política de entrada dos sócios também são frequentemente, ou seja: nem todos os sócios são pescadores e nem todos os pescadores são sócios de uma colônia de pesca. Em geral, observa-se que a atuação das colônias tem um viés claramente assistencialista, promovendo benefícios como seguro desemprego e aposentadorias aos seus associados, mas sem uma preocupação com o

incremento da organização social e política de classe que favoreça a organização e poder dos pescadores a nível global.

Isto pode ser uma consequência da sua forma de gestão, bem como da falta de interesse do Estado em ter uma força sindical importante nesse setor de atividades. Diegues (1983) ressalta que no início da sua formação as colônias tinham um caráter apenas cooperativista e não de classe, pois nelas se incluíam tanto os pescadores artesanais, como os industriais, empresários e patrões de pesca. Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve a equiparação das Colônias de Pescadores ao formato dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Hoje em dia, as Colônias são consideradas associações sindicais dos pescadores (as) artesanais de âmbito municipal, o que permitiu que estas elaborassem seus estatutos de acordo com a realidade local (SAMPAIO, 2006). Os trabalhadores da pesca industrial são atualmente representados por sindicatos específicos, como o Sindicato de Condutores/motoristas, mototistas, e pescadores dos estados do Pará e Amapá, criado oficialmente em 1989 (ROCHA, *et al.*, 1996). Contudo, estas modificações não conseguiram dar visibilidade e transcendência à atuação destas entidades.

Historicamente, o envolvimento dos pescadores com os movimentos sociais e políticos é bastante fraco. No Pará, a literatura menciona que a primeira participação política de pescadores foi no movimento dos Cabanos, em 1835, quando houve reivindicações da classe para melhorias na qualidade de vida (POTIGUAR JUNIOR, 2002). Após isso, só a formação das colônias, induzida pelo governo, marca a presença dos pescadores no quadro político e social regional e já foi mencionado que a sua atuação não tem sido muito marcante desde esse ponto de vista.

A organização dos pescadores em associações e sindicatos ocorreu de forma mais evidente somente após a abertura política do Brasil, na década de 80. Destacam-se neste período as ações da Igreja Católica, através da criação do Conselho Pastoral da Pesca-CPP, que foi vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB. Com a campanha para a Constituição Brasileira de 1988, alguns pescadores criaram um movimento denominado, “Constituinte da Pesca”, que tinha como objetivo buscar a autonomia política e sindical da classe. Isto foi reforçado posteriormente com o surgimento do Movimento Nacional dos Pescadores-MONAPE, que estendeu suas bases de atuação às representações estaduais.

O CPP é uma pastoral social, que tem como objetivo obter a promoção social dos pescadores artesanais, bem como acompanhar as lutas das organizações pesqueiras, nos locais onde desenvolvem suas atividades. Sua missão inclui atividades que destaquem a importância da relação do pescador com o meio ambiente através da autovalorização de suas características políticas, sociais e culturais, fortalecendo a sua identidade.

O MONAPE, por sua vez, é um movimento nacional, que atualmente tem sua sede na cidade de Belém. Porém, suas instalações físicas são muito precárias e com pouca estrutura técnico-administrativa para suportar as suas funções. Sua missão é dar maior credibilidade à classe de pescadores e as suas representações, fortalecendo-as e assegurando-lhes maior autonomia política e econômica, para a luta por melhores condições de vida para a atividade pesqueira. Para isso, realizam seminários e atividades de capacitação e educação. Além disso, pretende auxiliar na busca de fontes de financiamento de projetos, negociando com órgãos públicos e bancos oficiais o acesso

de crédito aos pescadores artesanais, com propostas de projetos para gerar alternativas econômicas (POTIGUAR JUNIOR, 2002).

Apesar das boas intenções, nenhuma das entidades acima mencionadas, sejam as sindicais como os movimentos político e/ou religiosas, tem conseguido congregiar os pescadores artesanais e dar força política nacional e visibilidade suficiente para que esta classe de trabalhadores, principalmente os artesanais, possam influenciar as políticas do governo.

Além destas formas de organização de classe e políticas, as comunidades marinhas do litoral da área de estudo contam com um grande número de associações comunitárias, de jovens (Clube de jovens), de gênero (Clube de mães, Associação de mulheres), lúdicas (Clubes de futebol) e profissionais (pescadores, caranguejeiros, agricultores, etc.), além dos centros comunitários de cada localidade. Algumas destas associações foram criadas a partir da indução do estado, devido às exigências legais para certos procedimentos, como a obtenção de créditos facilitados e até mesmo para a criação de algumas Reservas Extrativistas, que exige a existência de uma Associação de Usuários que conjugue todas as comunidades que estão localizadas no território da Unidade de Conservação. Esta indução oficial nem sempre tem um impacto positivo sobre as associações, pois elas acabam sendo criadas para cumprir com as formalidades legais e sem possuir um quadro de militantes ativos, capazes de mantê-la nas suas funções associativistas por longos períodos de tempo.

Assim, cada unidade possui pelo menos uma associação de usuários, além de outras, específicas de cada localidade ou região, bem como outras associações de cunho comunitário como clube de mães, clube de futebol e similares. Existe também uma associação que congrega todas as associações de usuários. Esta entidade é denominada Central Associações dos Usuários das Reservas Extrativistas Marinhas do Pará (CAUREM). Contudo, esta entidade ainda carece de formalidades, tais como regimento interno, com as especificações de objetivos e forma de gestão.

Na lista da 7 apresentam-se 24 associações que foram citadas nos laudos ambientais ou encontradas na literatura (ISAAC *et al.*, 2006) o que dá uma ideia da diversidade das formas de associativismo local que pode ser encontrado nestes municípios da área de estudo. Na realidade, esta lista serve só a modo de exemplo e está longe de estar completa, uma vez que, de forma geral, cada comunidade possui uma associação de moradores, o que elevaria o número para mais de 200 destas entidades.

Apesar das diversas manifestações de descontento sobre as atividades das associações, bem como da falta de conhecimentos sobre as funções de cada entidade, parece evidente que este grande universo pode ser considerado um ponto positivo das unidades, a partir do qual o fortalecimento da organização social das Reservas poderia ser alvejado, através de programas específicos de capacitação e de engajamento de suas lideranças. As associações poderiam também servir como base para a formação de quadros para futuras representações e lideranças locais e regionais.

Tabela 7. Lista das principais associações atuantes nas RESEXs marinhas do litoral do Pará, de acordo com os laudos ambientais e levantamentos bibliográficos diversos.

Município	Nome da associação
SOURE	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure

	Associação dos Caranguejeiros de Soure
	Associação da Comunidade Pesqueira da Vila do Pesqueiro
	Associação da Comunidade Pesqueira do Caju- Una
	Associação dos Moradores do Povoado do Céu
	Associação das Mulheres de Soure
	Associação dos Camaroeiros de Soure
	Associação dos Pescadores da Vila do Pesqueiro
	Associação de Mulheres da Vila do Pesqueiro
SÃO JOÃO DA PONTA	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta
CURUÇÁ	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá
MARACANA	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã
	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Chocoaré-Mato Grosso
TRACUATEUA	Associação dos Usuários da RESEX Marinha de Tracuateua
	Associação dos Criadores Orgânicos de Abelhas de Tracuateua
BRAGANÇA	Associação de Usuários da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu
	Associação de Moradores da vila de Acarajó Grande
	Associação dos ruralistas e pescadores da Vila do Castelo
	Associação do pescado e produtos diversos da praia de Ajuruteua
	Associação Movimento da Maré
AUGUSTO CORRÊA	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba
WISEU	Associação dos Usuários da Reserva Extrativa Marinha Gurupi-Piriá

Fonte: Isaac *et al.* (2013)

3.1.4. Divisão do trabalho

As atividades extrativistas e a pesca caracterizam as principais formas de trabalho dos moradores das comunidades marinhas litopraneas dos estados do Amapá e Pará. O setor pesqueiro apresenta características de um sistema que une relações sociais diversas. Nele trabalham tanto mulheres como homens, mas trata-se definitivamente de um trabalho de preferência masculino. Os homens realizam a faena da captura, principalmente quando se trata de pesca embarcada. Os locais de pesca são distantes e as embarcações não oferecem comodidades para deslocamentos com mulheres, especialmente para pescarias com mais do que um dia de duração. Na coleta do caranguejo e do turu, também há predominância de homens, mesmo que eventualmente atuem mulheres. Na construção de currais e nas atividades de extração madeireira também se destacam os homens. Além disso, a construção de canoas, remos, muzuás e cestos de tucumanzeiro são atividades artesanais geralmente atribuídas aos homens.

Já a coleta de mariscos é considerada uma ocupação tipicamente feminina, dentro das atividades da pesca. As mulheres podem também ir para a despesca diariamente do curral e fazer capturas nas imediações das moradias, com pequenas embarcações a remo. Participam também do conserto ou da fabricação de artes de pesca, como redes de emalhe e tarrafas. Além disso, estão presentes em maioria quando se trata do beneficiamento dos produtos capturados, particularmente na extração da carne e patas do caranguejo e na preparação do camarão (tirar a casca e a cabeça e/ou salga).

Às mulheres é reservado também, em geral, o trabalho agrícola, cujos produtos são destinados à subsistência do grupo familiar. Nesse contexto o homem pode executar as

tarefas mais pesadas, como a derruba, a queima e a coivara, para preparar a terra antes do plantio, enquanto que a mulher e as crianças semeiam e cuidam do plantio até a colheita, que em geral é do milho, feijão e mandioca. Adicionalmente, as mulheres possuem quintais onde podem ser encontradas frutas e uma horta com verduras e ervas aromáticas e medicinais (HENRIQUE, 2005). Além dos afazeres domésticos e da criação dos filhos as mulheres das comunidades do litoral podem realizar diversos tipos de artesanatos, com produtos industrializados (tapetes e roupas de crochê, ou de tecidos) bem como naturais (cestarias, brincos, colares de materiais autóctones, como açaí, escamas, conchas e palhas).

O trabalho das pescadoras artesanais possui caráter inconstante e variado, na maior parte das vezes, voltado para o consumo familiar, não apresentando retorno monetário (MANESCHY, 2000). Por serem atividades voltadas para o consumo interno da família, estas formas de trabalho da mulher não conseguem visibilidade social (NASCIMENTO, 2012).

Além das divisões do gênero, se reconhece na região a existência de trabalho infantil (atividade para a faixa etária de 7 a 14 anos) e o trabalho juvenil (de 15 a 17 anos), tanto no mangue, como na agricultura, mas também, às vezes, na pesca. No caso de crianças, trata-se de um complemento do trabalho familiar, ou seja, na maior parte das vezes, as crianças fazem parte das turmas de trabalho dos seus pais ou familiares. Segundo Brandtt & Sousa (2005) o trabalho infantil faz parte de uma lógica cultural de pressão psicossocial. Ao perceber a realidade familiar da pobreza, a criança acaba sendo incentivada a ajudar à família, aos poucos, até se tornar uma parte indispensável da força de trabalho e da sobrevivência do grupo familiar.

Já no caso dos jovens, muitos são recrutados por empregadores para a pesca embarcada ou para outras plantações fora da família. Nestes casos, os adolescentes possuem a mesma força de um adulto, mas são pagos com valores inferiores a estes. A partir deste momento, também se observa a constituição temprana de famílias independentes. Na área bragantina quase 70% dos trabalhadores rurais constituíram família na faixa etária entre 15 e 17 anos (BRANDTT & SOUSA, 2005).

3.1.5. Atividades culturais

As principais atividades de lazer e descontração nas comunidades são as partidas de futebol, as festas dançantes e os jogos (cartas, dominós, etc.), além da televisão que é comum em todos os lares. Além disso, todas as comunidades festejam as datas religiosas e possuem um santo homenageado pela população, ao menos uma vez por ano, quando a comunidade organiza atividades culturais, bingos, música e torneios esportivos. Os laudos socioeconômicos das unidades questão mencionam as principais atividades culturais das comunidades de cada reserva extrativista marinha, como apresentado na 8.

Tabela 8. Principais atividades culturais em alguns municípios litorâneos paraenses e ampaenses da área de estudo.

Município	Atividades Culturais
Amapá	Festa do Cabralzinho - Sede do município do Oiapoque (maio) ExpoFeira - Sede do município (outubro) Festa do Açaí (Comunidade de Pequiá) (maio) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (ano todo)
Calçoene	Festival da Macaxeira (localidade Carnot) (agosto)

Município	Atividades Culturais
	Festival de Caranguejo (sede de Calçoene) (julho) Festa de São Benedito (Comunidade Quilombola de Cunani) (ano todo) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (dezembro)
Itaubal	Festa de São Benedito - Padroeiro do município (2ª quinzena de novembro) Festa da Macaxeira (sede do município) (2 de agosto) Festa de São Sebastião – Com. Macacoari e na Sede do Município (janeiro) Festa da Comunidade Quilombola de São Miguel (setembro) Festa do Marabaixo - Comunidade Quilombola de São Miguel (abril a junho) Festa de Santa Maria na Comunidade de Curicaca (janeiro) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (ano todo)
Macapá	Periginação de São Tiago e São Jorge (julho) Ciclo do Marabaixo (domingo de Páscoa até após <i>Corpus Christi</i>) Aniversário da Cidade (4 de fevereiro) Encontro dos Tambores (junho) Festa do Padroeiro de Macapá – São José (19 de março) Semana da Consciência Negra (semana de 20 de novembro) Batuque (ano todo) Festa Junina (junho) Festa de São Joaquim (9 a 19 de agosto) Festa de São Gonçalo (9 a 10 de janeiro) Festa de São Sebastião (10 a 20 de janeiro) Festa de São Benedito (19 a 21 de janeiro) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (ano todo)
Oiapoque	Festa Nossa Senhora das Graças (agosto) Feira de Artesanato (março) Feira de Turismo (abril) Festa do Turé (aldeias indígenas do entorno da BR 156) (ano todo) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (outubro)
Santana	Festa de Santa Ana (27 de julho) Carpintaria Naval do Elesbão (ano todo) Festa Junina (junho) Festa de Nossa Senhora da Piedade no Igarapé do Lago (junho a julho) Festa do Divino Espírito Santo (2 de janeiro) Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (ano todo)
Afuá	Festival do Camarão (última semana de julho) Baile das Flores (maio) Festa de Santa Rita de Cássia: Rio Charapucu (fim de maio) Aniversário da Cidade (2 de agosto) Círio Fluvial de Nossa Senhora da Conceição (Padroeira de Afuá) (novembro até dezembro) Festa de São Sebastião - Ilha do Pará/rio Furo Seco (20 de janeiro) Festa de São Sebastião - Rio Piraiauaara (20 de janeiro) Festa de Nossa Senhora do Livramento - Ilha do Pará /Rio Arangona (1 e 2 de Fevereiro) Festa de São Brás (7 de Fevereiro) Festividade de Santo Expedito em Vila Santa Rita: Rio Charapucu (15 a 18 de Abril) Espírito Santo: Rio Santa Maria 50º dia após o domingo de Páscoa (dia de Pentecostes) Festas Juninas Dias Santos Artesanato em cipó e argila (todo o ano) Festividades do Glorioso São Sebastião (6 janeiro)
Augusto Corrêa	Festividade de Santa Ana Festividade de São Miguel Arcanjo Círio de Nazaré Marujada Feira cultural (arraiá Urumajó)
Bragança	Festividade de São Benedito (dezembro) Semana santa (março) Círio de Nazaré (outubro) Marujada (dezembro)
Curuçá	Festividade de São Pedro (junho) Festividade de São Benedito (dezembro) Romaria musical (junho - quadrilhas juninas, lundu, boi-bumbás, pássaros e grupos de carimbó)
Soure	Festividade de São Sebastião (agosto)
São João da Ponta	Festa de devoção a santos Festas dançantes (serestas)
Maracanã	Festividade de São Miguel Arcanjo (setembro) Festividade de São Benedito (dezembro) Círio de Nazaré (novembro) Festas juninas (carimbó, boi-bumbá, pássaros, etc.
Tracuateua	Festividade de São Benedito (dezembro) Festividade São Sebastião (janeiro)
Viséu	Festividade de São Benedito Festividade de São Sebastião Círio de Nazaré

Fonte: Isaac *et al.* (2013); BP *et al.* (2015)

3.1.6. Infraestrutura

Os dados das 9 e 10 resumem as informações disponíveis sobre a infraestrutura básica das moradias dos habitantes em alguns municípios do Pará e Amapá.

Tradicionalmente, os habitantes das comunidades da região moram em casas de madeira e barro. Com a formalização das unidades de conservação, o INCRA estabeleceu um projeto de crédito para apoiar a construção de casas de alvenaria, de proporções modestas. Teoricamente estas habitações são preparadas para ter eletricidade e água encanada, bem como esgoto com fossa séptica, mas nem sempre esta é ligada à rede de esgoto municipal. Em geral, a maioria destas facilidades nem sempre podem ser instaladas, pois dependem das condições de disponibilidade desses serviços nas comunidades. Em geral, somente a luz elétrica passa a ser ligada após a construção finalizada. Segundo Meirelles Filho *et al.*, (2009), que fizeram pesquisa em 52 comunidades de Curuçá, 88% das comunidades possuem escolas até 4ª série e somente 15% até 8ª série. 54% das comunidades possuem posto de saúde, sendo que um quarto delas o posto é tem condições muito precárias para atender a sua finalidade. Em 98% das comunidades não há coleta de lixo, o qual é queimado ou enterrado. Somente 17% das comunidades tem acesso por estradas pavimentadas, 69% por estradas de terra e 13% só acesso fluvial. Já quanto à energia elétrica a situação é mais favorável, sendo que 92% das comunidades possuem esta facilidade.

O fornecimento de água potável encanada é pouco comum fora das cidades, muitas comunidades não possuem este benefício. A maior parte da população extrai sua água de poços cavados nos quintais das casas ou de nascentes. A coleta de lixo e o saneamento básico são os serviços mais deficitários das comunidades do litoral e geralmente só existem nas cidades sedes ou em vilas grandes. Nas moradias rurais o lixo é enterrado ou queimado.

O transporte entre as comunidades e com as sedes dos municípios é feito em geral em estradas de terra que não tem boas condições de trafegabilidade e muitas vezes por carros particulares fretados, pela ausência de transporte público. O transporte escolar é deficitário e nem sempre atende todas as necessidades. As embarcações das comunidades também são frequentemente usadas para o transporte, via fluvial, entre localidades.

Tabela 9. Infraestrutura disponível nas comunidades das RESEXs marinhas do litoral do Pará.

RESEX's	Moradia	Energia elétrica	Água encanada/tratada	Esgoto e coleta de lixo	Transporte entre comunidades
Soure	Maioria madeira, também barro e palha	Sim	Não. Exceto Vila do Pesqueiro	Não, somente nos bairros	Estradas
São João da	Alvenaria e	Sim - 95% das	Na sede do	Apenas na sede	Estradas

Ponta	madeira	residências	Município e Vila Nova	do Município	
Maracanã	Alvenaria e madeira	Sim	Não	Não	Rio e Estradas
Curuçá	Alvenaria e madeira	Sim	Não	Não	Rio e Estradas
Chocoaré-Mato Grosso	A maioria das residências é própria (92%)	Sim (maioria)	Sim (maioria)	Sim (maioria)	Estradas de terra
Tracuateua	A maioria casa própria, de madeira, barro ou tijolo.	Sim	Não	Não (fossa rudimentar)	Rio e estradas de terra
Caeté-Taperaçu	Maioria alvenaria	Sim (7 comunidades)	Não	Sim (maioria - fossa sépticas)	Rio e estradas de terra
Araí-Peroba	A maioria casa própria (52%) de madeira e alvenaria	Sim	Sim (46%)	Não	Rio e estradas de terra
Gurupi-Piriá	Substituição de casas de madeira por alvenaria	Sim (maioria)	Só em parte	Casas do INCRA tem fossa	Sim (vem melhorando)

Fonte: Isaac *et al.* (2006)

Tabela 10. Infraestrutura disponível em algumas localidades dos municípios litorâneos do Amapá.

Município	Localidade	Energia		Serviços de Saúde			Escolas			Outras Facilidades				
		Elétrica	Solar	Posto	Hospital	Maternidade	Alfab.	EEF	EEM	P. Telef.	Banco	Correio	C. Com.	Clube
Itaubal do Piririm	Sede	x		x			x	x		x	x	x	x	x
Cutias do Araguari	Sede	x		x			x	x		x	x	x	x	x
Pracuúba	Sede	x		x			x	x		x	x	x	x	x
Amapá	Sucurijú	-		x			x	x		x			x	
Tartarugalzinho	Sede	x		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Oiapoque	Sede	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Calçoene	Sede	x		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Amapá	Sede	x		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Macapá	Bailique	x		x			x	x	x	x	x	x	x	x
Santana	Sede	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Macapá	Sede	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Mazagão	Sede	-		x			x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: RUFFINO (2017)).

A infraestrutura disponível para as atividades de pesca é concentrada nas sedes dos municípios ou em vilas de maior porte. Do total de municípios onde estão alocadas as RESEXs marinhas do litoral paraense, puderam ser identificadas: 11 empresas de processamento de produtos pesqueiros, 14 fábricas de gelo, 14 trapiches de concreto, 14 mercados fechados de comercialização e mais de 60 pontos de desembarque. Foram identificados também 5 estaleiros de pequeno porte, para reparos ou construção de embarcações (Tabela 11).

Tabela 11. Infraestrutura da pesca existente em algumas localidades do litoral paraense.

	Localidades											Geral
	S	SJP	C	A	M	Ch	T	B	AC	V		
Empresas de processamento	0	0	1	1	0	0	0	8	1	0	11	
Fábricas de gelo	1	0	1	1	1 **	0	1 *	8	0	1	14	
Trapiches concretados	2	4	1	1	1	0	1 *	1	1	2	14	
Outros trapiches	0	3	3	0	1	1	1	4			16	
Mercados de comercialização (fechados)	1	0	1	1	1	0	1	2	1	6	14	
Feiras livres	0	0	0	1	0	0	8	1	1	0	11	

Estaleiros de embarcações	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	5
Portos de desembarque	1	6	4	7	2	0	1*	37	1	1	60

Fomte: ISAAC *et al.* (2013)

Nota: * = em Boa Vista, Quatipuru; **=não operando; S=Soure; SJP=São João da Ponta; C=Curuçá; A=Abade; Ch=Chocoaré Mato Grosso; T=Tracuateua; B=Bragança; AC=Augusto Corrêa; V=Viseu

Calçoene, Santana, Amapá e Oiapoque apresentam uma melhor infraestrutura de frio, com fábricas de gelo e algumas câmaras de frio. Ressalte-se que em todos os municípios existem freezers destinados à armazenagem do pescado e que o gelo produzido no estado é em forma de escama e em barra. Ao todo existem 15 fábricas de gelo. Nos municípios de Oiapoque, Calçoene e Macapá existem túneis de congelamento do tipo ar forçado (Tabelas 12 e 13).

Tabela 12. Infraestrutura de estocagem de pescado nas localidades pesqueiras no estado do Amapá.

Município	Localidade	Infraestrutura de Estocagem										
		Câmara Resfriado		Câmara Congelado		Freezer		Outras Formas de Estocagem				
		No.	Capac. (t)	No.	Capac. (t)	Tipo	No.	Capac. (t)	Tipo	No.	Capac. (t)	
Itaubal do Piririm	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cutias do Araguari	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pracuúba	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tartarugalzinho	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oiapoque	Sede	6	140	1	24	-	-	-	-	-	-	-
Calçoene	Sede	3	230	3	250	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	Sede	2	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macapá	Bailique	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santana	Sede	4	200	2	200	-	-	-	-	-	-	-
Macapá	Sede	1	40	1	40	-	-	-	-	-	-	-
Mazagão	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: RUFFINO (2017)

Tabela 13. Infraestrutura de frio existente nas localidades pesqueiras do Amapá.

Município	Localidade	Congelamento				Gelo							
		Ar Forçado		Armário de Placa		Fábrica Gelo Escama		Fábrica Gelo Barra		Câmara		Silo de Estocagem	
		No.	Capac. (t/dia)	No.	Capac. (t/dia)	No.	Capac. (t/dia)	No.	Capac. (t/dia)	No.	Capac. (t/dia)	No.	Capac. (t/dia)
Itaubal do Piririm	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cutias do Araguari	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pracuúba	Sede	-	-	-	-	1	3	-	-	1	3	-	-
Amapá	Sede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tartarugalzinho	Sede	-	-	-	-	1	3	1	6	1	6	1	3
Oiapoque	Sede	1	3	-	-	2	90	-	-	2	180	-	-
Calçoene	Sede	2	25	1	10	3	238	-	-	-	-	3	200
Amapá	Sede	-	-	-	-	3	26	-	-	-	-	3	26
Macapá	Bailique	-	-	-	-	-	-	2	10	-	-	2	10
Santana	Sede	-	-	-	-	3	256	-	-	-	-	3	300
Macapá	Sede	1	3	-	-	1	48	-	-	-	-	1	30
Mazagão	Sede	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-

Fonte: RUFFINO (2017)

3.1.7. Instituições e Grupos de Interesse

Este item apresenta instituições e grupos que, possivelmente, terão interface direta ou indireta com as atividades objeto do presente estudo localizados na Bacia da Foz do Amazonas.

As Instituições Governamentais (Tabelas 14 e 15) são apresentadas nas duas esferas de poder (federal e estadual). As instituições governamentais federais foram selecionadas pela relação com a atividade ou por possuírem a função de representar a sociedade. Para as estaduais foram listados os órgãos e instituições voltados para as pastas de meio ambiente, pesca, e turismo. Também foram aqui incluídas instituições com personalidade jurídica privada que trabalham

com estes temas, mas vinculadas diretamente a órgãos governamentais. Entendemos que na esfera municipal todas as prefeituras municipais e as pastas responsáveis pela pesca, meio ambiente e turismo devam ser envolvidas.

Tabela 14. Instituições Governamentais Federais e Entidades vinculantes

Marinha do Brasil e Entidades Vinculadas	
Marinha do Brasil	Esplanada dos Ministérios Bloco: N, Anexo A, Brasília DF
	CEP: 70055-900
	Tel.: (61) 3429-1831
Diretoria de Portos e Costas	Rua Teófilo Otoni, Quatro – Centro – Rio de Janeiro/RJ
	CEP: 20090-070
	Tel.: (21) 2104-5236
	E-mail: faleconosco@dpc.mar.mil.br
Capitania dos Portos do Amapá	Av. Cláudio Lúcio Monteiro, nº 2000 - Vila Daniel
	Santana - AP
	CEP - 68925-000
	Tel.: (96) 3281-5480
	E-mail: secom@cpap.mar.mil.br
Capitania dos Portos da Amazônia Oriental	Rua Gaspar Viana, 575 - Reduto, Belém - PA
	CEP: 66053-090
	Tel.: (91) 3242-7188
Ministério Público Federal e Unidades Desconcentradas	
Ministério Público Federal	SAF Sul, quadra 4, conjunto C, lote 3, bloco A. Cobertura, sala C-04
	Brasília-DF
	CEP: 70050-900
	Tel.: (61) 3105-5696
Procuradoria da República no Amapá	Rua Jovino Dinoá, 468, Jesus de Nazaré, Macapá - AP
	CEP: 68908- 121
	Tel.: (96) 3213 -7800
Procuradoria da República no Pará	Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1476, Umarizal – Belém/ PA
	CEP: 66055-200
	Tel.: (91) 3299-0125
Ministério de Meio Ambiente e Entidades Vinculadas	
Ministério do Meio Ambiente	Esplanada dos Ministérios, Bloco B -
	Brasília – DF
	CEP 70068-900
	Tel.: (61) 2028-1057/1289/1422
	E-mail: gm@mma.gov.br
Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA	Edifício Sede do Ministério do Meio Ambiente, Esplanada dos Ministérios - Bloco B, 9º andar, sala 950 - Brasília/DF
	CEP: 70068-901
	Tel.: (61) 2028-2207
	E-mail: conama@mma.gov.br
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	SCEN Trecho 2 - Ed. Sede - Cx. Postal nº 09566. Brasília-DF
	CEP: 70818-900
	Tel.: (61) 3316-1001

Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas – DBFLO - IBAMA	SCEN Trecho 2 Ed. Sede do IBAMA – Bloco B- Térreo
	CEP: 70818-9000 – Brasília - DF
	Tel.: (61) 3316-1475/33161476
Superintendência IBAMA - AP	Rua Hamilton Siva, nº 1570 Santa Rita. Macapá - AP
	CEP: 68906-440
	Tel.: (96) 2101-6765 / (69) 2101-6769
Escritório Regional de Oiapoque/IBAMA - AP	Av. Coaracy Nunes, s/nº Centro. Oiapoque - AP
	CEP: 68980-000
	Tel.: (96) 8414-1182
Superintendência IBAMA - PA	Avenida Conselheiro Furtado, 1.303 - Belém
	Tel.: (91) 3210-4706
	Travessa Lomas Valentina, 907 – Pedreira Belém/PA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	EQSW 103/104, Bloco “C” - Setor Sudoeste Brasília - DF.
	CEP 70.670-350
Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO - ICMBio	EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste – Bloco D – 1º andar
	CEP: 70.670-350
ICMBio - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT)	Avenida Beira Mar, 111, Centro. São Luis/MA
	Tel.: (98) 3221-4167 / 3221-0191
ICMBio - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos – CMA	Estrada do Forte Orange, s/nº - Caixa Postal nº 01 – Itamaracá – PE
	CEP: 53.900-000
	Tel. (81) 3544-1056 / 3544-1835
ICMBio - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - Base Avançada Compartilhada	Av. Alexandre de Moura, s/n – Centro São Luís/MA
	CEP: 65025-470
	Tel.: (98) 3221-5298
ICMBio - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - Base Avançada Multifuncional	Av. Hermínio Caetano, s/n – Centro - Cajueiro da Praia/PI
	CEP: 64222-000
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres	BR 230- Km10
	Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, Renascer
	CEP: 58108-012 – Cabedelo - PB Tel.: (83) 3245-5001/5278
ICMBio - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas – TAMAR	Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 451
	Ed. PetroTower, sl. 1601/ Enseada do Suá, Vitória/ES
	CEP: 29050335 Tel.: (27) 32221417/30293687
Projeto TAMAR – Base Avançada de Itarema	Acesso Projeto TAMAR, 151 – Bairro Alto Alegre
	Almofala – Itarema/CE
	CEP: 68592-000 Tel.: (88) 3667-2020
Coordenação Regional ICMBio em Belém (Pará) – CR4	Av. Julio Cesar, 7060 – Val-de-cans - Belém/PA
	CEP: 66617-420
	Tel.: (91) 3527- 2535/ 3257- 2095
Secretaria de Pesca e Aquicultura e Entidades Vinculadas	

Secretaria de Pesca e Aquicultura	Setor Bancário Sul - SBS - Quadra 02 - Bloco J Edifício Carlton Tower. Brasília - DF
	CEP: 70.070-120
	Tel.: (61) 2023-3000 / 2023-3801
Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura – AP	Av. Presidente Vargas n° 14 – Centro Macapá
	Tel.: (96) 2023-3962
Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura – PA	Avenida Almirante Barroso, 5.384 - Belém
	CEP: 66645-250
Ministério de Cultura e Entidades Vinculadas	
Ministério da Cultura	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 401. Brasília – Distrito Federal
	CEP: 70068-900
	Tel.: (61) 2024-2000
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	SEPS Quadra 713/913 Sul - Bloco D. Edifício IPHAN - Asa Sul. Brasília/DF
	CEP: 70390-135
	Tel.: (61) 2024.5500/2024.5502
	E-mail: faleconosco@iphan.gov.br
Fundação Cultural Palmares	Presidente José Hilton Santos Almeida
	Quadra 601 Norte – SGAN – Lote L– Ed. ATP
Demais Ministérios e Entidades Vinculadas	
Ministério do Turismo	Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 3º andar, sala 340 Brasília - DF
	CEP: 70065-900
	Tel.: (61)2023 7098/7024
Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR	SCN, Quadra 02, Bloco G – Brasília – DF
	CEP: 70712-907
	Tel.: (61) 2023-8555 / 2023-8517
Ministério das Relações Exteriores	Palácio Itamaraty. Esplanada dos Ministérios - Bloco H. Brasília/DF
	CEP: 70.170-900
	Tel.: (61) 2030-8097
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Esplanada dos Ministérios-Bloco k 7º andar. Brasília-DF
	CEP: 70.040-906
	Tel.: 55 (61) 2020-4102/4103
Ministério de Minas e Energia	Esplanada dos Ministérios Bloco "U" - Brasília / DF
	CEP: 70.065-900
	Tel.: (61) 2032-5555
Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	SGAN, Quadra 603, Módulo I, 3º andar - Brasília/ DF
	CEP: 70.830-902
	Tel. (61) 3426-5199
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - IBP	Av. Alm. Barroso, 52 - Centro, Rio de Janeiro - RJ
	CEP: 20031-000
	Tel.: (21) 2112-9000
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	SBS Quadra 02 Lote 14 Ed. Cleto Meireles Brasília/DF
	CEP: 70070-120
	Tel.: (61) 3247-6000
Fundação Nacional do Índio – FUNAI - Escritório Local Oiapoque	Avenida Veiga Cabral, 486
	Oiapoque/AP

	CEP: 68980-0000
	Tel.: (96) 98814-0629
Fundação Nacional do Índio – FUNAI - Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará	Rua Leopoldo Machado, nº 3445, Beírol - Macapá/AP CEP: 68902-020

Tabela 15. Instituições Governamentais Estaduais e Entidades vinculantes.

Estado do Amapá	
Ministério Público do Estado do Amapá	Rua do Araxá, S/N - Bairro do Araxá - Macapá/AP CEP: 68.903-883
Governo do Estado do Amapá	Rua: General Rondon, 259 – Centro – Macapá/AP. CEP 68906-130 Tel.: (96) 3212-1136
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá - SEMA	Av. Mendonça Furtado nº 53 - Macapá/AP. CEP: 68900-060 Tel.: (96) 3212-5301/5375
Secretaria de Estado do Turismo do Amapá- SETUR	Av. Bingo Uchôa nº 29 – Macapá/AP. CEP: 68906-090 Tel.: (96) 3212-5336/5335 (R.211)
Agência de Pesca do Amapá - PESCAP	BR-156, Km 2, bairro São Lázaro. Macapá - AP CEP: 68.900-130 Tel.: (96) 3212-9585/3212-9587
Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá - IMAP	Av. Padre Júlio Maria Lombard nº 2537 – Santa Rita. Macapá/AP CEP: 68.901-283 Tel.: (96) 3223-3889
Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá – FAPEAP / Fundação Tumucumaque - FUNTU	Presidente: Mary de Fátima Guedes dos Santos Av: Padre Júlio Maria Lombard nº1614 – aptº 2/Santa Rita Macapá - AP CEP: 68901- 970
Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP	Rod. BR 156, Km 0, s/n. Bairro: São Lázaro, Macapá/AP CEP: 68908-130 Tel.: (96) 32129596 / 32129546
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Rodovia Juscelino Kubitscheck, Km 5, nº 2.600 – Macapá – AP CEP: 68903-419 Tel.: (96) 4009-9500
Estado do Pará	
Ministério Público do Estado do Pará	Rua João Diogo, 100 – Cidade Velha – Belém – PA CEP: 66015-160 Tel.: (91) 4006 - 3400
Governo do Estado do Pará	Palácio dos Despachos - Almirante Barroso, 2.513 - Belém CEP: 66087-810 Tel.: (91) 3216-8829/8820
Secretaria de Estado de Turismo do Pará	Avenida Gentil Bittencourt, 43 - Belém CEP: 66015-140 Tel.: (91) 3110-5003/1501
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará	Travessa do Chaco, 2.232 - Belém CEP: 66090-120 Tel.: (91) 4006-1206 / 3226-8904/

	E-mail: gabinete@sagri.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará	Travessa Lomas Valentinas, 2.717 - Belém
	CEP: 66095-770
	Tel.: (91) 3184-3318/3319
	E-mail: gabinete.sema@gmail.com
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará	Av João Paulo, s/n – Parque Estadual do Utinga - Belém
	CEP: 66.000-060
	Tel.: (91) 3346-2630
	E-mail: ideflor.gabinete@gmail.com
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Pará	Vila Americana – s/n, Belterra – PA
	Tel.: (96) 3276 -7939
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER	Rodovia BR 316 Km 12
	Belém – PA
	Tel.: (91) 3299-3400
	E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br

Fonte: BP *et al.* (2015)

Como parte do **Setor Empresarial** (Tabela 16), as empresas pesqueiras e as turísticas foram elencadas, seguidas de suas associações representativas.

Tabela 16. Empresas do Setor Empresarial por Estado na área de estudo.

Estado do Amapá	
Associação Brasileira de Agências de Viagem do Amapá	Rua Hidemar Maia, 913 - Bairro: Santa Rita
	Macapá - AP
	Tel.: (96) 3223-1817/9118-4503
	E-mail: presidencia@abav-ap.com.br
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Amapá – ABIH – AP	Rua Eliezer Levy 2945 - Trem -
	Macapá - AP
	Tel.: (96) 8112-8646
Associação Comercial e Industrial do Amapá	Rua. Eliezer Levy, 1122 Centro, Macapá-AP 68.900-083
	Tel.: (96) 3223-3416
Sindicato dos Guias de Turismo do Amapá – SINGTUR	Av, Cabo Velho – 1124 - Bairro Congós - 17ª Avenida - CEP: 68904-370 – Macapá/AP
	Tel.: (96) 9125-6066/9128-3372/ 3212-5118
	E-mail: singtur.ap@hotmail.com
Sindicato dos agentes de Turismo do Amapá - SINDETUR	Rua Gen. Rondon, 1189 - Julião Ramos
	Macapá - AP
	CEP: 68900-082
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas	Presidente do Conselho Deliberativo: Mateus Nascimento da Silva
Estado do Pará	
Sindicato da Indústria de Pesca dos Estados do Pará e Amapá – SINPESCA/PA	Tv. Quintino Bocaiúva, 1.588 – Bloco B/6º andar. Belém/PA
	CEP: 66035-190
	Tel.: (91) 3241-4588 / 3241-2101

	E-mail: sinpesca@fiepa.org.br
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Pesca do Pará	Rua Manoel Barata, 738 – Centro. Belém/PA
	CEP: 66810-100
	Tel.: (91) 3207-0944
Sindicato dos Mestres em Transportes Marítimos e Fluviais	Rua Vinte e Oito de Setembro, 269 - Belém, PÁ
	CEP: 66010-100
	Tel.: (91) 3241-3807
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Pará	Avenida Presidente Vargas, 882 – Belém - PA
	CEP: 66017-000
	Tel.: (91) 3230-4149
Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Pará – SHRBS	Avenida Generalíssimo Deodoro, 404 – Belém/PA
	CEP: 66055-240
	Tel.: (91) 3241-3413/ 0800-570-0800
Associação Brasileira de Agências de Viagens do Pará - ABAV	Rua Ó de Almeida, 490
	Belém – PA
	CEP: 66017-050
	Tel: (91) 3088-4407
	E-mail: abavpa@abavpa.com.br
Associação Comercial do Pará	Avenida Presidente Vargas, 158
	Belém - PA
	Tel: (91)4005-3902
	E-mail: gerencia.comercial@acp.com.br
Macapá (AP)	
Associação Amapá Convention & Visitors Bureau	Rodovia Juscelino Kubistschek, KM 02, 1660
	Macapá - AP
	CEP 68.903-970
Afuá (PA)	
Brabo Táxi Aéreo Ltda. (Belém – Afuá)	Avenida Sen. Lemos, 4700, Sacramento, Belém-PA
	Tel.: (91) 3244-1258
Soure (PA)	
Associação dos Boteiros e Rabeteiros do Percurso - ABRAPES	Quarta Rua, 325 – Bairro Novo
	Soure - PA
	CEP 68.870-000
Salvaterra (PA)	
Henvil Navegação – Balsas (Belém – Salvaterra)	Tel.: (91) 3249-3400 / 3246-7472
Arapari Navegação – Barcos e Lanchas (Belém – Salvaterra)	Tel.: (91) 3242-1870 / 3212-0785 / 3222-8335
Colares (PA)	
Associação dos Lancheiros do Guajara-Vigia - ASLAGUV	Rua Barão do Guajara, 64. Bairro Vila de Guajara. Colares/PA
	CEP: 68.785-000
Vigia (PA)	
Vigia Indústria e Comércio de Pescados	Avenida João Pessoa, 2655 – Amparo - Vigia
	CEP: 68780-000

Fonte: BP *et al.* (2015)

A Área de Estudo é marcada pela presença de **Organizações da Sociedade Civil** (Tabela 17), ligadas ao meio ambiente e pesca. Dessa forma, foram apresentadas as organizações plausíveis de possuírem relação com o ambiente costeiro e, conseqüentemente, com a atividade de perfuração marítima.

Tabela 17. Organizações da Sociedade Civil na área de estudo.

Organizações Nacionais/ Internacionais	
Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura	Ed. Assis Chateaubriand – Salas 402 – 422. Brasília – DF.
	CEP: 70340 - 906
	Tel.: (61) 3323-5831/ 3323 -2063
	E-mail: administracao@conepe.org.br
Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPPA	Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 4688 Casa Caiada – Olinda - PE
	CEP: 53.040-000
	territoriopesqueiro@gmail.com
Associação Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE	R. Afogados, 627 - Bairro Centro - São Luís, MA
	CEP: 65010-020
	Tel.: (98) 3232-7305
MEAP – Missão Evangélica de Assistência aos Pescadores – Base Nacional	Av. Helena Maria, 381 – Jardim Helena Maria – Guarujá -SP
	CEP : 11431-080
	Tel/Fax: (13) 3383-3784 E-mail: meapbr@meap.org.br
MEAP – Missão Evangélica de Assistência aos Pescadores – Base de Campo Amapá	Av. Professora Macapá Cora de Carvalho, 728 Centro - Macapá- AP
	CEP 68900-040
	Tel/Fax: (96) 3217-2222 / 3224-3059 / 9975-1802
	E-mail: meapap@meap.org.br
Grupo de Trabalho Amazônico	Oficina Escola de Luthéria da Amazônia-OELA Rua 22 - Quadra O casa 08 - Conjunto São Cristóvão - Zumbi II – Manaus - AM
	CEP: 69.084-580
	Tel.: (92) 3638 2667
Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP – Nacional	Av. Gov Carlos de Lima Cavalcante, 4688 - Casa Caiada - Olinda, Olinda - PE
	CEP: 53040-000
	Tel.: (81) 3431-1417
Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP Regional Norte	Travessa Barão do Triunfo, 3151 – Marco – Belém-PA
	CEP: 66.093-050
	Tel.: (91) 3228-2921
Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP Regional Ceará	Av. Francisco Sá, 1833 – Jacarecanga – Fortaleza/Ceará
	CEP: 60010-450
	Tel.: (85) 3238-8392
	E-mail: cppceara@yahoo.com.br
Organizações em Escala Estadual	
Amapá	
Missão Evangélica de Assistência aos Pescadores – MEAP	Av. Professora Cora de Carvalho, 728 – Centro Macapá - AP
	CEP :68900-040
	Tel./Fax: (96) 3217-2222 / 9975-1802

	E-mail: meapap@meap.org.br
Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado do Amapá – FEPAP	R. José Santos Furtado, 319 – Macapá - AP Tel.: (96) 99976-5067/99123-7849 CEP: 68905-810
Pará	
Instituto Peabiru	Rua Ó de Almeida, 1083 - Belém, Pará, Brasil CEP: 66053-190 Tel.: (91) 3222 6000 E-mail: peabiru@peabiru.org.br
Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará - FAMEP	Trav. São Francisco, 36 - Campina CEP: 66.023-530 Belém - PA Tel.: (91) 3212.2371/3212.2383
Movimento dos Pescadores do estado do Pará - MOPEPA	Tel.: (91) 99306 5542 ou 91 99980
Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM	End: Travessa 3 de maio, 2389 Belém - PA Tel.: (91) 3213-8000 E-mail: secexecutivo@amam-marajo.org
Federação dos Pescadores do Pará	Av. das Acácias, s/n – Centro São Sebastião da Boa Vista/PA CEP: 68820-000 Tel.: (91) 3764-1275
Grupo de ação ecológica novos curupiras	Passagem Providência, 94, Pratinha Belém - PA CEP: 66816-750 Tel.: (91) 3235-0798
Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores Produtores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará	TV. Quintino Bocaiuva, 1588 BL “B” 1º andar Belém / PA CEP: 66.035-190 Tel.: (91) 32414588
Organizações em Escala Municipal	
Oiapoque (AP)	
Colônia de Pescadores Z-3	Rua Getúlio Vargas, 656 - Oiapoque - AP CEP: 68980-0000 Tel.: (96) 9908-6395/ 99963-4238
Delegacia Sindical de Oiapoque do Sindicato dos Pequenos e Médios Armadores de Pesca dos Estados do Pará e Amapá (SINDIPAM-PA/AP)	Sr. Jonas Ferreira do Rosário R. Norberto Penafort, s/n. – Centro – CEP: 69980-000 – Oiapoque/ AP Tel.: (96) 98803- 4988 E-mail: sindipampaap@gmail.com
Cooperativa Mista Fluvial de Catraieiros do Oiapoque	Avenida Karipunas nº 260 Oiapoque - AP CEP: 68.980-000 Tel.: (96) 3521-2176
Calçoene (AP)	
Colônia de Pescadores Z-9	Avenida Antonio Teodoro Leal, 39 - Calçoene - AP Tel. (96) 99157-2555/ 99153- 2555
Cooperativa de Pescadores de Calçoene - CALÇOPESCA	A. Padre Julio, s/n – Centro Tel.: (96) 3423- 1368

Amapá (AP)	
Colônia de Pescadores Z-2 Amapá	Rua Juscelino Kubistcheck, 315 - Amapá - AP
	CEP: 68950-000
	Tel.: (96) 3421-1883/ 98811-8652/9144-3217
Colônia de Pescadores Z-04 do Sucuriju	Comunidade de Sucuriju
	Tel.: (96) 98809 -8404
Macapá (AP)	
Colônia de Pescadores Z-01 de Macapá	End. José dos Santos Furtado, 908 Macapá -AP
	Tel.: (96) 3222-9211 /(96) 98125-0078
Associação dos Pescadores e Aquicultores e Artesanais de Macapá (PESCANORTE)	Rio Purus, 395 – Macapá - AP
	Tel.: (96) 99110-1027
Colônia de Pescadores Z-14 da Fazendinha	End.: Rua Manoel Chaves de Melo, 201 – Fazendinha – Macapá - AP
	Tel. (96) 99122-3123 / 98115-6931
Cooperativa dos Pescadores e Extrativistas Vegetal e Animal do Iguarapé da Fortaleza - COOPERCAF	Rodovia Salvador Diniz, nº 1792, Fazendinha – Macapá - AP
	Tel.: (96) 3283-3842
Colônia de Pescadores Z-05 Macedônia	Vila Macedônia – Bom Futuro
	Tel.: (96) 3332-295/ 99911-5248
Itaubal (AP)	
Colônia de Pescadores Z-8	Av Obrival Coelho Palmeirinha, 3245 - Itaubal - AP
	CEP: 68976-000
Santana (AP)	
Colônia de Pescadores – Z-06 de Santana	Av Rio Jari, 53 - S-G –Comercial. Porto de Santana, AP
	CEP: 68925-000
	Tel.: (96) 3283-1255/ (96) 99111-4070
	E-mail: coloniaZ6.ap@gmail.com
Cooperativa de Pescadores de Santana - COPESA	Rua Adalva Cavalcante Nº 833 – Santana - AP
	Tel.: (96) 99185-4892
Cooperativa dos Produtores de Pescado do Município de Santana	Av Rio Jari, 53 - S-G –Comercial. Porto de Santana, AP
	Tel.(96) 3283-1255/ 99976-5067
Afuá (PA)	
Colônia de Pescadores Z-85 Afuá	R. Teopompo Neri – Centro – Afuá - PA
	Tel.: (91) 99124-7797
Chaves (PA)	
Colônia de Pescadores Z-22 de Chaves – Comunidade Arapixi	Comunidade Arapixi – Chaves - PA
	Tel.: (91) 98221-2135
Colônia de Pescadores Z-22 de Chaves – Vila Nazaré	Comunidade Vila Nazaré – Chaves - PA
	Tel.: (91) 98221-2135
Colônia de Pescadores Z-22 Comunidade Araruá	Comunidade Araruá – Chaves - PA
	Tel.: (91) 98221-2135
Colônia de Pescadores Z-22 São Pedro de Mandubé	Comunidade São Pedro de Mandubé – Chaves - PA
	Tel.: (91) 98221-2135
Soure (PA)	
Associação dos Caranguejeiros	11a rua, entre travessas 24 e 25, Bairro Pacoval
	CEP: 68870-000
Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores Artesanais e Camaroeiros do	13a rua, entre as travessas 14 e 15, Umirinzal
	CEP 68870-000

Município de Soure	
Associação das Mulheres do Pesqueiro - ASMUPESQ	Vila Do Pesqueiro Soure Ilha De Marajó - PARÁ Tel.: (91) 3741-2220
Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais e Aqüicultores do Rio Paragri, Soure e Salvaterra	Rua 8, S/N Bairro da Matinha CEP: 68870-000
Associação dos usuários da RESEX de Soure - ASSUREMAS	1a rua, canto com Travessa 5, centro CEP: 68870-000
Associação dos Pescadores Artesanais Soure - Matinha	Oitava Rua, 611, Matinha, Soure/PA
Associação dos Pescadores de Arararuna do Soure	4a Rua, Travessa 28, 1422, Bairro Macaxeira CEP: 68870-000
Associação dos Pescadores Artesanais do Município de Soure	4a Rua, s/n, Bairro Macaxeira CEP: 68870-000
Colônia de Pescadores Z-1 de Soure	R. III, s/n – Bairro São Pedro Soure/PA CEP: 68870-000 Tel.: (91) 3741-1491
Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais, Artesanais e Ajudantes de Pesca do Município de Soure	4a Rua, entre as travessas 5 e 6, número 456, Bairro Nov CEP: 68870-000
Reserva Extrativista Marinha de Soure	Chefe da Unidade: Lisângela Aparecida Pinheiro Av. Conselheiro Furtado, 1.303- Batista Campos
Salvaterra (PA)	
Colônia de pescadores Z-02 de Salvaterra	Al 29 De Junho, 2. Bairro Centro. Salvaterra - PA CEP 68.860-000
Associação de Mulheres Extrativistas do Caldeirão - AMEC	Presidente: Maria das Graças Pereira Fernandes Tel.: (91) 99355 1061
Associação dos Rabeteiros e Pescadores de Mangueiras	R Mangueiras, 13 - Vila de Mangueiras Salvaterra - PA, CEP 68860-000
Associação dos Rabeteiros de Salvaterra e Soure	Rua do Povoado de Caldeirao, S/N Salvaterra - PA CEP 68.860-000
Associação das Mulheres Extrativista do Caldeirão - AMEC	Rua Segunda do Caldeirão, Sn, Vila Do Caldeirão, Salvaterra - PA CEP: 68860-000
Cooperativa dos Produtores Extrativistas Marinhos e Florestais da Ilha de Marajó - Coopemaflima	Rua Segunda, SN - Vila de Jubim Salvaterra - PA CEP: 68866-000
Associação dos Agricultores Extrativistas de Salvaterra	Rua São Verissimo, Sn. Bairro Caldeirão Salvaterra - PA CEP 68.860-000
Associação dos Moradores, Carregadores, Vendedores, Pescadores e Ruralistas da Foz do Rio Câmara - AMOCAVPRU	Foz do Rio Câmara, Sn. Bairro Foz Do Rio Camara. Salvaterra - PA CEP 68.860-000

Associação dos Pescadores Artesanais de Salvaterra - APAMS	Al 29 de Junho, 12. Bairro Centro -
	Salvaterra - PA
	CEP 68.860-000
Associação dos Produtores Rurais e Piscicultores de Salvaterra - ASPSAL	154 Km 06 - Vila de Condeixa, S/N. Bairro Bacurizinho
	CEP 68.860-000
Associação dos Produtores Rurais e Piscicultores de Bairro Alto - APROBAL	Vila de Bairro Alto, S/N. Bairro Alto - Salvaterra
	CEP 68.860-000
Conselho Pastoral de Pesca - CPP	João Carlos da Conceição Pena
	Tel.: (91) 98915 9920/ 99226 9422
Cachoeira do Ariri (PA)	
Colônia de Pescadores Z-40	Vila Aranai, Sn. Bairro Cachoeira Do Arari / Trav. Barão do Triunfo, 3151 Belém-PA
	CEP 68.840-000
Colônia de Pescadores Z- 26	Travessa Firmino José Leão Junior S/n - Bairro Do Choque - Cachoeira Do Arari.
	CEP: 68840000
Associação de Moradores Agricultores e de Pescadores de Aranai - A.M.A.P.A	Vila De Aranai, S/N. Bairro Interior. – Cachoeira de Arari
	CEP: 68.840-000
Associação Mista dos Moradores, Trabalhadores Rurais e Pescadores Artesanais de Chipaia - AMTRAPESC	Rio Chipaia, S/N. Bairro Zona Rural
	Cachoeira do Arari - PA
	CEP: 68.840-000
Associação dos Moradores, Pescadores e Agricultores de Bacuri - AMPAB	Vila de Bacuri, S/N. Bairro Centro - Cachoeira do Arari
	CEP 68.840-000
Associação de Moradores, Agricultores, Pescadores de Anuera – AMAPA	Vila de Anuera, S/N. Bairro Zona Rural
	Cachoeira Do Arari
	CEP: 68.840-000
Associação dos Trabalhadores Rurais e Pescadores e Pequenos Criadores de Soledade	R Soledade, S/N. Bairro Soledade -
	Cachoeira do Arari - PA
	CEP 68.840-000
Associação Livre dos Pescadores Artesanais de Urubuquara	Rio Urubuquara, Sn. Bairro Interior -
	Cachoeira do Arari
	CEP 68.840-000
Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Aquicultores do Município de Cachoeira do Arari - SINDPAQ	Vila Soledade, SN - Sede Provisoria. Zona Rural -
	Cachoeira do Arari - PA
	CEP: 68.840-000
Ponta de Pedras (PA)	
Colônia de Pescadores Z-24 de Ponta de Pedras	Rua Leonardo Tavares, 230. Bairro Centro - Ponta de Pedras
	CEP 68.830-000
Sindicato dos Pescadores e Aquicultores de Ponta de Pedras - SINDPAPP	Marginal do Rio Canal, SN. Zona Rural - Ponta de Pedras/PA
	CEP: 68.830-000
Sindicato dos Pescadores do Município de Ponta de Pedra	Representante: Alfredo Barbosa Jr.
	Tel.: (91) 984883 8167/ 98454 4352
Associação Familiar dos Trabalhadores e Trabalhadoras agroextrativistas de Armazém	Representante Sergio Neri Tavares
	Tel.: 91 98421 7906
Associação dos Pescadores Artesanais, Produtores Rurais e Agroextrativistas do Município de Ponta de Pedras - Nova Esperança.	Rua Djalma Machado, Sn. Bairro Centro – Ponta de Pedras/PA
	CEP 68.830-000

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Agroextrativistas da Comunidade do Ipaucu	Rio Ipaucu, Sn. Bairro Interior
	Ponta de Pedras - PA
	CEP 68.830-000
Associação de Produtores Rurais e Extrativistas Nova Esperança de Praia Grande - ASNEPG	Comunidade De Praia Grande, S/N. Bairro Zona Rural
	Ponta de Pedras - PA
	CEP 68.830-000
Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista da Comunidade de Santana - ASTRAES	Comunidade Santana Do Arari, S/N - Bairro Interior
	Ponta de Pedras - PA
	CEP 68.830-000
Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agro-Extrativista da Comunidade de Tartarugueiro - ASTRAET	Margem Esquerda do Rio Arari, S/N, Comunidade de Tartarugueiro
	CEP: 68.830-000
Barcarena (PA)	
Colônia de Pescadores Z-13	Presidente: Raimundo Alberto Cunha Rodrigues
	Tel.: (91) 99153 9033
Cooperativa de Pesca da Vila do Conde - COOPESCONDE	Presidente: Raimunda Souza de Souza
	Tel.: (91) 98957- 7554
Associação de Pescadores Artesanais de Guajara da Costa	Comunidade de Guajara da Costa, S/N - Guajara Da Costa - Barcarena.
	CEP: 68.447-000
Associação dos Pescadores Artesanais do Guarajá	Responsável: João Batista Rosa do Espírito Santo
	Tel.: (91) 99235-4035
Instituto Eco-Cultural Samaúma - INSUMA	Localidade Praia do Caripi, Sn. Bairro Vila Dos Cabanos - Barcarena.
	CEP 68.445-000
Belém (PA)	
Colônia de Pescadores Z- 10 de Icoaraci	Rua Manoel Barata, 533 – Cruzeiro (Icoaraci)
	Belém-PA
	CEP: 66810-100
	Tel.: (91) 3227-8759
Ananindeua (PA)	
Colônia de Pescadores Z - 93 Ananindeua	Comunidade de Igarapé Grande, ilha João Pilat, S/N
	CEP 67.190-000
Santo Antônio do Tauá (PA)	
Colônia de Pescadores Z-27 de Tauá	Presidente: José Maria Barata Barbos
	Tel.: (91) 99126 1145
Associação Comunitária em Defesa da Cidadania e Meio Ambiente de Santo Antônio do Tauá - ACDMSAT	Rua Santa Rita De Cassia, 70 - Quinta Travessa - Santo Antônio do Tauá.
	CEP: 68.786-000
Associação dos Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais de Anjos	Localidade dos Anjos, Sn. Bairro Meio Rural - Santo Antônio Do Tauá.
	CEP: 68.786-000
Associação Comunitária de Pescadores e Moradores dos Municípios de Santo Antônio do Tauá – ASPMCMSAT	Rua São Pedro, Sn. Bairro Meio Rural - Santo Antônio do Tauá
	CEP: 68.786-000
Instituto Sócio Ambiental Progresso	Vila do Espírito Santo do Tauá - Travessa Lauro Sodre, S/N. - Bairro Centro.
	CEP 68.786-000
Associação de Pescadores de Santo Antônio do	Vale São Raimundo Borralhos, Sn. Bairro Rural

Tauá	CEP 68.786-000
Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Isabel do Para e Santo Antônio do Tauá	R Jose de Souza Ferreira, 09
	Santa Isabel do Pará - PA
	CEP 68.790-000
Comissão Pastoral Pesca - CPP	João Carlos da Conceição Pena
	Tel.: (91) 98915-9920/ 99226 -9422
Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	Alcides Barbosa
	Tel.: (91) 99306 5542 ou 91 99980
Colares (PA)	
Colônia de Pescadores Z - 23 de Colares	R. Justo Chermont, S/N. Bairro Interior. Cidade Colares.
	CEP 68.785-000
Instituto Terra Pará	Rua da República, s/n - Centro, Colares
	CEP 68.785-000
Associação de Pescadores Artesanais de Colares	Rua da Ermida, 555. Bairro Centro - Colares
	CEP 68.785-000
Associação dos Produtores Rurais de Ururi e Arecer - APUA	Comunidade De Ururi, S/N. Bairro Ururi – Arecer - Colares
	CEP 68.785-000
Associação dos Amigos da Ilha de Colares - AAICO	Rua Campo do Pouso, 100, Nada. Bairro Maranhense-Colares.
	CEP 68.785-000
Associação dos Produtores e Extrativistas do Município de Colares	Povoado Candeuba, S/N. Bairro Interior - Colares.
	CEP: 68.785-000
Associação de Aquicultores e Produtores Rurais de Colares - AQUICOL	Rua São Fortunato, 05, Localidade Do Ariri - Cidade Colares
	CEP 68.785-000
Associação de Agricultura Extrativista da Ilha de Colares - AAEIC	Rua Curuca, Sn. Bairro Ariri. Cidade Colares.
	CEP 68.785-000
Associação dos Produtores de Pesca Artesanal de Mocajutuba - ASPPAMC	Rua Cel. Henrique Paiva, S/N – Mocajutuba - Colares
	CEP: 68.785-000
Vigia (PA)	
Associação dos Armadores e Pescadores Artesanais de Vigia de Nazaré - ASAPAV/PA	Rua W-7, 105, Sala 09
	Bairro Castanheira
	Vigia/PA
	CEP 68780-000
Colônia de Pescadores Z-03	Boulevard Melo Palheta, 135 Centro
	(91) 37311236
Associação das Mulheres Pesqueiras da Comunidade de Vigia	Boulevard M Palheta, Centro - Vigia/PA
Associação das Mulheres Pesqueiras das Regiões de Barretas	Bom Jardim da Barreta, S/N, Vigia/PA
Associação de Produtores de Hortifrutis Granjeiros e Pesqueiros de Macapá da Barreta e Regiões Vizinhas	Macapá da Barreta, S/N, Vigia/PA
Caixa Pesqueira Artesanal de Vigia	Rua Justiniano Barros, 415, Arapiranga, Vigia/PA
Associação dos Trabalhadores na Pesca Artesanal de Vigia - ATAPAV	Rua Tauriano Gil de Sousa, 151 Arapiranga
Associação dos Pescadores Artesanais de Curuçazinho e adjacentes - ASPESCA	Localidade Do Curuçazinho, S/N, Curuçazinho Curuçazinho, Vigia/PA
	CEP 68780-000

São Caetano das Odivelas (PA)	
Colônia de Pescadores - Z 04 em São Caetano de Odivelas	Tv. João Braz Souza, 58 Centro
	São Caetano de Odivelas - PA
	CEP: 68.775-000
	Tel: (91) 3767-1128
Associação dos Caranguejeiros do Município de São Caetano de Odivelas - ASCA	Av Presidente Getúlio Vargas, 11
	Pepeua - São Caetano De Odivelas/ PA
	CEP: 68.775-000
Associação dos Ostreicultores, Apicultores, Agricultores, Pescadores Artesanais e Extrativistas da Comunidade do Pereru de Fatima.	VI Comunidade o Pereru de Fatima, S/N
	Comunidade do Pereru de Fatima - São Caetano De Odivelas/ PA
Central das Associações de Agricultores Familiares, Extrativistas e Pescadores Artesanais de São Caetano de Odivelas - Ceagrep	Rod PA 140, 000, Km 01 - Samambaia - São Caetano De Odivelas/ PA
	CEP: 68.775-000
Curuçá (PA)	
Colônia de Pescadores Z-5 de Curuçá	Praça Saldanha Marinho, s/n - Casa - Centro
	Curuçá/PA
	CEP: 68750-000
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curuçá	Tv 25 Março, s/n, Centro
	Curuçá - PA
	Tel.: (91) 3722-1152
Associação dos Caranguejeiros da Comunidade de Arapuri	Tv. Arapuri, S/N - Arapuri - Curuçá/PA.
Associação Agropesqueira do Município De Curuca	Tv. 25 de Março, S/N - Centro – Curuçá/PA
	CEP: 68.750-000
Associação das Marisqueiras da Comunidade Dos Monteiros	R. Principal dos Monteiros, Sn, Vila de Araquaim - Araquaim – Curuçá/PA.
	CEP: 68.750-000
Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG)	Rodovia Curuçá-Abade, Km 02, Curuçá/PA
	Tel.: (91) 3722 1850
Marapanim (PA)	
Colônia de Pescadores Z-6 de Marapanim	R. Diniz Botelho, 128 – Centro
	Marapanim/PA
	CEP: 68760-000
Associação Comunitarista dos Pescadores e Amigos da Cidade de Marapanim	Av. Metre Lucindo, 102 - Bairro Novo
	Marapanim/PA
	CEP: 68760-000
Magalhães Barata (PA)	
Colônia de Pescadores Z-95 de Magalhaes Barata	Avenida Luiz Monteiro, 05 - Centro.
	Magalhaes Barata - PA
	CEP: 68.722-000
Associação de Pescadores Artesanais de Magalhaes Barata	TR Diniz Botelho, 259 - Centro - Magalhães Barata/PA.
Associação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Prainha	CEP 68.722-000
	R. Cristo Palheta, s/n, Comunidade de Prainha - Centro - Magalhães Barata/PA.
	CEP 68.722-000
Maracanã (PA)	
Colônia de Pescadores Z-7 de Maracanã	R. Bertoldo Costa, s/n – Centro

	Maracanã/PA
	CEP: 68710-000
Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores do Município de Maracanã	Avenida Beira Mar s/n Maracanã/PA CEP: 68710-000
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Maracanã	Av. Gregório Sá, s/n - beira mar – Maracanã/PA CEP: 68.710-000
Associação de Pescadores Artesanais da Região da Ponta do Marco	Rua Santo Antonio, 72, Zona Praiana - Vila da Penha – Maracanã/PA CEP 68.710-000
Associação Comunitária e Ambiental do Bairro do São Mateus	Rua Abdias Casseb, s/n - Centro – Maracanã/PA CEP 68.710-000
Salinópolis (PA)	
Colônia de Pescadores Z-29 de Salinópolis	Av. Boulevard Julio César, 936 – Centro Salinópolis/PA CEP: 68721-000
Associação dos Pescadores de Salinópolis	Av. Miramar, sn, Casa - Prainha – Salinópolis/PA CEP: 68.721-000
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Salinópolis	Tv. Almirante Tamandaré, sn – Centro, Salinópolis/PA CEP 68.721-000
Colônia de Pescadores Z-29 de Salinópolis	Av. Boulevard Julio César, 936 – Centro. Salinópolis/PA CEP: 68721-000
São João de Pirabas (PA)	
Colônia de Pescadores Z-8 de São João de Pirabas	Presidente Galego R. São Lourenço, 260 – Centro São João de Pirabas/PA CEP: 68719-000 Tel.: (91) 3449-1166
Colônia de Pescadores Z-03	Vice-presidente: Viviane Trindade de Paiva Tel.: (91) 998701 7894; (91) 99622- 9381, (91) 98508 3991
Associação de Produtores Rurais e Pescadores Artesanais de São José do Bom Intento	VI de Bom Intento, s/n, próximo ao rio São José Bairro: Zona Rural São João de Pirabas/PA CEP: 68719-000
Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores do Município de São João de Pirabas	Alameda das Bandeiras, s/n - Cidade Velha - São João de Pirabas/PA CEP: 68.719-000
Quatipuru (PA)	
Colônia de Pescadores Z-48 de Quatipuru	R. Nossa Senhora da Conceição, 714 – Zona Rural Quatipuru/PA CEP: 68709-000
Associação dos Pescadores e Marisqueiros do Município de Quatipuru - APEMAQ	Rua Lobão da Silveira, SN - Vila de Boa Vista Quatipuru/PA CEP: 68709-972
Associação dos Agricultores e Aquicultores de Quatipuru	VI Comunidade de Ponta Grande, s/n - Rural – Quatipuru/PA CEP 68.709-000
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quatipuru	R. Cônego Siqueira Mendes, s/n - Marambaia - Quatipuru/PA – CEP 68.709-000

Bragança (PA)	
Colônia de Pescadores Z-17 de Bragança	Pç. da República, s/n – Centro – Bragança/PA
	CEP: 68600-000
	Tel.: (91) 3425-1617 / 8081-2010
Associação do Pescado e de Produtos Diversos da Praia de Ajuruteua - Ajuruvila	Est. Principal da Vila do Bonifácio, s/n, Vila do Bonifácio - Praia de
	Ajuruteua - Bragança/PA
	CEP: 68.600-000
Associação de Pescadores e Coletores de Caranguejo da Vila Pissareira	VI Comunidade do Acarajo, s/n, Casa - Zona Rural -
	Bragança/PA
	CEP 68.600-000
Augusto Corrêa (PA)	
Colônia de Pescadores Z-18 de Augusto Corrêa	Av. Presidente Kennedy, s/n – Centro
	Augusto Corrêa/PA
	CEP: 68610-000
Associação União dos Pescadores, Caranguejeiros e Marisqueiros do Município de Augusto Correa.	Tv. Professor Casemiro Silva, 315
	Santa Cruz - Augusto Corrêa/PA
	CEP: 68.610-000
Sindicato Regional dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais, Aprendiz de Pesca, Pescador Amador, Aquicultores, Maricultores e Beneficiadores.	Av. Domingos Cardoso, 531
	Vila Nova - Augusto Corrêa/ PA
	CEP 68.610-000
Viseu (PA)	
Colônia de Pescadores Z-21 de Viseu	R. São Benedito, 200 – Centro - Viseu/PA
	CEP: 68620-000
	Tel.: (91) 3429-1476
Associação de Pescadores e Agricultores Familiares de Maratauna	VI de Maratauna, s/n - Interior - Viseu/ PA
	CEP 68.620-000
Associação de Pescadores em Viseu/PA – APEVI	Presidente: Antonio Melo
	Rua Assis de Vasconcelos, S/Nº, Sede, Viseu/PA
	Tel.: (091) 98044-1868

Fonte: BP *et al.* (2015)

Como **Outros Interessados** (Tabela 17), são listadas as instituições de pesquisa identificadas como atuantes na Área de Estudo, uma vez que são vinculadas ao setor governamental, mas, em muitos casos, funcionam com recursos privados e de acordo com os interesses da sociedade civil.

Tabela 17. Instituições de pesquisa na área de estudo.

Universidades e Centros de Pesquisa	
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR	SGAN Quadra 601, Módulo K - Edifício Antônio Ernesto de Salvo – Brasília - DF
	CEP: 70830 -021
	Tel.: (61) 2109-1300
Universidade do Estado do Amapá - UEAP	Presidente Vargas nº 650 – Centro. Macapá/AP
	Tel.: (96) 2101-0506/2101-0524
Empresa Júnior de Engenharia de Pesca da UEAP - EJEPE	Presidente Vargas nº 650 – Centro. Macapá/AP
	Tel.: (96) 2101-0506
Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior –	Rua: Jovino Dinoá 2085 -,
	Macapá - AP

IMMES	CEP: 68900-075 Tel.: (96) 3223 4244
Instituto de Estudos Socioambientais - IESA	Av. São José, 1478, Bairro: Centro. Macapá/AP CEP: 68900-110 E-mail: iesa@tvsom.com.br
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé Escritório Macapá	Rua Leopoldo Machado 640 Macapá/AP CEP: 68908-120 Tel.: 96-3222-2400
Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé Escritório Oiapoque	Rua Lélío Silva 91 – Altos. Oiapoque/AP CEP: 68980-000 Tel.: 96-8103-1111
Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON	Trav. Dom Romualdo de Seixas nº 1698 CEP: 66.055-200 Belém-Pará Tel.: (91) 3182-4000
Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB	Rod. Augusto Montenegro, 5955 - Cidade Jardim I, setor comercial – 1º e 2º andar Belém - PA CEP: 66635-110 Tel.: (91) 4141-7816/3222-9363
Universidade Estadual do Pará - UEPA	Rua do Una, 156 – Belém/PA CEP: 66050-540 Tel: (91) 3299-2202 E-mail: gabinete@uepa.br
Universidade Estadual do Pará - UEPA Salvaterra (CAMPUS XIX)	Rodovia PA 154, Km 28 Salvaterra - PA CEP: 68860-000 Tel.: (91) 3765-1566
Universidade Estadual do Pará – UEPA - PA - Barcarena (CAMPUS XVI)	Rua Tomás Lourenço Fernandes, Quadra 356, Lote 01 - Barcarena/PA CEP: 68447-000 Barcarena-PA (91) 3754-3883 E-mail: uepabarcarena@hotmail.com
Universidade do Estado do Pará – UEPA Vigia (CAMPUS XVII)	Rodovia PA – 140, Km 0 - Praça do Manta. Vigia/PA CEP: 68.780-00 Tel.: (91) 37311568 E-mail: uepavigia17@gmail.com
Instituto Federal do Pará – IFPA - Campus Ananindeua	Avenida Arterial 5 A, s/n Icuí-Guajará. Ananindeua/PA CEP: 67140-000 Tel.: (91) 98170-9390 E-mail: dg.ananindeua@ifpa.edu.br
Museu Paraense Emílio Goeldi	Av. Magalhães Barata, 376 - São Braz. Belém/PA Tel.: (91) 3249-1302 Belém - PA CEP: 66040-170
Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos da Amazônia - Museu Paraense Emílio Goeldi	Coordenação de Zoologia, Campus de Pesquisa - Av. Perimetral, 1901 - Terra Firme. Belém/PA Tel.: (91) 3075-6135 E-mail: contato@projetoichodagua.com.br
Fundação Centro de Referência em Educação	Ilha de Caratateua – outeiro - Belém

Ambiental Escola Bosque - FUNBOSQUE	CEP: 66815-000 Tel.: (91) 3267-1444 / 3055 / 1354
Universidade do Estado do Pará – UEPA Vigia (CAMPUS XVII)	Rodovia PA – 140, Km 0 - Praça do Manta CEP: 68.780-00 Tel.: (91) 37311568 E-mail: uepavigia17@gmail.com
Centro Integrado de Formação Profissional em Pesca e Aquicultura - CIFPA	Rodovia AP-010 Macapá/Mazagão, s/n, Distrito Industrial, Santana – AP

Fonte: BP *et al.* (2015)

3.2. Caracterização Econômica

3.2.1. Pesca

Infelizmente os dados disponíveis sobre produção, número de pescadores e frota pesqueira não estão atualizados, alguns dados são de 2004, outros de 2010 e outros mais recentes de 2014. O RGP da atual Secretaria de pesca e Aquicultura do MDIC está parado o que impossibilita obtenção de dados atuais sobre a frota pesqueira e números de pescadores por município. A estatística pesqueira foi interrompida em 2010 a nível nacional. Os dados mais recentes são de 2014 para o estado do Amapá (RUFFINO, 2017). Assim apresentamos abaixo os dados mais atuais disponíveis.

3.2.1.1. Produção

Em 2010, a região Norte foi responsável por 11,31% de todo o pescado capturado (extrativista e de aquicultura) no país, sendo que o Estado do Pará se destaca como o 2º lugar dos estados da União, contribuindo com uma produção total de 143.078,20 toneladas e o Amapá com 16.477,6 toneladas. Considerando apenas a pesca extrativista, o Estado do Pará ocupa o primeiro lugar, com 138.534 t (marinha/estuarina e continental) e o Amapá com 15.719,7 toneladas. Contudo, nos últimos anos, observa-se uma tendência de declínio na produção marinha, caindo de 92 mil toneladas, em 2009, para 87 mil toneladas, em 2010, no caso do Pará e de 7.007,7 toneladas em 2009 para 5.865,2 toneladas em 2010 no caso do Amapá (MPA, 2010).

No entanto se consideramos somente a pesca extrativa marinha, a pesca na área de estudo (estados do Amapá e Pará) variou de 105 mil toneladas em 2000 a 93 mil toneladas em 2010, com uma média de 94 mil toneladas/ano, responsável por 18,3% da produção pesqueira marinha nacional (Tabela 18). O estado do Pará é o principal estado produtor da área de estudo, sendo responsável, em média, por 94,2% da produção (Tabela 18)

Tabela 18. Produção pesqueira marinha na área de estudo no período de 2000 a 2010.

UF / Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Brasil	467.687,0	509.946,0	516.166,5	484.592,5	500.116,0	507.858,5	527.871,5	539.966,5	529.774,0	585.671,0	536.459,9	518.737,2
Área de Estudo	105.146,5	102.479,5	108.881,5	97.272,5	93.625,0	89.683,0	85.603,0	72.036,5	89.066,0	99.056,0	93.450,2	94.209,1
Amapá	3.628,0	3.924,0	4.176,0	3.967,0	4.645,0	5.991,0	7.160,0	6.576,0	5.529,0	7.008,0	5.865,2	5.315,4
Pará	101.518,5	98.555,5	104.705,5	93.305,5	88.980,0	83.692,0	78.443,0	65.460,5	83.537,0	92.048,0	87.585,0	88.893,7
% AE / BR	22,5	20,1	21,1	20,1	18,7	17,7	16,2	13,3	16,8	16,9	17,4	18,3
% PA / AE	96,5	96,2	96,2	95,9	95,0	93,3	91,6	90,9	93,8	92,9	93,7	94,2

Fonte: IBAMA (2000 a 2008) e MPA (2010, 2012)

A produção pesqueira marinha do estado do Pará é oriunda de 15 municípios litorâneos (Tabela 19), sendo Belém, Bragança e Vigia os três principais portos de desembarque pesqueiro, que juntos são responsáveis por mais de 63,5%, em média, pela produção marinha do estado (Tabela 19).

Tabela 19. Produção pesqueira marinha do estado do Pará, por município, no período de 1998 a 2004.

Municípios	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
Augusto Corrêa	6.458,1	4.063,5	3.090,6	4.809,4	6.283,0	5.966,9	5.653,7	5.189,3
Belém	27.819,4	28.876,0	33.703,2	24.393,7	32.139,5	25.417,9	25.490,1	28.262,8
Bragança	22.466,7	19.666,5	16.706,6	17.745,6	17.057,0	14.166,6	11.281,4	17.012,9
Colares	1.573,5	349,5	970,1	1.031,7	882,0	555,8	831,4	884,9
Curuçá	4.653,0	5.251,0	3.834,7	4.000,7	4.086,7	3.880,5	4.421,8	4.304,0
Maracanã	2.652,4	3.590,4	2.738,4	2.940,8	3.188,5	1.744,0	1.794,2	2.664,1
Marapanim	5.318,0	2.704,0	2.676,8	2.584,7	1.856,7	966,3	1.485,8	2.513,2
Quatipuru	6.668,5	3.305,0	4.290,4	5.123,4	3.520,5	3.012,8	3.778,5	4.242,7
São Caetano de Odivelas	3.294,8	707,5	4.250,2	5.503,7	4.580,7	4.462,7	4.121,6	3.845,9
São João de Pirabas	6.388,7	8.709,5	6.056,9	4.480,9	3.894,5	4.189,8	3.313,7	5.290,6
Salinópolis	3.609,6	2.736,5	1.868,1	1.983,9	1.629,0	1.155,7	926,5	1.987,0
Salvaterra	1.071,2	1.099,5	1.064,3	1.073,2	830,0	936,8	778,3	979,0
Soure	414,0	406,0	403,3	541,4	650,5	824,8	556,2	542,3
Vigia	10.330,3	11.203,5	16.588,5	17.419,8	20.199,5	23.039,6	22.222,5	17.286,2
Viseu	5.912,1	3.208,5	3.276,7	4.920,4	3.898,5	2.985,2	2.323,8	3.789,3
Total	108.630,3	95.876,9	101.518,7	98.553,2	104.705,5	93.305,3	88.979,6	98.795,7
BEL+BRA+VIG	60.616,4	59.746,0	66.998,3	59.559,1	69.396,0	62.624,0	58.994,0	62.562,0
%	55,8	62,3	66,0	60,4	66,3	67,1	66,3	63,5

Fonte: CEPNOR/Estatipesca (1998-2004).

3.2.1.2. Número de Pescadores

Segundo dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do MPA, até 2010 a região Norte do Brasil possuía 330.749 registros de pescadores profissionais ativos (38,8% do Brasil). Somando os pescadores do Pará (223.501) e Amapá (13.619), se chega a um número de 237.120 pescadores, o que representa cerca de 71,7% dos pescadores da região norte e cerca de 27,8% dos pescadores do Brasil (MPA, 2010). Embora não seja possível se estimar o número de pescadores que atuam na área de estudo, segundo Glaser (2005), 68% de cerca de 2 milhões de moradores da região bragantina dependem da renda obtida por comercialização de produtos do mangue, principalmente peixes e crustáceos, o que dá uma exata dimensão da importância social e econômica do extrativismo de recursos naturais deste ecossistema para os moradores da região. Dados de 2014 para o Amapá apontam 15.094 pescadores (RUFFINO, 2017).

O Estado do Pará apresentou também o maior número de pescadoras mulheres do país, num total de 95.181 profissionais. Em 2010, o Pará apresentou 57% de homens pescadores e 44% de mulheres pescadoras, uma situação bastante equitativa entre os sexos (MPA, 2010). Outra característica interessante é que o Estado do Pará é o estado que possui a maior proporção de pescadores com idade menor de 40 anos de todo o Brasil, com 136.567, representando 61,1% do total de profissionais do estado. Contudo, estes dados devem ser tomados com cautela, pois o registro de pescador profissional classifica os cidadãos para o recebimento do *seguro desemprego* durante o defeso e garante a aposentadoria por tempo de serviço após a idade regulamentar, o que induz ao cadastramento de pessoas que não necessariamente exercem a profissão da pesca, para a obtenção desses benefícios.

3.2.1.3. Frota

As informações sobre a frota que captura ou transporta pescado no litoral do Estado do Pará são do ano de 2005, que reporta 7.434 embarcações cadastradas. Destes, 23,2% são montarias, 18,5% canoas, 17% canoas motorizadas, 38,3% barcos motorizados (Barco de pequeno porte – BPP, de 8 a 12 m de comprimento, e Barco de médio porte – BMP, de 12 a 18 m) e 3,1% são barcos industriais, que atuam principalmente na pesca do camarão, piramutaba e pargo (Tabela 20). Dentre os municípios do litoral paraense, Vigia, Belém e Bragança são os que possuem o maior número de embarcações (9) (SEAP/IBAMA/PROZEE, 2004)

Tabela 20. Frota pesqueira marinha do estado do Pará por município.

Município	Montaria	Canoa	Canoa motorizada	Barco motor	Barco industrial	TOTAL	%
Augusto Corrêa	134	107	86	284	0	611	8,22
Belém	69	15	170	517	200	971	13,06
Bragança	44	83	127	540	0	794	10,68
Colares	25	47	21	30	0	123	1,65
Curuçá	153	35	76	88	2	354	4,76
Maracanã	125	83	68	92	0	368	4,95
Marapanim	130	53	40	50	0	273	3,67
Quatipuru	46	223	76	79	0	424	5,70
São Caetano de Odivelas	195	78	56	155	0	484	6,51
São João de Pirabas	9	210	27	105	14	365	4,91
Salinópolis	115	92	12	79	0	298	4,01
Salvaterra	266	67	103	32	0	468	6,30
Soure	182	17	58	86	0	343	4,61
Vigia	140	72	267	618	13	1110	14,93
Visou	91	194	74	89	0	448	6,03
TOTAL	1.724	1.376	1.261	2.844	229	7.434	100,00

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE (2004)

No Estado, predominam as embarcações movidas a remo e a vela, que representam 58,7% da frota paraense, entretanto no litoral, apenas 41,7% das embarcações são movidas a remo e/ou vela. Estas embarcações têm atuação em estuários, baías, rios e em locais próximos da costa, o que confere ao setor pesqueiro do Estado do Pará um caráter eminentemente artesanal e de pequena escala. Contudo, as embarcações motorizadas de maior porte têm papel fundamental na produção pesqueira, pela sua maior eficiência na obtenção dos produtos pesqueiros. Estes são comercializados nos maiores entrepostos de desembarque, que no litoral do estado são as cidades de Belém, Bragança e Vigia. ISAAC *et al.*, (2006) estabeleceram as características médias dos diferentes tipos de embarcações atuantes na pesca artesanal dos ambientes marinhos do Pará (Tabela). As características das embarcações industriais não foram descritas, pois estas embarcações não são utilizadas por pescadores das Reservas Extrativistas Marinhas.

Tabela 21. Características médias das embarcações de pesca artesanal do litoral paraense. CAM=Canoa motorizada (<8m); BPP=Barco de pequeno porte (8-12 m); BMP=Barco de médio porte (>12m).

Característica	Tipos de Embarcação				
	Montaria	Canoa	CAM	BPP	BMP
Capacidade Média (t)	0,3	0,5	3	5	18
Material do Casco	Madeira	Madeira	Madeira	Madeira	Madeira
Propulsão	Remo	Vela, remo ou remo e vela	Motor ou motor e vela	Motor	Motor

Potência (HP)	-	-	11 -22	11 -69	36 - 114
Comprimento (m)	6	7	7,99	8 – 11,99	≥ 12
Tripulação	1 – 4	1 - 6	2 – 6	3 – 8	5 - 17
Autonomia (dia de mar)	1	2	5	10	25
Conservação do Pescado	In natura ou caixas térmicas	In natura ou pequenas caixas isotérmicas com gelo	Caixas ou urnas isotérmicas com gelo	Urnas isotérmicas com gelo	Urnas isotérmicas com gelo

Fonte: Isaac *et al.* (2006).

Já no Amapá, em 2006 foram cadastradas 1.065 embarcações que atuavam na pesca de águas continentais no Amapá, constituídas de montarias (MON), canoas motorizadas (CAM) e a vela (CAN) barcos de pequeno (BPP) e de médio porte (BMP). A frota amapaense é eminentemente artesanal, uma vez que, 49,6% são do tipo montaria e canoa a vela (CEPNOR, 2006).

No que tange à frota marinha, em 2004 existiam 352 embarcações (PROZEE, 2005). Já em 2014 existiam 458 embarcações registradas no Registro Geral da Pesca (RGP) do MPA. Essas embarcações tinham uma idade média de 19,5 anos, tamanho médio de 9,7 m de comprimento e Potência média de 28,8 Hp com variações de acordo ao município (Tabela 12). A maior concentração de barcos da frota pesqueira marinha do Amapá está no Oiapoque com 32% das embarcações, seguido de Santana (26%) e Macapá (19%) (Tabela 22).

Tabela 22. Número de embarcações pesqueiras da frota marinha do estado do Amapá cadastradas do Registro Geral da Pesca no MPA em 2014.

Município	No. de embarcações	Potência (Hp)	Comprimento total (m)	Idade (anos)	Modalidades de Pesca
Amapá	27	24,1	9,2	13,5	rede de espera, rede de arrasto, rede de emalhe
Bailiquei	20	18,3	8,4	16,8	rede de espera, rede de arrasto, rede de emalhe, espinhel
Calçoene	44	34,4	11,5	12,4	rede de espera, rede de arrasto, rede de emalhe, espinhel, armadilha
Fazendinha	1	10,5	18,0	18,0	rede de espera
Laranjal do Jari	2	11,9	18,0	18,0	rede de espera, rede de arrasto
Macapá	87	33,6	10,2	14,5	rede de espera, rede de arrasto, rede de emalhe, espinhel
Mazagão	4	21,7	9,4	16,8	rede de espera, rede de arrasto, rede de emalhe
Oiapoque	148	23,5	8,8	13,7	rede de espera, rede de arrasto, rede de emalhe, espinhel
Porto Grande	1	6,8	2,0	12,0	rede de espera, espinhel
Santana	121	33,2	10,6	31,8	rede de espera, rede de arrasto, rede de emalhe, espinhel
Sucuriju	2	11,8	7,5	12,0	rede de espera, rede de arrasto
Tartarugalzinho	1	5,0	6,0	10,0	rede de arrasto
Total/Média	458	28,8	9,7	19,5	

Fonte: RUFFINO (2017).

3.2.1.4. Artes de Pesca

A frota pesqueira do Estado do Pará que atua em águas estuarinas e costeiras utiliza diversos petrechos em suas pescarias, tais como: tarrafa, linha e anzol, rede de arrasto, matapi, espinhel e rede de espera (malhadeira), além das armadilhas fixas como os currais e zagaias. Com exceção dos barcos industriais, cuja atividade é mais voltada à captura de camarão, pargo e piramutaba, as demais categorias de embarcação têm como aparelho de pesca principal as redes de espera, seguidas do espinhel (Tabela). Tendo em vista a grande diversidade de aparelhos e métodos de pesca empregados no Pará, o tipo “outros”, onde estão incluídos os demais aparelhos de pesca, teve uma participação expressiva, principalmente entre as embarcações movidas a remo (MON e CAN). Vale ressaltar que a quantidade de arte de pesca (tamanho médio de rede, número de espinheis, redes de arrasto etc.), varia de acordo com o tamanho da embarcação, ou seja,

existe uma tendência das embarcações de maior porte a transportarem um maior número de aparelhos de pesca, como também estes apresentarem um maior tamanho e poder de pesca.

Tabela 23. Número de embarcações por artes de pesca. CAN=Canoa a remo; CAM=Canoa motorizada (<8m); BPP=Barco de pequeno porte (8-12 m); BMP=Barco de médio porte (>12m)

Artes de pesca	CAN	CAM	BPP	BMP	TOTAL	%
Armadilha	2	0	9	11	22	0,31
Arrasto	20	24	28	2	74	1,03
Cerco	7	0	0	0	7	0,10
Curral	163	56	70	1	290	4,03
Espinhel	737	185	188	66	1176	16,33
Linha	50	7	27	0	84	1,17
Rede de Espera	1051	569	1284	141	3045	42,27
Tarrafa	48	0	2	0	50	0,69
Outros	169	27	32	3	231	3,21
Não identificado	853	393	879	99	2224	30,88
TOTAL	3100	1261	2519	323	7203	100

Fonte: SEAP/IBAMA/PROZEE (2004).

No Estado do Amapá, a frota pesqueira com autorização de pesca em 2014 utilizavam modalidades de pesca com rede de arrasto, emalhe, espera, espinhel e armadilha (Tabela 12).

A Tabela 24 apresenta um quadro resumo das principais organizações sociais ligadas à pesca, assim como número de pescadores, número e tipo de embarcações, artes de pesca e principais espécies capturadas por município na área de estudo.

Tabela 24. Número de Pescadores, embarcações, artes de pesca, principais espécies capturas por município costeiro dos estado do Amapá e Pará.

UF	Município	Organização Social	No de Pescadores	No Pescadores com RGP	No Pescadores recebem SD	Barco Pesqueiro	Batelão	Canoa Motor	Catraio	Montaria	Total	Artes de Pesca	Principais spp. Capturadas	
AP	Amapá	Colônia Z-02	980	785	783	58	-	48		70	176	Rede de emalhe, espinhel e tarrafa	gurijuba, bagre, urutinga, pescada amarela	
		Colônia de Pescadores Z-04 de Amapá	333	333	-	20	-	48	30	36	134	Rede de emalhe (40 a 70 mm), espinhel (anzóis No 3,4,5,6), arpão e tarrafa	gurijuba, bagre, urutinga, pescada amarela, tainha, piramutaba e sarda	
	Calçoene	Colônia de Pescadores Z-09 de Calçoene	412	315	315	18	4	-	-	150	172	Rede de emalhar e espinhel	corvina, dourada, bagre, urutinga, gurijuba, pescada amarela, tainha	
		Cooperativa de Pescadores de Calçoene (Calçoepesca)	42	42	42									
	Itaubal	Colônia de Pescadores Z-18 de Itaubal	380	380	-	15	-	150	-	300	465	Rede de emalhe (30 a 70 mm), espinhel (anzóis No 4,5,6), rede de arrasto (camaroneira), arpão e tarrafa	dourada, filhote, pescada, batre e camarão	
	Macapá		Colônia de Pescadores Z-01	1028	900	780	160	-	300	-	70	530	Rede de emalhar (25 a 80 mm entre nós opostos) e espinhel (anzóis n° 3 a 7).	filhote, dourada, gurijuba, bagre, pescada branca, pescada amarela, piramutaba, tainha e camarão.
			Associação dos Pescadores e Aquicultores Artesanais de Macapá (PESCANORTE)	1600	1400	1000								
			Colônia de Pescadores Z-14 da Fazendinha	1120	939	936	6	-	600	400	120	1126	Redes de emalhar (20 a 75 mm entre nós opostos) com até 4.500 m de comprimento; espinhel (anzóis n° 3 e 4); rede de arrasto camaroeira; matapi e zagaia.	dourada, piramutaba, pescada branca, filhote, bagre, sarda e gurijuba
			Cooperativa dos Pescadores e Extrativistas Vegetal e Animal do Igarapé da Fortaleza (COOPERCAF)	1500	800	-								

		Colônia de Pescadores Z-05 do Bailique	1900	1516	1516	50	-	-	400	100	550	Rede de emalhar de nylon ou plásticas (30 a 70 mm entre nós opostos) com comprimento de até 500 metros; rede de arrasto camaroeira (10 a 15 mm entre nós opostos) com comprimento de 5 a 10 m; espinhel (anzóis n° 4 a 7);	piramutaba, tainha, dourada, bagre, pescada branca, filhote, gurijuba, uritinga, camarão pitu e camarão regional.
	Oiapoque	Colônia de Pescadores Z-03	483	230	210	156	-	34	32		222	Rede de emalhar 45 mm e 70 mm	tainha, corvina, bagre, uritinga, pescada branca, piramutaba, sarda e pescada amarela
	Santana	Colônia de Pescadores Z-06	6000	6000	-	240	-	-	130	70	440	Rede de emalhar (30 e 70 mm entre nós opostos) com comprimento de até 3.640 m; e espinhel (anzóis n° 2 a 7).	dourada, filhote, bagre, pescada branca, gurijuba, pescada amarela, corvina, cação, bandeirado, piramutaba, pescada gó, pirapema, arraia, sarda, sardinha, uritinga, pirapitinga.
Cooperativa dos Produtores de Pescado do Município de Santana		20	20	-									
Cooperativa de Pescadores de Santana (COPESA)		4000	2000										
PA	Afuá	Colônida de Pescadores Z-85	2200	1672	1672	-	-	-	-	-	-	Espinhéis com 30 a 400 anzóis (n° 3, 4, 5 e 6); rede de emalhar (30 a 75 mm entre nós opostos); rede de arrasto (camaroeira); matapi; tarrafa; linha de mão e cacuri.	filhote, dourada, piramutaba, pescada branca e camarão regional e pitu.

Augusto Corrêa	Coçônia de Pescadores Z-18	238	189	-	370	-	-	-	-	370	Redes de emalhe (gozeira, de lance, caiqueira e caçoeira), sobretudo a serreira e pescadeira, espinhel vertical tipo pargueira e covos.	Serra, timbiro, cavala e pescada amarela, gurijuba, bandeirado, bagre, lagosta
Barcarena	Colônia de Pescadores Z-13	2280	2421	-	-	-	-	-	-	-	Matapi, rede de emalhe e espinhel	Pescada branca, Pescada amarela, Dourado, Filhote, Sarda, Piaba, camarão, ariacó, bonito
	Cooperativa de Pesca da Vila do Conde - COOPESCONDE	48 comunidades										
	Associação de Pescadores de Vila do Conde	-										
Bragança	Colônia de Pescadores Z-17	7320	800	-	-	-	-	-	-	-	bóia, linha de mão, rede de emalhe, rede de lance, tapagem, tarrafa, espinhel de fundo, covo/manzuá	Sajuba, tainha, dourada, uritinga, bagre, raia, Serra, pescada amarela, bagre, ariacó, cavala e bonito, pargo, bijupirá, garoupa, sarda, uritinga, gurijuba, pirapema, cação, raia, camarão branco, camarão-rosa, camarão, sete barbas, lagosta, pargo
Belém	Colônia de Pescadores Z-10	-	32964	-	151	-	48	-	-	199	rede de emalhe	Dourado, piaba, sarda, bagre, corvina, pescada branca, pescada amarela, gó, bagre.

Chaves	Colônia de Pescadores Z-22	2550	2320	-	74		402	25	130	631	Rede de emalhar (25 a 70 mm entre nós opostos); espinhel com até 450 anzóis (n° 2 a 5); rede de arrasto (camaroeira) e tarrafa (30 mm entre nós opostos).	filhote, dourada, pescada, bagre, piramutaba, tainha e camarão.
Colares	Colônia de Pescadores Z-23	1200	177	-	-	-	-	-	-	-	Matapi, Espinhel, Rede de emalhe, Puçá, Arrasto de praia	Camarão, Caranguejo, Bacú, Bagre, Dourado, Filhote, Gurijuba, Pescada amarela, Pescada branca, Piramutaba, Sarda, Arraia, Bandeirado.
Curuçá	Colônia de Pescadores Z-05	1992	104	-	368	-	259	-	-	627	Curral, Rede Grossa, Linha de mão, Rede de Tapagem, Tarrafa, Rede caiqueira, Rede gozeira, Espinhel horizontal, Linha de mão; Rede serreira	Bagre, camorim, uritinga, uricica, pacamão, piaba, tainha, peixe pedra, xaréu, arraia, gurijuba, corvina, pescada amarela, dourada, gó, caíca, cambeua, bragalhão, bandeirado, cação, serra, anchova, cavala
Magalhães Barata	Colônia de Pescadores Z-95	120	21	-	13		300		18	331	Rede de plástico, rede nylon, linha de mão, tarrafa; curral, caçoiera de beira, rede	Pratiqueira, anchova, gurijuba, pescada amarela, bandeirado, corvina, cabeuá,

		Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores									serreira, espinhel; rede gozeira e rede pratiqueira	cangatá, bagre, piramutaba, dourada, pratiqueira, tainha, anchova, gó, pescada, gurijuba, bandeirado, uritinga, uricica amarela e branca, xaréu, pacamão, bandeirado, bagre, corvina, mero, camorim, peixe pedra	
Maracanã	Colônia de Pescadores Z-07	Sindicato dos Pescadores Artesanais e Aquicultores do município de Maracanã – SIPAAM	2160	116		111		242		353	Rede serreia, Rede gozeira, Anzol 8, Espinhel, Rede 45, 50, Rede boiada, Anzol rapadelão, Rede pescadeira, Rede caiqueira, Rede malhadeira	Gurijuba, xaréu, uritinga, pescada amarela, arraia, serra, corvina, tinbiro, caranjuba, cururuca, peixe-pedra, bandeirado, gó, corvina, cavala, anchova, bonito, pratiqueira, canguiro, cioba, cação (muito difícil tubarão branco, bijupirá, cação lixa, caica, brasileirinho).	
Marapanim	Colônia de Pescadores Z-06		2000	285	-	188	-	1129	-	-	1317	Zangaria, Curral; Barco: Rede de Emalhe tipo Caiqueira, Douradeira e Serreira.	Uricica, pescada amarela, dourada, gurijuba, peixe pedra, bagre, anchova, xareu
Ponte de Pedras	Colônia de Pescadores Z-24		6500	9999	-	-	-	-	-	-	-	Matapi, Espinhel, Rede de emalhe, Tapagem de igarapé, Camboa (cercado), Cacuri (curral)	Camarão, turú, acarai-boi; acará; apanhari; aracú; cascudo; dourado; filhote; gurijuba; jacunda; jeju; peixe do mato; pescada branca,
	Sindicato dos Pescadores e Aquicultores de Ponta de Pedras		500										

		Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida Micro Região da Bacia do Marajó	400										piaba, piramutaba, piranha, tamuatá, traíra, tucunaré, arraia, cachorro do padre, tuí
		Sindicato dos Pescadores e Pescadoras do Município de Ponta de Pedras	4000										
		Associação Familiar dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agroextrativistas de Armazém	32 famílias										
Quatipuru		Colônia de Pescadores Z-48	3000	6	-	467	-	334	-	-	801	Luva e gancho, anzol, espinhel, rede de tapagem, puçá, curral e apoitada, pescadeira, serreira, caiqueira, tainheira, gozeira, douradeira, fina e sajubeira, tarrafa, camaroneiro	Caíca pequeno, curicica, bagre, bagre tacuré, peixe pedra, oritinga, pescadinha, camurim, gó, corvina, banderado, cururuca, cangatã, sajuba, tainha, caraguaçu, pescada grande, gurijuba, cação, pirapema, xaréu, serra, anchova, cavala, camurupim, peixe galo, caranguejo, mexilhão, ostra e camarão
Salinópolis		Colônia de Pescadores Z-29	3130	460	-	410	-	50	-	-	460	Rede Serreira, Pescadeira, Douradeira; Barcos de 11 a 12,5m: Espinhel, Rede Serreira e Linha de mão.	Serra, Bagre, Areacó, Cavala, Pargo, Xaréu, Pescada Branca, Pescada Amarela, Cação, Corvina, Uritinga, Gurijuba, Anchova, Peixe Pedra, Banderado, Tainha

Salvaterra	Colônia de Pescadores Z-22	3800	10535	-	23	-	5	-	-	28	matapi, rede de emalhe e espinhel	Caranguejo, caramujo, turú, mexilhão, prateira, coró, tainha, piramutaba, piá, pescada branca, cangatá, pacú, bacú, abgre,m pescada amarela, dourado, xáreu
	Conselho Pastoral da Pesca (CPP)	600 famílias										
	Associação de Mulheres Extrativistas do Caldeirão, (AMEC)	150										
Santo Antonio do Tauá	Colônia de Pescadores Z-27	300	4	-	-	-	-	-	-	-	rede de emalhe, espinhel, matapi	Bacú, Bagre, Camarão, Gurijuba, Pescada amarela, Pescada branca, Piramutaba, Sarda, Siri.
	Comissão Pastoral da Pesca – CPP											
	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará - MOPEPA											
São Caetano de Odíveas	Colônia de Pescadores Z-04	8200	128	-	205	-	162	-	-	367	Rede caiqueira, Rede de cerco de praia, curral de Fuzarca; Rede Poitada, rede malhadeira	Pescada Amarela, Anchova, Xaréu, Caíca, Tainha, Serra, Prateira, Gurijuba, Camorim e Dourada.
São João de Pirabas	Colônia de Pescadores Z-30	4000	53	-	200	-	-	-	-	200	Rede Serreira, Rede de boiada, Espinhel, Linha de mão e Curral	Cavala, bijupirá, bacero, pirapema, xaréu, pargo, cioba, galo, cavala, gurijuba, serra, corvina, xaréu, bandeirado, bratiura, cação, bonito, pescada amarela, pescada branca, guaiuba, pargo, pirapema, uritinga, cangata, arraia; curral: gó, camurim, bagre, corvina e pescada.

		Colônia de Pescadores Z-01	4345										
		Associação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Aquicultores do rio Paraquari, Soure e Salvaterra;											
		Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Pescadores Artesanais e Camaroeiros do Município de Soure;											
	Soure	Associação dos Pescadores Artesanais do Município de Soure;		10221	-	75	-	118	-	-	193	Tarrafa; Escora de fundo poitada; Rede de espicho (40, 50 e 60mm entre nós opostos); rede de bubuia, (25, 30 e 35mm entre nós opostos), rede caçoeira, linha de mão	Pratiqueira, dourada, pescada amarela, bagre, piaba, xaréu, sarda, camarão branco, bagre, pescada branca e peixe pedra (coró), camarão
		Associação dos Pescadores de Arararuna do Soure; Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Profissionais, Artesanais e Ajudantes de Pesca do Município de Soure; Associação dos Pescadores Artesanais da Matinha; Associação dos Pescadores da Vila do Cajuúna.											
	Vigia	Colônia de Pescadores Z-03	15000	643	-	347	-	18	-	-	365	Rede serreira	Pescada amarela,

		Associação das Mulheres Pesqueiras da Comunidade de Vigia,									(distância entre nós opostos de 60 mm); Rede pescadeira (distância entre nós opostos de 19 cm); Anzol; Rede de arrasto tipo puçá, espinhel	gurijuba, urisia, camurim, dourada, pirapema, piramutaba, pratiqueira, uritinga, uricica, serra, anchova, pratiuro, guarajuba, bonito.
		Associação dos Trabalhadores na Pesca Artesanal de Vigia										
		Associação das Mulheres Pesqueiras das Regiões de Barretas	200									
		Associação de Produtores de Hortifrutis Granjeiros e Pesqueiros de Macapá da Barreta e Regiões Vizinhas,	200									
		Associação Comunitária e Ambiental dos Pescadores Artesanais do Município de Vigia, Caixa Pesqueira Artesanal de Vigia.	334									
	Viseu	Colônia de Pescadores Z-21										
		Associação de Pescadores em Viseu/PA – APEV	1426 (700 catadores de caranguejo)	1508	-	166		412		578	Redes de tainheira, malhadeira, tapagem, spinhel, linha de mão, curral, tarrfa	Peixe pedra, bagralhão, apapá, corvina, pescada branca, jurumema, piaui, tralhoto, pacú, cangatã, jurupiranga, aracu, dourada, branco, gurijuba, curupaiti, surubim e caranguejo

Fonte: BP *et al.* (2015)

3.2.2. Aquicultura

3.2.2.1. Produção

Dentre as atividades de aquicultura, a piscicultura é a atividade aquícola mais importante dos estados do Amapá e Pará. No entanto a predominância é de cultivo de espécies de origem continental exclusivamente no Amapá, e no Pará algo de origem marinha.

A produção aquícola marinha na área de estudo variou de 140 a 346 t no período de 2000 a 2007, e com uma média de 230 t/qno, sendo exclusivamente produzida pelo do Estado do Pará, e representando apenas 0,3% da produção nacional (Tabela 25).

Tabela 25. Produção aquícola marinha na área de estudo no período de 2000 a 2007.

UF / Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Brasil	38.374,5	52.846,5	71.114,0	101.003,0	88.967,0	78.034,0	80.512,0	78.405,0	83.359,0	78.296,0	85.058,6	75.997,2
Área de Estudo	140,0	150,0	78,0	324,0	242,0	278,0	250,0	200,0	265,0	346,0	257,9	230,1
Amapá	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	140,0	150,0	78,0	324,0	242,0	278,0	250,0	200,0	265,0	346,0	257,9	230,1

Fonte: IBAMA (2000 a 2008) e MPA (2010, 2012).

Já a produção aquícola continental é um pouco maior que a marinha na área de estudo. O Amapá com uma produção variando de 198 a 653 t no período de 2000 a 2007, com média de 402,9 t/ano e o Pará com uma produção maior, variando de 1.249,5 a 5.044,2 t no mesmo período, e média de 2.859,6 t/ano, e contribuindo com 1,4%, em média, à produção nacional (Tabela 26)

Tabela 26. Produção aquícola marinha na área de estudo no período de 2000 a 2007.

UF / Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Brasil	138.156,0	156.532,0	180.173,0	117.125,5	180.730,5	179.746,0	191.183,5	210.644,5	282.008,0	337.353,0	394.340,0	215.272,0
Área de Estudo	1.249,0	2.743,0	2.483,5	2.111,5	2.276,5	2.450,5	2.613,0	2.540,0	3.617,0	4.327,0	5.044,2	2.859,6
Amapá	198,0	220,0	238,5	274,0	235,0	378,0	426,0	506,0	546,0	653,0	757,8	402,9
Pará	1.051,0	2.523,0	2.245,0	1.837,5	2.041,5	2.072,5	2.187,0	2.034,0	3.071,0	3.674,0	4.286,4	2.456,6

Fonte: IBAMA (2000 a 2008) e MPA (2010, 2012).

3.2.2.2. Piscicultura

Da produção do Pará, 99% é baseada no cultivo de peixes de água doce, em que predominam o tambaqui (*Colossoma macropomum*) e a tilápia (*Oreochromis niloticus niloticus*), que representam 94% e 4%, respectivamente (LEE & SARPEDONTI, 2008). Já no Amapá, além do tambaqui e tilápia, a carpa (*Cyprinus carpio carpio*) também teve importância e atualmente a pirapitinga e tambacu (RUFFINO, 2017)

No estado do Pará há um predomínio de propriedades com menos de 2 hectares de lâmina de água, com mais de 90% dos produtores nesta situação. A porcentagem de tanques-rede e viveiros escavados é aproximadamente 20% e 80%, respectivamente. Esta vasta maioria formada por pequenos produtores é caracterizada também por ser uma atividade de subsistência e mesmo os que produzem com fins comerciais praticam-

na de forma rudimentar. Este é o perfil da aquicultura paraense, que se configura como uma atividade secundária para complementação de renda.

Há poucos estudos sobre os cultivos das áreas do litoral paraense. Na região do Rio Caeté foram quantificados 65 produtores (Figura), sendo os municípios de Bragança e Capanema os que possuem maior número de empreendimentos. Juntos, estes municípios representam pouco mais da metade dos empreendimentos aquícolas na Bacia do Caeté. Na região do Caeté, mais de 90% dos tanques são constituídos de viveiros escavados. As espécies cultivadas são basicamente as mesmas em toda região. Tambaqui – *Colossoma macropomum* e Tambacu (correspondendo a 90% dos cultivos), Tilápia - *Oreochromis spp.*, e outras espécies como Curimatá - *Prochilodus nigricans* Pirapitinga – *Piaractus brachypomus* e Carpa *Cyprinus carpio carpio* (LEE & SARPEDONTI, 2008).

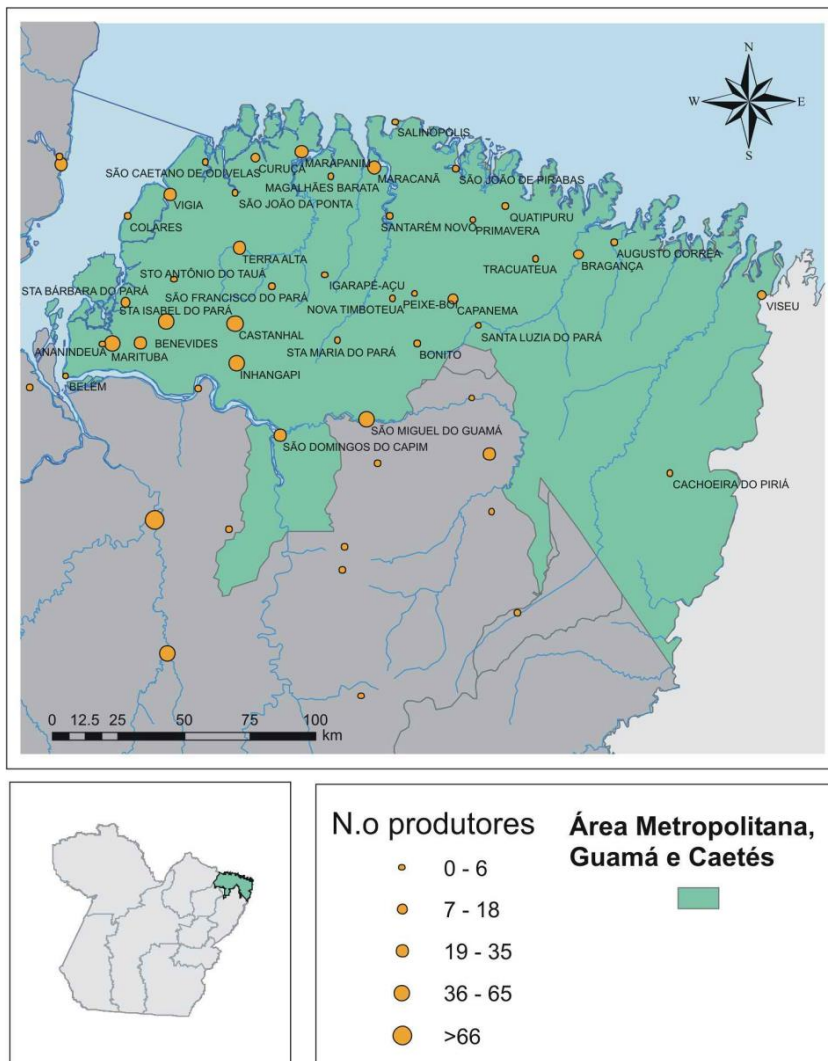


Figura 3. Número de produtores piscicultores na região Guamá-Caeté. Fonte: LEE & SARPEDONTI (2008).

Em Soure foram contabilizados 12 piscicultores que cultivam em tanques-rede e apenas 2 piscicultores que utilizam viveiros escavados. A principal forma de cultivo neste local é com a utilização de tanques-rede de 8m³, com densidade de 80 peixes/m³, acrescentando-se 10 a 20% de estimativa de mortalidade inicial. As espécies mais

cultivadas são o Tambaqui e o Tambacu e a duração do ciclo é de 6 meses. Os produtores do município estão organizados em associações que compram ração em conjunto. Segundo informações da EMATER de Soure, para cada ciclo, esses produtores compraram 5 toneladas de ração, a qual retiram mensalmente do local de onde compraram pois não possuem local de estocagem do produto (LEE & SARPEDONTI, 2008) (Figura).

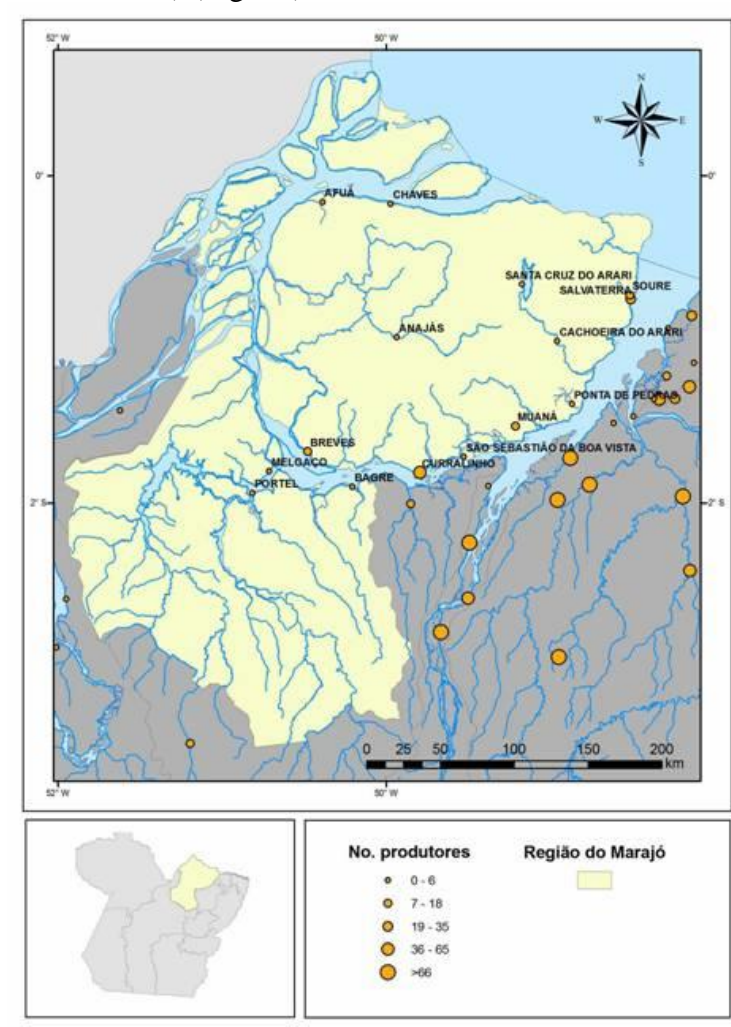


Figura 4. Número de produtores piscicultores na região do Marajó. Fonte: LEE & SARPEDONTI (2008).

Já no Amapá, estudo realizado pela EMBRAPA (TAVARES-DIAS, 2011) em 2009/2010 identificou 269 pisciculturas, a maioria localizada no Município de Macapá (55,4%) e municípios próximos, como Santana, Mazagão e Porto Grande (21,2%) (Figura 5). Nessas propriedades, as pisciculturas correspondem a 94,7%; pesque-pagues a 3,5% e 1,7% mantêm piscicultura e pesque-pague. A maioria dessas pisciculturas usa o sistema de cultivo semi-intensivo ou o sistema intensivo. Além disso, essas pisciculturas são de pequeno porte e produzem uma média de 2,0 – 3,0 toneladas/ano.

Em geral, as condições da propriedade estão aliadas ao objetivo do piscicultor e implicam na escolha do método a ser adotado para o cultivo dos peixes. De acordo com informações dos piscicultores entrevistados, alguns (20,7%) usam sua produção somente para a alimentação da família; 32,1% para finalidade comercial; 45,3% para alimentação da família e também para a venda do excedente e 1,8% tem a atividade de

piscicultura como passatempo. Somente 17,5% das pisciculturas foram legalizadas junto ao IMPA, órgão responsável pela legalização da piscicultura no Estado do Amapá. Para a maioria dos piscicultores, a burocracia e morosidade na legalização da piscicultura somada às excessivas taxas cobradas na legalização são os principais fatores apontados para a não legalização da atividade no Estado do Amapá.

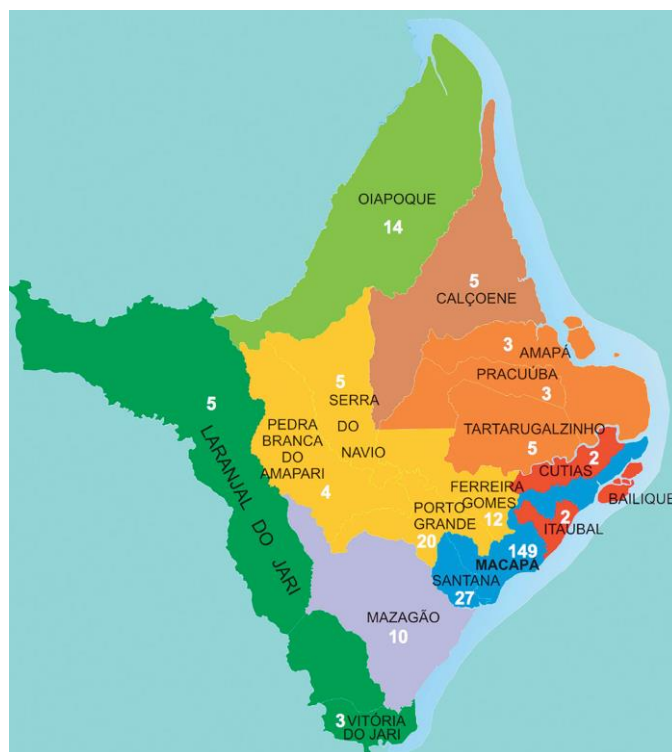


Figura 5. Distribuição do número de pisciculturas no Estado do Amapá. Fonte: RUFFINO (2017).

3.2.2.3. Carcinicultura

A carcinicultura paraense é voltada para o camarão marinho, com o cultivo exclusivo do camarão exótico *Litopenaeus vannamei*. Lee & Sarpedonti (2008) registraram 5 fazendas de carcinicultura marinha, onde as propriedades variavam de 6,5 a 13 ha de área cultivada. Destas propriedades, 3 localizam-se no município de Curuçá e duas em Salinópolis. Destas propriedades apenas 3 estão atualmente produzindo.

Os impactos ambientais dos cultivos de camarões registram a destruição de áreas de mangues e possíveis fugas desta espécie exótica, sendo mínimo o impacto devido aos efluentes/rejeitos. A fuga de indivíduos para o ambiente é bastante provável devido à proximidade das propriedades com o estuário e a direta descarga das águas utilizadas no cultivo. Não existe, no entanto, nenhuma preocupação e nem conhecimento sobre as possíveis consequências dessas fugas por parte dos produtores. A qualidade da água é monitorada em todas as fazendas, bem como existe a prática da biometria e cálculos de rendimento e lucro. Todas as fazendas foram construídas em área de mangue e 3 propriedades estão dentro da área da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. Uma revelação importante é que muitos produtores não possuíam bacia de sedimentação ou qualquer outro método de minimizar os impactos ambientais devido à falta de orientação técnica (ou a não orientação do técnico) (LEE & SARPEDONTI, 2008).

3.2.2.4. Ostreicultura

Atualmente apenas duas comunidades estão produzindo ostras comercialmente, a comunidade de Nova Olinda no município de Augusto Corrêa e a comunidade de Nazaré Seco em Maracanã (LEE & SARPEDONTI, 2008).

Em Nova Olinda, a atividade é realizada pela Associação Agropesca de Nova Olinda (AGRONOL) que possui 30 associados dos quais 15 estão envolvidos na ostreicultura. Os produtores possuem 3 mesas (9x1m) cada um. O cultivo é iniciado com sementes de 15-20 mm em travesseiros com uma densidade de 1000/2000 ind/travesseiros e repicadas a cada 30 dias até a densidade de 200 ostras/ travesseiro, densidade na qual estão os cultivos prontos para a venda (LEE & SARPEDONTI, 2008).

As sementes são em parte coletadas com coletores feitos de garrafas PET. A coleta das sementes ocorre durante o verão. A produção individual de ostras é de aproximadamente 300 dúzias, com ciclos de 5 e 6 meses. No pico da produção chegaram a produzir 5.000 unidades por mês. A produção é vendida para Belém, Bragança e fregueses identificados (LEE & SARPEDONTI, 2008).

3.2.3. Outras Atividades Econômicas

3.2.3.1. Agricultura e extrativismo vegetal

A maior parte da Amazônia é constituída de solos pobres em nutrientes e ácidos que limitam extremamente o desenvolvimento agrário. Nas comunidades costeiras, a proximidade dos rios, canais e do mar, determina a preferência pelas atividades ligadas ao extrativismo pesqueiro. Contudo muitos moradores praticam atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente, com finalidade de subsistência. Considerando as características do solo e o perfil da população, os pequenos plantios de mandioca, milho e feijão são os mais comuns.

Nas comunidades que se localizam mais afastadas dos rios ou na terra firme, há maior intensidade desta atividade. Nestes casos os rendimentos podem servir também como fonte de renda familiar. Os cultivos e colheitas de produtos agrícolas são atividades preferentemente femininas. A preparação da terra é feita pelos homens. Trabalha-se, na maior parte dos casos, com o sistema de “derruba e queima”, para o preparo do plantio, que é a forma mais tradicional utilizada na região do NE do Pará (DENICH, 1991). Neste caso o agricultor derruba e queima a vegetação natural para criar as condições para o cultivo agrícola. Após dois anos, a terra deve ser deixada para descansar (pousio), para o reestabelecimento da vegetação secundária e da produtividade do solo (KATO *et al.*, 1999). O principal produto agrícola, neste caso, é a mandioca para produção de farinha.

Além disso, em diversos locais se cultivam culturas de subsistência e como fonte de renda adicional, tais como arroz, milho, coco, banana, abacaxi e açaí. Andiroba e outras plantas medicinais são também extraídas ou cultivadas para a manipulação de remédios caseiros. Hortaliças são encontradas nas hortas dos domicílios, para uso na alimentação familiar. Árvores frutíferas são comuns na região, naturais ou cultivadas, das quais se extraem mangas, carambolas, bacuri, caju, cupuaçu, dentre outros, utilizadas para consumo interno ou venda, em pequena escala.

Mesmo sendo motivo de conflitos, o extrativismo de madeira do mangue para fazer lenha (venda e consumo) é comum nas comunidades costeira, como também para a construção

civil e para realizar currais de pesca. Segundo Glaser (2005), mais de 35% das famílias entrevistadas no ambiente rural da região bragantina usam madeira do mangue como lenha para as atividades de subsistência e mais de 25% declaram extrair varas do mangue para a construção de currais e cercas.

3.2.3.2. Bovinocultura e criação de outros animais

Culturas de gado (branco ou búfalos) para venda de carne e de cavalos usados para a tração de carroças são comuns na unidade de Soure, na ilha de Marajó, contudo a maior parte dos animais não é de propriedade dos moradores da RESEX, mas de fazendeiros do entorno da região. Ao mesmo tempo, nos campos naturais, como os que existem em Tracuateua, pode se observar rebanhos de gado, búfalos e cavalos pastando, durante a estação seca, quando não há alagamento.

Nas residências das comunidades é comum também a criação de pequenos animais, galinhas e outras aves domésticas e de porcos utilizadas para o consumo familiar.

Nas RESEXs de Gurupi- Piriá, Tracuateua e Caeté-Taperaçu ocorrem à prática da apicultura, para a produção do mel orgânico, o qual é comercializado nas cidades da região.

3.3. Conflitos

3.3.1. Conflitos no Amapá

O estado do Amapá apresenta-se com 70% dos seus 14.281.458,5 ha de extensão transformados em áreas protegidas, entre as várias categorias de Unidades de Conservação e terras indígenas, por sua vez, muitas dessas áreas adentram as águas litorâneas do Atlântico, ora pelos seus limites, ora pelos seus entornos (área circundante), tornando conflitante a atividade pesqueira na linha da costa amapaense.

Considerando o planejamento para a proteção integrada entre as Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi e o Parque Nacional do Cabo Orange, no Amapá foram identificados alguns conflitos de pesca resultantes do Projeto Gestão Ambiental das Terras Indígenas (GATI), coordenado pelo Núcleo Técnico do Programa de Gestão Territorial Ambiental (PGTA) do Oiapoque, inserido no Acordo de Cooperação 001/2012 entre TNC e a FUNAI.

Os pescadores artesanais da Colônia Z-3 do município de Oiapoque utilizam como área de pesca o rio Oiapoque, a foz do rio Oiapoque e a área litorânea circundante do Parque Nacional do Cabo Orange (CAVALCANTE, 2011).

Porém, as necessidades de subsistência dos povos indígenas que vivem dentro das Terras Indígenas do Oiapoque estão cada vez mais comprometidas, devido a necessidade cada vez maior dos recursos pesqueiros pelos pescadores artesanais das Colônias de Pesca do Oiapoque, Pará e Saint George.

Em especial na região do Encruzo, onde os pescadores artesanais utilizam redes – em forma de tela disposta verticalmente na coluna d’água por uma série de flutuadores atracados na parte superior da rede e chumbadas na tralha inferior para que afunde –, causando completo, bloqueio da passagem dos peixes para o interior dos rios Uaçá,

Curipi e Urukauá, importantes locais de pesca pelos povos indígenas. Essa prática vem causando redução do tamanho dos peixes e redução dos estoques pesqueiros nessa região.

A região do Encruzo possui uma longa história de ocupação. Na década de 60 o local era ocupado por mais de 50 famílias e pela FUNAI, como posto avançado. Nessa época, a ocupação desse território possuía um grande valor estratégico, porque era o local de entrada para a região do rio Uaçá. Porém, com a descentralização dos postos indígenas, em 1980, e a extinção dos postos, em 2009, levou a retirada da FUNAI do local. Além disso, com a abertura da BR 156, o acesso principal para a região mudou para a estrada.

A região do Encruzo também apresenta outras dificuldades para manter as famílias indígenas residentes nessa localidade, como a falta de água potável, a falta de escolas e professores, os conflitos abertos com os pescadores, a atual escassez de peixes e o abandono do Encruzo, como local de punição. Assim, as mudanças da forma de acesso à região e as características do local levaram

Essa mudança de contexto e características de difícil fixação das famílias levaram a ruína da comunidade do Encruzo e, atualmente, não há habitantes. Esse tema é o principal assunto de debate da Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) e, talvez a maior fonte de conflito das Terras Indígenas do Oiapoque.

Além dos conflitos da região do Encruzo, os participantes da Oficina de Santa Isabel apontaram outros problemas relacionados a pesca nas Terras Indígenas do Oiapoque (Figura 6):

- No Lago Maruane há invasão para realizar a pesca de pirarucu com tramalho e a coleta de tracajá e jacaré;
- No Igarapé Juminã e Taparabu, em especial na aldeia Uahá, há pesca predatória do peixe tamuatá (cascudo ou bodó, em outras regiões da Amazônia), para coleta de suas ovas para serem vendidas em Saint George;
- No rio Palha, na região da BR-156, o rio é invadido para pesca comercial na época da migração dos peixes.

Criado em 1980, o Parque Nacional do Cabo Orange abrange uma área de 6.190 Km² no extremo norte do Amapá, próximo à baía do Rio Oiapoque que, neste trecho, separa o Brasil da Guiana Francesa. Situado nos municípios de Calçoene e Oiapoque, tem a vegetação marcada por florestas de terra firme e pela planície flúvio-marinha de Macapá-Oiapoque, com áreas planas de restingas e grandes manguezais, sujeitos a inundações frequentes pelas águas do mar.

O Parque abriga o Rio Caciporé, que ao ser invadido pelas águas do oceano, causa o fenômeno da pororoca. Nas partes mais altas do Parque estão grandes campos, e a oeste, áreas de cerrado e matas de galeria. Os mangues ocupam uma faixa de 10 Km de largura e apresentam alta taxa de salinidade, onde se pode encontrar plantas como a siriúba, mangue vermelho e o mangue-amarelo, além de ninhais com aves cada vez mais raras no Brasil, tais como os tuiuiús, marrecas, colhereiros, flamingos e guarás. O acesso ao local é a partir de Macapá, tomando a BR-156 até o Rio Caciporé (são quase

500 Km), onde pega-se uma voadeira em sentido ao povoado de pescadores de Vila Taperepá, no extremo sul do Parque.

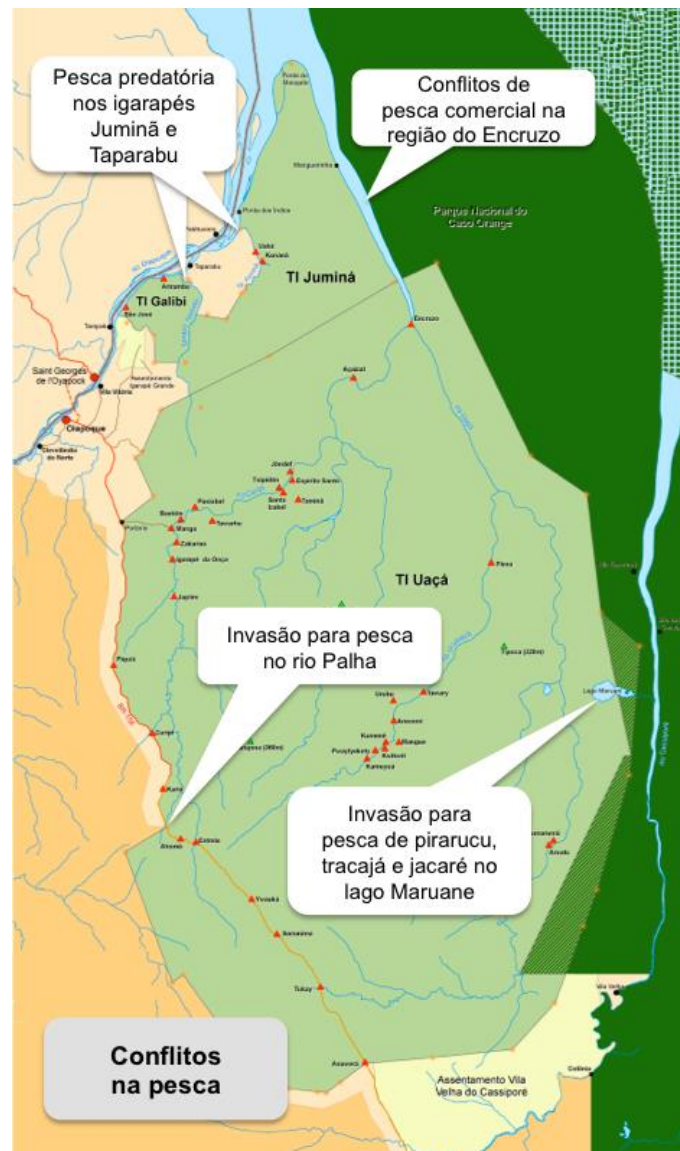


Figura 6. Localização dos principais conflitos de pesca na região do Oiapoque (PINHEIRO, 2014).

3.3.1.1. Acordos de Pesca - Parque Nacional do Cabo Orange

Em fevereiro de 2012 o ICMBio celebrou um **Termo de Compromisso** com a Colônia de Pescadores do Oiapoque, com a interveniência do Ministério Público Federal com o objetivo de ordenar a pesca de pequeno porte no interior do parque, uma vez que a criação do Parque limitou significativamente a atividade pesqueira desenvolvida pela população tradicional residente no município do Oiapoque.

A área costeira do estado do Amapá se apresenta como uma das mais preservadas e piscosas da costa brasileira. Considerando sua extensão, é extremamente dificultoso para os órgãos públicos administrar e fiscalizar toda sua área (SZLAFSTEIN, 2009), já que essa linha costeira tem uma extensão de 700 Km. Assim, o parque é muito visado

pelos pescadores, já que, é uma área de estuário e é também uma área de desova e de juvenis do pescado gurijuba e pescada amarela, espécies que são altamente apreciadas no mercado (CAÑETE *et al.*, 2013). A partir desse arranjo local, estabeleceu-se a possibilidade do cuidado e da fiscalização de um território que é muito amplo e que os órgãos responsáveis pela fiscalização (ICMBio e o IBAMA) tem dificuldades estruturais para a governança.

O acordo de pesca celebrado entre a Colônia de Pescadores do Oiapoque e o ICMBio tem como propósito a permissão dos pescadores cadastrados na Colônia Z-03, de pescar em uma determinada localidade do Parque e não em toda sua totalidade de extensão. A partir disso, a área em que o acordo de pesca vigora é uma das localidades onde há a menor quantidade de invasão de barcos não cadastrados. Assim, o acordo busca controlar as pescarias pela frota do Oiapoque e diminuir conflito na faixa de 20 km em águas marinhas, que pertencem ao seu limite e área circundante.

3.3.2. Conflitos no Pará

O uso dos recursos pesqueiros na Amazônia ocorre em um cenário complexo, que envolve muitos atores, interagindo em diferentes níveis. Apesar de sua antiga tradição, a atividade pesqueira é uma das atividades econômicas que apresenta maiores níveis de conflitos entre seus atores, destacando-se os de índole político-institucional e aqueles entre grupos sociais e econômicos. Muitos desses conflitos sociais da pesca surgem como consequência do incremento da intensidade da exploração pesqueira, que se reverte na diminuição dos recursos e na necessidade de um maior esforço para a obtenção dos mesmos resultados (FURTADO, 2004; ISAAC, 2006). A seguir apresentam-se os principais conflitos detectados e suas consequências.

Conflitos intra-institucional: entre os atores de uma mesma associação local, motivados por crises internas por vezes motivadas pela concentração de poder de seu dirigente ou por atos ilícitos deste, sonegação de informação, nepotismo, corrupção, incompetência de gestão, ausência de solidariedade. Além disso, a falta de informações sobre as competências das diversas instituições de gestão dentro de cada RESEX, também criam conflitos internos. Apesar de estar definidos pelos seus regimentos e estatutos, poucos moradores sabem exatamente quais as funções dos Conselhos e da Associação, e a quem devem recorrer em caso de demandas específicas. O efeito destes conflitos refletem nos mecanismos de solidariedade e reciprocidade que regulam as relações sociais internas, o que decorre em desarticulação e enfraquecimento da organização social e dos níveis de participação comunitária.

Conflitos interinstitucionais: entre agremiações locais por disputas de poder, desconfianças, individualismos, ausência de informação sobre o contexto social e ambiental envolvente. Estes conflitos colocam em antagonismos lideranças ou membros dos grupos. Tem como efeito reflexo nos mecanismos de alianças que podem influenciar no desenvolvimento local e na resolução de conflitos sociais e ambientais. Somam-se a estes os conflitos entre as diversas instituições do governo (MPA, IBAMA, ICMBio, SEMA, SAGRI etc.), principalmente, pela delimitação de competências sobre a gestão dos recursos, impedindo a identificação clara de objetivos e dificultando a integração dos planos a serem executados.

Conflitos prefeitura vs comunidade: são motivados por: a) falhas no sistema político de gestão pública calcadas na dicotomia governo e comunidade, dificultando o

atendimento das demandas comunitárias, ignorando mecanismos que envolvem diferentes categorias comunitárias ou praticando revanchismos eleitorais; b) por inércia das instituições locais que se alimentam de esperanças paternalistas vindas da prefeitura ou de instituições de fora; c) negligência nos mecanismos de capacitação de atores locais vinculados às instituições comunitárias locais, tanto por parte das prefeituras quanto das agremiações locais. Esses conflitos atuam sobre as relações políticas, gerando fissuras internas e acirrando o *apartheid* político.

Conflitos comunidade vs grupos de fora, (políticos, pesquisadores, consultores): grupos externos às unidades, desconhecendo especificidades socioculturais e/ou ambientais planejam ações, programas ou entram na comunidade para realizar pesquisas ou atividades, ignorando as relações de poder existentes na comunidade; esquecendo os saberes tradicionais de forma etnocêntrica; desconhecendo o biculturalismo destas comunidades e ainda extraindo informações sem o devido retorno às comunidades. Estes conflitos geram incredulidade de pessoas da comunidade sobre quase tudo que “vem de atores de fora”, seja em trabalho de pesquisa ou outra atividade, resultando num estado de antagonismo muitas vezes silencioso. Esse tipo de reação prejudica ou embarga muitas vezes o andamento de importantes projetos para a comunidade. Muitos pesquisadores têm encontrado dificuldades para realizar tarefas de campo, em razão dessas reações. De um lado, por falhas metodológicas do trabalho de campo ou por quase absoluta falta de informação sobre os resultados das pesquisas, tanto em disciplinas das ciências físicas e naturais como em assuntos socioculturais.

Conflitos pescadores vs pescadores: A principal disputa ocorre entre as modalidades de pesca diferentes (ex.: industrial vs artesanal), entre grupos antagônicos por suas diferenças na capacidade de pesca, ou entre grupos de outras localidades que vem pescar ou coletar organismos, e também aqueles que invadem território das RESEXs. A sobreposição de áreas de pesca, traz como consequência a destruição de apetrechos e disputas entre grupos. A seguir registram-se as principais causas de conflitos nesta categoria.

Conflitos de uso de apetrechos são frequentes entre unidades vizinhas que possuem regras de uso diferentes. É o caso do uso de **rede de emalhe** no rio Maracanã: Pelas regras da RESEXs Chocoaré-Mato Grosso, qualquer tipo de rede de emalhe é proibida no rio; já na RESEXs de Maracanã as redes de emalhe são proibidas apenas nas cabeceiras e na foz dos rios, sendo regulados o comprimento e a malha para seu uso em outros casos. Regras diferentes para redes de malha regem também os acordos de gestão de Mãe Grande de Curuçá e São Jaó da Ponta, que realizam pescarias no rio Mocajuba,

Nas coletas de **caranguejo** são observados conflitos internos relacionados à utilização de artes de pesca consideradas predatórias como a “redinha”, o “gancho” e o “laço”, pelo fato de capturarem indivíduos muito jovens, comprometendo assim o recrutamento da espécie. Em geral, os caranguejeiros de cada município afirmam que o uso destas armadilhas predatórias é realizado principalmente pelos tiradores “invasores”, oriundos de outros municípios.

Nas pescarias de **curral** existem conflitos de ordem territorial, em relação aos locais onde os currais são construídos, denotando o usufruto de determinadas partes da costa pelas famílias ‘proprietárias’ (aquelas que tradicionalmente constroem currais nos mesmos locais). Adicionalmente, os comunitários questionam-se os impactos dos

currais na deposição de material sedimentar (areia, lama). Na opinião de alguns moradores os currais deveriam ter um sistema de rotatividade. Considerando os estuários como berçários e local de refúgio de grande número de espécies de peixes, currais colocados muito próximos entre si, nas bocas dos estuários, estariam também impactando a entrada dessas espécies no ecossistema estuarino.

As pescarias de **tapagem**: são proibidas pela legislação vigente, pois capturam biomassa e diversidade considerável de peixes de espécimes juvenis e/ou que estão em reprodução. No entanto, este tipo de pescaria é praticado por muitos moradores das RESEXs que consideram esta forma de captura como uma atividade tradicional e de subsistência das famílias de menor poder aquisitivo para a compra de embarcações e redes de maior porte.

Um conflito aparente surge também entre **catadores de ostras e iniciativas de cultivo** destes organismos. Trata-se também de um conflito por territórios que se superpõem para diferentes finalidades.

A pesca industrial parece estar utilizando áreas próximas da costa, para realizar o **arrasto** para a pesca de piramutaba e camarão. Estas pescarias são ilegais, pois as normas vigentes proíbem o arrasto antes das 10 mn da costa. Este conflito se desencadeia principalmente com a frota de barcos artesanais e de pequena escala que operam a pouca profundidade.

Conflitos pescadores vs atravessadores: principalmente quando há captura de pescada amarela e gurijuba, que são pescados de grande interesse comercial. Os pescadores questionam e estão descontentes com os baixos preços pagos pelos atravessadores por estes produtos. Apesar de este ser um conflito inerente à atividade pesqueira comercial, e recorrente nas queixas dos pescadores, muitos reconhecem que a figura do atravessador é necessária e que existe uma falta de capacitação e de disponibilidade real para que os pescadores se tornem empresários e possam comercializar seus produtos diretamente. As experiências de cooperativas não tem sido muito bem sucedida na região, o que desencoraja este tipo de iniciativas, dentro das comunidades.

Conflitos entre pescadores vs suas representações de classe: As colônias de pescadores estão muito desacreditadas na região e são muito questionadas pela base sobre a sua verdadeira representatividade e função. Na realidade, o setor pesqueiro, particularmente o que congrega os trabalhadores do mar, é considerado um dos mais desorganizados do Brasil. Historicamente, a origem das colônias de pescadores visava mais o controle da classe por parte do Estado, do que uma representação profissional. Esse fato, aliado à utilização das colônias como instrumentos de poder político ou de benefício econômico por parte de seus dirigentes, vêm desacreditando essas entidades. Os impactos deste conflito se denotam na falta de organização social e força política dos pescadores para impor suas demandas às entidades governamentais de gestão.

Conflitos de atividades tradicionais vs a legislação vigente: Conflitos implícitos aparecem também na própria legislação brasileira. Por exemplo, a maior parte dos pescadores que habita ambientes de manguezal realiza extração de madeira como lenha, para construção de casas, currais e retiros, além de cultivarem arroz e capturarem recursos extrativistas desse ecossistema. No entanto o território do manguezal é considerado uma *área de preservação permanente-APP*, portanto intocável. Assim, a

rigor as atividades dos comunitários no manguezal seriam ilegais. Conflitos entre as disposições legais e as atividades de subsistência das comunidades são frequentes nas RESEXs e nas comunidades do litoral, em geral. Por exemplo, a tapagem de igarapés, o arrasto de redes dentro dos rios (redes apoitadas), ou nas beiras de praia (puçá de arrasto manual para camarão), a construção de currais dentro de igarapés estreitos (currais de beirada), o uso de redes de malha muito fina (< 70 mm entre ângulos opostos) para a captura de isca, a captura de amuré nas cabeceiras dos igarapés, a captura do caranguejo com gancho ou laço, são atividades comuns entre os pescadores da região. No entanto, pela legislação vigente e pelos planos de utilização da maioria das unidades estas atividades são proibidas. Assim, há necessidade de definir estas situações de excepcionalidade ou, por fim, estabelecer ajustamento de conduta. Os impactos destes conflitos enfraquecem a legitimidade das unidades e sua governabilidade.

Conflitos pelo desrespeito às normas vigentes: A legislação pesqueira tem várias normas que regem as pescarias artesanais da região do litoral. Adicionalmente, os Planos de Uso de cada RESEX estabelecem outra série de restrições para as capturas e o extrativismo. Contudo, as denúncias do não cumprimento deste conjunto de normas é grande. Isto ocorre por “invasores”, ou seja, não usuários, mas também por usuários das RESEXs, que por necessidade econômica, discordância ou desconhecimento não respeitam as regras estabelecidas. Isto cria desunião e conflitos internos e externos dentro das Unidades, comprometendo a sustentabilidade e governança das reservas. A falta de recursos materiais e pessoais para realizar uma fiscalização efetiva e trabalhos de conscientização ambiental, por parte dos órgãos competentes e das associações locais, agrava os efeitos deste problema.

Conflitos moradores de comunidades pesqueiras vs setores de turismo no litoral: motivados em geral por apropriação de territórios de pesca por pescadores de fora sem alianças internas; por pescadores esportivos; por investidas de apropriação de terrenos de moradia dos pescadores ou pertencentes à comunidade visando empreendimentos turísticos. Caracterizam-se por contestações explícitas, reclamações perante órgãos públicos, litígios. Os pescadores declaram que não são refratários aos empreendimentos turísticos visto que entendem que os mesmos são geradores de emprego e renda, mas reclamam a alienação à que são relegados, a exclusão do planejamento como se não tivessem direito à terra e aos mananciais, ainda que estes sejam patrimônios de marinha. Estes conflitos tem impactos na territorialidade construída pela população nativa; nas formas de zoneamento econômico-ecológico nativo; impactos sobre o meio ambiente provocando destruição da cobertura vegetal de bosques de manguezal e restingas; destruição da vegetação e mobilidade de dunas costeiras; soterramento de casas de pescadores; morte de mangues pela expansão imobiliária em função do turismo; por outro lado mobilizam ideias e ações coletivas para enfrentar os desafios interculturais vindos através do turismo.

Conflitos moradores de comunidades pesqueiras vs empreendedores de grande porte: sem considerar a necessidade de proteção ao território das unidades e os direitos de seus moradores, grandes empreendimentos vem sendo planejados para as áreas reservadas para as RESEXs. O melhor exemplo destes conflitos são as duas iniciativas de grandes construções na região marinha de Curuçá: 1) o terminal marítimo porto *off-shore* do Espadarte, uma iniciativa para a construção de um grande porto com capacidade de carga superior a 200 mil toneladas para o transporte de minério; 2) a construção de um porto flutuante na costa, para servir como porto de transbordo da

mineração de ferro da Serra do Navio, no Amapá. Ambas iniciativas apresentam grandes riscos ambientais, devido às alterações hidrológicas da qualidade da água pelo tráfego de grandes embarcações, além do risco de derramamentos de óleo ou minério e contaminação. Além disso, os impactos sociais de grandes empreendimentos no entorno de uma área de proteção, são também desconsiderados. Os impactos deste descompasso entre políticas de conservação e de desenvolvimento impulsionadas por diferentes setores do mesmo governo desarticula as organizações comunitárias e cria um descrédito para quaisquer iniciativas futuras do governo.

Conflitos oriundos da desorganização política e administrativa das instituições locais: que tem levado ao decréscimo das iniciativas de associação de classe, e conseqüentemente à dispersão dos associados, trazendo reflexos negativos para o desenvolvimento local. Em muitas localidades criaram-se e se dissolveram rapidamente associações de pescadores por interesses políticos eleitoreiros ou meramente com finalidade de obtenção de créditos específicos. Tão logo findou o processo que deu origem à associação, terminam as iniciativas sem resultado nenhum para a comunidade.

Conflitos quadros institucionais vs governo. Determinados funcionários são sumariamente substituídas por outros a cada vez que muda o governo, mesmo que estes quadros estejam desenvolvendo um bom trabalho em favor das comunidades da municipalidade. Em seu lugar nomeiam-se pessoas totalmente alheias ao processo, parando ou dificultando o trabalho anterior. O resultado é a descontinuidade de ações em favor das populações e do meio ambiente, deixando as comunidades à mercê das decisões exógenas. Além disso, a ausência de representações de classe fortes e legítimas dificulta muito o diálogo entre os trabalhadores, o governo e as entidades financeiras.

Durante as oficinas participativas realizou-se um levantamento dos principais conflitos e problemas da região na percepção dos moradores das unidades. Eles priorizam os inúmeros conflitos relacionados com o descumprimento das restrições territoriais e uso de recursos naturais que são impostas dentro dos limites das RESEXs pelos Planos de Uso. Também há muitas demandas e reclamações relacionadas com a atuação das instituições internas e externas às RESEXs. A seguir uma síntese dos principais conflitos apresentados nessas oficinas, pelas lideranças e representantes da região (Tabela 26).

Tabela 27. Sínteses dos principais conflitos e problemas referidos do litoral paraense.

Tipo de conflito	Descrição
Com os órgãos públicos responsáveis por políticas sociais e de desenvolvimento	Falta de fiscalização de obras públicas Falta de políticas de educação adequadas à realidade Vias de acesso mal conservadas Falta de saneamento básico (água potável, lixo, esgotos) Problemas no atendimento de saúde Problemas na educação (transporte, merenda, professores) Falta de segurança pública (violência, pedofilia, drogas) Casas do INCRA distribuídas de forma inadequada para pessoas não creditadas Falta de acesso aos programas previdenciários Falta de políticas públicas nas RESEXs para jovens
Desrespeito às normas de uso dos recursos naturais e conservação do meio	Apropriação indevida de territórios Desmatamento/derrubada de madeira no mangue Queimadas nos manguezais, ilhas e campos

Tipo de conflito	Descrição
ambiente	Caça e pesca predatórias Poluição dos rios e mar (lixo, óleo, produtos químicos) Grandes empreendimentos (portos, empresas, flutuantes, cultivos) Extração ilegal de pedras, areia e barro Criação desordenada de gado e búfalo Conflitos com fazendeiros e/ou empresários com propriedades dentro ou no entorno das Unidades Lavagem de veículos nos rios Falta de ações de fiscalização, conscientização e educação ambiental
Inter e intra-institucionais (associações, conselho, etc.)	Excesso de entidades representativas, causando superposição de responsabilidades/ falta de diálogo entre as associações Falta de união e organização da base comunitária Falta de apoio do conselho comunitário aos membros da comunidade Distanciamento entre Instituições e a base comunitária das RESEXs Disputas pessoais das lideranças Falta de interesse e participação dos usuários Atrrelamento das associações a partidos políticos Desvio dos benefícios próprios da RESEX para terceiros Falta de fiscalização por parte dos usuários na RESEX Ausência de diálogo entre o poder público (prefeitura/governo do Estado) e a associação de usuários da RESEX Falta atuação da Colônia de Pesca
Com o ICMBio e outros órgãos de gestão	Pouca efetividade na gestão do ICMBio Distribuições de cargos para pessoas não capacitadas com o Meio Ambiente Escassez de recursos materiais, humanos, financeiros no órgão gestor Número de técnicos insuficientes no ICMBio Falta ou descontinuidade de gestor nas Unidades Falta respeitar o conhecimento tradicional para ordenamento (ex. pesquisas) Ausência do IBAMA Ausência ou pouco sucesso na implantação dos planos de uso e manejo Pouca participação dos comunitários nas discussões ambientais na RESEX Ausência da Secretaria de Pesca

Fonte: ISAAC *et al.* (2013).

Nos ambientes da **plataforma** não há até o momento nenhuma regulamentação nos planos de uso das RESEXs que possa ser utilizada para o zoneamento dessa extensa área da costa do Brasil. Na legislação pesqueira, como já foi demonstrado antes, existe a proibição de arrasto a menos de 10 milhas náuticas da costa e os períodos de defeso

específicos para as pescarias de grande escala e industriais (lagosta, pargo, camarão, piramutaba). Uma proteção da área da plataforma interna de empreendimentos de grande porte deve promover melhores condições de conservação de todos os recursos marinhos e estuarinos, dentro e fora das unidades. O monitoramento para evitar vazamentos de petróleo e óleos de combustível, o maior controle nos locais de liberação de água de lastro e uma maior conscientização sobre o despejo de lixo, por parte dos barcos que navegam nesta área deveriam ser incentivados, como forma de evitar a degradação dos ecossistemas aquáticos. Sugere-se também a implantação de sistemas de sinalização (boias) para evitar a entrada de barcos em áreas costeiras para operações de arrasto ou outras atividades proibidas em águas rasas.

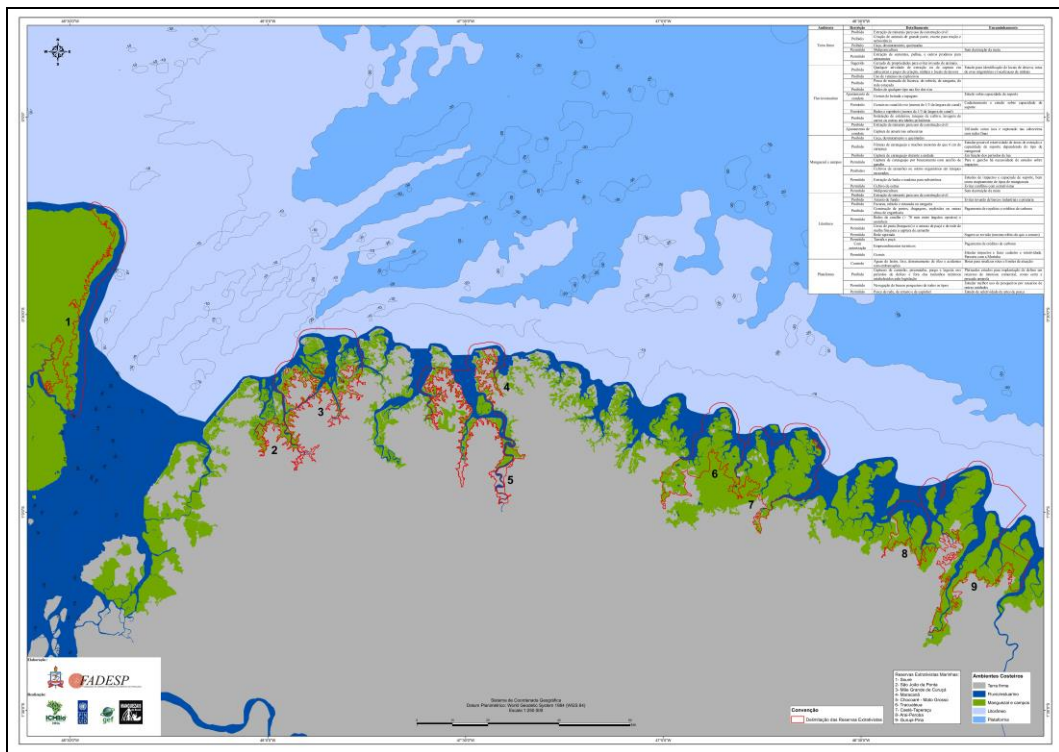


Figura 7. Mapa demonstrando a distribuição dos ambientes propostos para o zoneamento no litoral do Pará. Cinza-Terra firme; Verde-Manguezal; Azul escuro- rio e estuário; Azul claro-costa; Azul-Plataforma. Linhas vermelhas- limites das unidades.

Segundo Isaac *et al.* (2006), além do uso dos ambientes de plataformas pela frota de maior porte, esta área serve como local de fluxo de embarcações artesanais providas de dentro das RESEXs, que trafegam entre áreas da costa, em busca de pesqueiros produtivos (Figura 8.). Desta forma observou-se que os pescadores de uma unidade atravessam longas distâncias para ir pescar em outros territórios, bem longe de suas moradias, chegando inclusive a territórios delimitados por outras RESEXs. Este fluxo “inter-RESEXs” caracteriza justamente a necessidade de uma articulação de mosaico de unidades e deve ser utilizado como base para propor áreas diferenciadas de manejo nestes ambientes, fora dos limites das RESEXs. No momento, não existe uma proposta de consenso que regule a atuação de pescadores em ambientes de águas abertas. Uma proposta nesse sentido pode ser elaborada e discutida no âmbito da integração dos sistemas de manejo da pesca, no futuro mosaico de unidades proposto anteriormente.

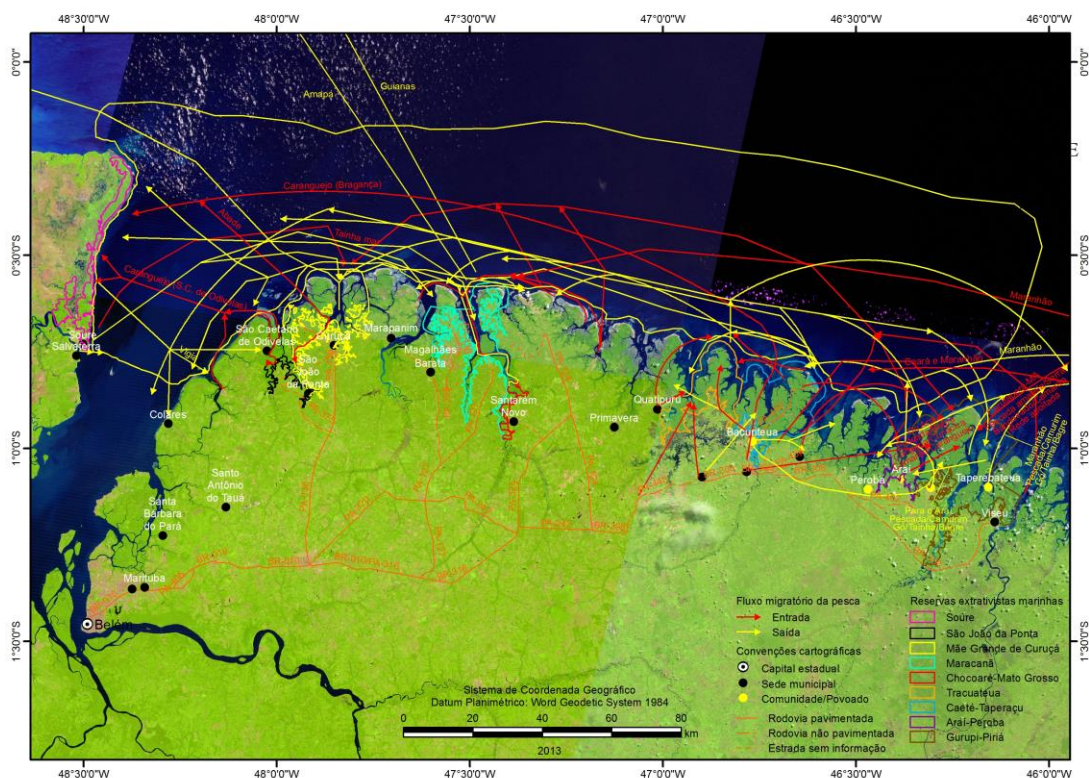


Figura 8. Figura do fluxo de pescadores das UCs, entre diversos territórios no litoral norte do Brasil, de acordo com ISAAC *et al.* (2006)

Proibido	Uso de venenos ou explosivos	
Proibido	Pesca de muruada de fuzarca, de rabiola, de zangaria, de rede estacada	
Proibido	Redes de qualquer tipo nas foz dos rios	
Ajustamento de conduta	Currais de beirada e tapagens	Estudo sobre capacidade de suporte
Permtido	Currais no canal do rio (menos de 1/3 da largura do canal)	Cadastramento e estudo sobre capacidade de suporte
Permtido	Redes e espinheis (menos de 1/3 da largura do canal)	
Proibido	Instalação de estaleiros, tanques de cultivo, lavagem de carros ou outras atividades poluidoras	
Proibido	Extração de minerais para uso de construção civil	

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento é o resultado parcial do trabalho em levantamentos da literatura e mostra a existência de uma população residente na costa dos estados do Amapá e Pará cuja principal atividade pesqueira é a pesca artesanal.

Contudo, as características físicas da maior parte da frota pesqueira é de pequeno porte e pouca autonomia o que dificulta grandes deslocamentos para alto mar, cacaracterizando-se por ser de pequena escala, difusa e informal.

No Pará, grande parte dessa população vivem atualmente em Reservas Extativistas Marinhas e cujas áreas de pesca estão em torno de suas UCs. Na costa do Amapá não é muito diferente.

Novas UCs marinho costeiras estão sendo propostas para ambos estados e que serão tratadas na versão final do diagnóstico socioeconômico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- AGUIAR, C.G.G.; SANTOS, M.A.S.; ALMEIDA, R.H.C. 2010. Estudo exploratório da cadeia produtiva da pesca artesanal no município de Maracanã, Estado do Pará. II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte, Belém. **GT 8: Sociedade, Trabalho e Saberes Tradicionais**. Disponível em: <http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT8-576-475-20100830150804.pdf>
- ARRUDA, R. 1999. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, 2,(5):79-92.
- BAAR, R.; CORDEIRO, M.R.; DENICH, M. & FÖLSTER, H. 2004. Floristic inventory of secondary vegetation in agricultural systems of East-Amazonia. **Biodiversity and Conservation**, 13(3):501-528.
- BARTHEM, R.B.; FABRÉ, N.N. 2004. Biologia e diversidade dos Recursos Pesqueiros da Amazônia. pp. 272- *In*: RUFFINO, M.L. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira**. Manaus: Ibama/ProVárzea.
- BENTES, B. S. 2004. **Diagnóstico da pesca do litoral paraense**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém. 130p.
- BP, TOTAL & QUEIROZ GALVÃO. 2015. **Estudo Ambiental de Caráter Regional**.
- BRANDTT, L.S. & SOUSA, O.N.B.S. 2005. Trabalho infanto-juvenil no uso do manguezal e a educação fundamental. 129-138. *In*: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. **Gente, ambiente e Pesquisa. Manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: UFPA/NUMA. 344p.
- BROCHADO, J.P. 1980. **The social ecology of the marajoara culture**. (Master’s Dissertation) - University of Illinois. Urbana.
- CAÑETE, U.M.R.; RAVENA-CANÑETE, V & MAGALHÃES, S.B. 2013. Manejo, recursos comuns e política ambiental: a descentralização como alternativa de preservação ambiental. *In*: **XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia**, Grupo de Trabalho 15 Medio Ambiente, sociedad y desarrollo sustentable. 2013 Santiago-Chile. Anais... Santiago: ALAS, 2013. Disponível em: http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT15/GT15_RavenaCanete_MagalhaesSantos.pdf.
- CAVALCANTE, R.E.S. 2011. **Caracterização da pesca artesanal exercida pelos pescadores cadastrados na Colônia Z-03 do Município de Oiapoque, Amapá, Brasil**. Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Engenharia de Pesca da Universidade do Estado do Amapá, para obtenção de título de Bacharel em Engenharia de Pesca. Macapá. UEAP. 60 p.
- DENEVAN, W. 1976. The aboriginal population of Amazonia. *In*: DENEVAN, W. (ed.) **The native populations of the Americas before 1492**. University of Winsconsin Press, Madison.
- DENICH, M. 1991. Estudo da importância de uma vegetação secundária para o incremento da produtividade do sistema de produção na Amazônia Oriental Brasileira. (Tese de doutorado) Universidade Georg August. Goettingen, Eschborn, EMBRAPA/CPATU-GTZ, 284p.
- DIEGUES, A C.S. 1983. **Pescadores, camponeses, trabalhadores do mar**. São Paulo: Ed. Ática, Série Ensaios, (94), 287p.

- DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V.; SILVA, V.C.F.; FIGOLS, F.A.B. & ANDRADE, D. 2000. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Cobio-Coordenadoria da Biodiversidade. NUPAUB-Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, Universidade de São Paulo. 211p.
- FURTADO, L.G. 1981. Pesca artesanal: Um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, 79, 50 p.
- FURTADO, L.G. 1997. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia. In: FURTADO, L.G. (org) **Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA. NUMA: Universidade e Meio Ambiente, nº 9.
- FURTADO, L.G. 2004. Dinâmicas Sociais e Conflitos da Pesca na Amazônia. In: Henry Acserald. (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IURP-UF RJ.
- FURTADO, L.G. & SOUSA, M.A.M. 2006. Belém, ocupação humana e uso de recursos no estuário. pp. 161-178. In: CASTRO, E. **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 402 p.
- GLASER M., 2005. Inter-relações entre o ecossistema manguezal, a economia local e a sustentabilidade social no estuário do rio Caeté, norte do Brasil. In: GLASER M., CABRAL, N. & RIBEIRO, A.L. (Org.). **Gente, Ambiente e Pesquisa. Manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: NUMA/UFPA. 344p.
- HENRIQUE, R. 2005. As mulheres e as relações de gênero em comunidades pesqueiras: o caso de Acarajá (Bragança, Pará). 139-154. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A.L. **Gente, ambiente e Pesquisa. Manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: UFPA/NUMA. 344p.
- HURLEY, J. 1933. **No domínio das águas: histórico da pesca no Pará**. Belém: Tipografia do Instituto D. Macedo Costa.
- IBAMA. 2000. **Estatística da Pesca do Brasil 2000: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Tamandaré: CEPENE. 16p.
- IBAMA. 2003. **Estatística da Pesca do Brasil 2001: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Tamandaré: CEPENE. 124p.
- IBAMA. 2004. **Estatística da Pesca do Brasil 2002: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Tamandaré: CEPENE. 129p.
- IBAMA. 2004. **Estatística da Pesca do Brasil 2003: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: IBAMA. 137p.
- IBAMA. 2005. **Estatística da Pesca do Brasil 2004: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: IBAMA. 136p.
- IBAMA. 2007a. **Estatística da Pesca do Brasil 2005: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: IBAMA. 147p.
- IBAMA. 2007b. **Estatística da Pesca do Brasil 2007: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: IBAMA. 151p.
- IBAMA. 2008. **Estatística da Pesca do Brasil 2006: Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília: IBAMA. 181p.

- IBGE, 2010. **Censo demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.** Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=150290>> Acesso em 4 de maio de 2012.
- IBGE, 2011. **Estimativas populacionais dos municípios em 2011.** Disponível em:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011. Acesso em 20/11/2012.
- IDESP, 2012. **ESTATÍSTICA MUNICIPAL. Vigia.** Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. 46 p.
<http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/EstatisticaMunicipal/Vigia.pdf>. Acesso em 24.01.2013.
- ISAAC, V.J. 2006. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: Um desafio para o futuro. **Ciência e Cultura**, 58(3):33-36,
- ISAAC, V.J.; SANTO, R.V.E.; SILVA, B.B.; CASTRO, E.; SENA, A.L. 2006. Diagnostico da pesca no litoral do Estado do Para. pp. 11-33. *In*: ISAAC, V.J.; MARTINS, A.S.; HAIMOVICI, M. & ANDRIGUETTO FILHO, J.M. (Org.). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no inicio do século XXI: Recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais.** Belém: UFPA.
- JACKSON, J.B.C.; KIRBY, M.X.; BERGER, W.H.; BJORN DAL, K.A.; BOTSFORD, L.W. & BOURQUE, B.J. 2001. Historical overfishing and the recent collapse of coastal ecosystems. **Science**, 293:629–638.
- KATO, M.S.A.; KATO, O.R.; DENICH, M. & VLECK, P.L.G. 1999. Fire free alternatives to slash-and-burn for shifting cultivation in the eastern Amazon region: the role of fertilizers. *Field Crops Research*, 62(2): 225-237.
- LEE, J.T. & SARPEDONTI, V. 2008. Diagnóstico, tendência, potencial, e políticas públicas para o desenvolvimento da aquicultura. pp. 823-932. *In*: Oriana Almeida. (Org.). **Diagnóstico da Pesca e da Aquicultura do Estado do Pará.** Belém: Secretaria de Pesca e Aquicultura do Pará -SEPAq.
- LOURENÇO, C.F.; FÉLIX, F. N.; HENKEL, J.S. & MANESCHY, M.C. 2003. **A pesca artesanal no Estado do Pará.** Belém: SETEPS/SINE-PA 154p.
- MANESCHY, M.C. 2000. **Da casa ao mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável.** Proposta nr 84/85: 82-91.
- MEGGERS, B. J. 1985. Aboriginal adaptation to Amazonia. pp. 307-327. *In*: PRANCE, G.T.; Lovejoy (eds). **Amazonia.** Oxford: Pergamon Press. UK.
- MEGGERS, B. J. & EVANS, C. 1954. **Uma interpretação das culturas de Marajó.** Belém, Pará: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará.
- MEIRELLES FILHO, J.; SÁ, H. & CARVALHO, S. 2009. Casa da Virada: uma experiência de intervenção socioambiental no Salgado Paraense. Resultados Científicos. Instituto Peabiru e Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 47p.
Disponível em: <http://peabiru.org.br/desenvolvimentolocal/>
- MPA. 2010. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura: Brasil 2008-2009.** Brasília: MPA. 101p.
- MPA. 2012. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura: Brasil 2010.** Brasília: MPA. 129p.

- NASCIMENTO, E.C.S.A. 2012. “invisibilidade” das pescadoras artesanais na cadeia produtiva da pesca e no meio ambiente pesqueiro. **Revista Coletiva**. Disponível em:
http://www.coletiva.org/site/index.php?option=com_content&view=article&id=352:a-invisibilidade-das-pescadoras-artesanais-na-cadeia-produtiva-da-pesca-e-no-meio-ambiente-pesqueiro&catid=17&Itemid=70
- NASCIMENTO, N.C.C. 2011. Cenários de uso da terra nas mesobacias hidrográficas dos igarapés Timboteua e Buiuna, Pará. 110p. Dissertação de Mestrado. Belém, Universidade Federal do Pará.
- OLIVEIRA, A.E. 1983. Ocupação humana. In: SALATI, E.; JUNK, W.J.; SCHUBART, H.O.; OLIVEIRA, A. E. **Amazônia desenvolvimento, integração e ecologia**. Brasília: Brasiliense/CNPq. 327p.
- PERES, A.C. 2011. **Estudo antropológico de uma comunidade na agrangência da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu (Bragança-Pará-Brasil)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. 301p.
- PINHEIRO, M.R. 2014. Planejamento Integrado para a Proteção das Terras Indígenas do Oiapoque e Parque Nacional do Cabo Orange. CCPIO e IEPÉ, no âmbito do Acordo de Cooperação 001/2012 entre TNC e FUNAI, parceria inserida dentro do Projeto GATI e do Programa de Gestão Territorial Ambiental das Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, no Amapá.
- PNUD. 2013. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>
- POTIGUAR JUNIOR, P.L.T. 2002. Os Movimentos Sociais em Comunidades Pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém, PA. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG. Disponível em:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Potiguar_texto.pdf
- PRATES, AP.L.; CORDEIRO, A.Z.; FERREIRA, B.P. & MAIDA. M. 2007. Unidades de conservação costeiras e marinhas de uso sustentável como instrumento para a gestão pesqueira. pp.15-27. In: MMA. **Áreas Aquáticas Protegidas como Instrumento de Gestão Pesqueira**. Brasília: MMA,. (Série Áreas Protegidas n. 4).
- PROZEE. 2005. **Relatório técnico do projeto de cadastramento das embarcações pesqueiras no litoral das regiões norte e nordeste do Brasil**. Convênio SEAP/IBAMA/PROZEE No. 111/2204 (Processo No. 00350.000.747/22204-74. Brasília, DF. 241p.
- ROCHA, R.M.; SARUANAM S.Z.R.; MORAES, S.C.; GUIMARÃES, S.C.S. 1996. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. 437-502. In: XIMENES, T. (org.) **Políticas pesqueiras nos países amazônicos**. Série Cooperação Amazônica. N. 17. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA. 502p.
- ROOSEVELT, A. 1989. Resource Management in Amazonia before the conquest: Beyond ethnographic projection. In: POSEY, D.A. e BALÉE, W. **Resource Management in Amazonia: Indigenous and Folk Strategies**.

- RUFFINO, M.L. 2017. **Diagnóstico da pesca e aquicultura no estado do Amapá**. Beaun Bassin: Novas Edições Acadêmicas. 168 p.
- SAMPAIO, P. B. 2006. **Mar de conflitos: as diferentes formas de organização política dos pescadores “artesanais”**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 162p.
- SANTOS, M.A.S. 2005. A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: estudo de caso no Nordeste Paraense. **Amazônia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 61-81. Disponível em: <www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/revista/061a082.pdf>. Acesso em 01.02.2013.
- SCHAAN, D.P. 1996. **A linguagem iconográfica da cerâmica marajoara**. 1996. 231 f. Dissertação Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SEAP/IBAMA/PROZEE. 2004. Relatório técnico do projeto de cadastramento das embarcações pesqueiras no litoral das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Mimeo. 242p.
- TAVARES-DIAS, M. 2011. **Piscicultura Continental no Estado do Amapá: Diagnóstico e Perspectivas**. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 81. Macapá: EMBRAPA Amapá. 42p.
- TCA/PNUD/BIRD. 1993. **Amazonia sin mitos**. Tratado Cooperación Amazónica. Banco Interamericano de Desarrollo. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Informe Comisión Amazónica de Desarrollo y Medio Ambiente. Santa Fé de Bogotá. 111p.
- UFPA/MEGAM - Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - Relatório do projeto MEGAM.2004. **Estudo das mudanças Socioambientais no estuário amazônico**. Belém: NAEA.
- VERÍSSIMO, J. A 1895. pesca na Amazônia. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves, 206 p.
- WAGNEY, C. 1988. **Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos**. (Coleção Reconquista do Brasil). 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia.
- WARD, T., TARTE, D., HEGERL, E. & SHORT K. 2002.. **Ecosystem-based management of marine capture fisheries**. Australia: World Wide Fund for Nature Australia, 80 p.
- WEINSTEIN, B. 1983. **The Amazon Rubber Boom**. Stanford: Stanford University Press.